

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

PÂMELA ARAUJO PINTO

AS INTERFACES DO JORNALISMO NACIONAL E REGIONAL NO BRASIL:

Roseana Sarney e o caso Lunus

Niterói

2010

PÂMELA ARAUJO PINTO

AS INTERFACES DO JORNALISMO NACIONAL E REGIONAL NO BRASIL:

Roseana Sarney e o caso Lunus

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Afonso de Albuquerque

Niterói

2010

PÂMELA ARAUJO PINTO

AS INTERFACES DO JORNALISMO NACIONAL E REGIONAL NO BRASIL:

Roseana Sarney e o caso Lunus

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: 22/06/2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Afonso de Albuquerque (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Fernando Resende (Examinador)
Universidade Federal Fluminense

Profª. Drª Susy dos Santos (Examinador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

P659 Pinto, Pâmela Araujo.

As interfaces do jornalismo nacional e regional do Brasil,
Roseana Sarney e o caso Lunus / Pâmela Araujo Pinto. – 2010.

152 f. ; il.

Orientador: Afonso de Albuquerque.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade
Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social,
2010.

Bibliografia: f. 103-109.

1. Jornalismo. 2. Jornalismo; aspecto político. 3. Jornalismo
regional. 4. Jornalismo comparado. I. Albuquerque, Afonso de.
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e
Comunicação Social. III. Título.

Para minha família, com todo amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela existência e partilha desta vida com minha família e amigos.

Aos meus pais, Jonas e Célia, irmãos, Paloma, Júnior e Palena, e demais membros da família por todo amor e carinho.

Aos meus amigos de longas datas, por tornarem este trajeto mais feliz e pelo apoio incondicional em diversos momentos da minha vida.

Aos amigos que fiz ao longo do mestrado, em especial a sempre companheira Ivonete Lopes e Priscila Rodrigues, e tantos outros que conheci nestes dois anos de vivência no Rio de Janeiro.

A Frederico Estrela, por tudo.

Aos mestres e professores da Universidade Federal do Maranhão, por todo o conhecimento dividido e pela torcida ao longo da minha trajetória acadêmica. Em especial aos mestres Ferreira Júnior, Francisco Gonçalves e Sílvio Rogério.

Ao Prof. Wagner Cabral, pelas referências sugeridas e atenção.

Aos excelentes professores da Universidade Federal Fluminense que proporcionaram este percurso pessoal e acadêmico de amadurecimento. Afonso de Albuquerque, Ana Enne, Dênis de Moraes, Marialva Barbosa, Marildo Nircolini e Simone de Sá.

Ao meu orientador, Afonso de Albuquerque, por toda a caminhada ao longo destes dois anos, pelo aprendizado, pela paciência e dedicação.

À Andréia Lima e Lígia Guimarães, pela revisão.

À Sílvia, pela disponibilidade.

Às fontes entrevistadas nesta pesquisa.

Aos técnicos das bibliotecas: Benedito Leite, Biblioteca Nacional e da Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, pelo suporte dado à pesquisa de campo.

A todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente nesta caminhada.

À FAPEMA, pela bolsa concedida.

RESUMO

Objetivo desta pesquisa foi discutir as relações entre o centro e as margens da comunicação no Brasil, a partir do jornalismo. Trabalhou-se com a ideia de uma geopolítica da imprensa brasileira, na qual a diferença entre o jornalismo produzido na região sudeste e o jornalismo regional, editado nas diversas partes do país, diz respeito à distribuição de poder entre as esferas de centro e margem, que interfere na relação entre as diferentes mídias. Para sustentar tal proposta, realizou-se um estudo comparado acerca do enquadramento adotado na cobertura do caso Lunus (escândalo político que envolveu a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, nas eleições presidenciais de 2002) em dois veículos: O Globo, periódico de circulação nacional da família Marinho, e O Estado do Maranhão, jornal regional da família Sarney. Analisou-se um *corpus* de 297 matérias, coletado nos acervos da Biblioteca Benedito Leite, no Maranhão, na Biblioteca Nacional e na Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, entre julho a novembro de 2008. Constatou-se que tanto o veículo nacional como o regional defenderam posturas políticas e privadas em detrimento do direito de informação do público. Mostrou-se assim que os limites entre o jornalismo nacional e regional são flexíveis e que estes conceitos podem ser invertidos de acordo com o contexto no qual os veículos estão inseridos.

Palavras-chave: Jornalismo. Nacional. Regional. Política. Roseana Sarney. Caso Lunus.

ABSTRACT

The objective of this research was to discuss the relationships between the center and the margins of the communication in Brazil, starting from the journalism. We worked with the idea of a geopolitics of the Brazilian press, in the which the difference between the journalism produced in the southeast area and the regional journalism, edited in the several parts of the country, It concerns the distribution of power among the center spheres and margin, that it interferes in the relationship among the different media. To sustain such proposal, It took place a compared study concerning the framing adopted in the covering of the case Lunus (political scandal that involved the governor of Maranhão, Roseana Sarney, in the presidential elections of 2002) in two vehicles: O Globo, newspaper of national circulation of the Marinho's family, and O Estado do Maranhão, regional newspaper of the Sarney's family. A corpus of 297 matters was analyzed, collected in the collections of the Benedito Leite Library, in Maranhão, in the National Library and in the Public Library of the State of Rio de Janeiro, from July to November of 2008. It was verified that as much the national vehicle as the regional they defended political and private postures to the detriment of the public's information right. It was shown the limits as soon as among the national and regional journalism are flexible and that these concepts can be inverted in agreement with the context in which the vehicles are inserted.

Keywords: Journalism. National. Regional. Political. Roseana Sarney. Lunus' case.

LISTA DE SIGLAS

ABL	- Academia Brasileira de Letras
CPI	- Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMF	- Contribuição Provisória sobre a Movimentação
DIP	- Departamento de Imprensa e Propaganda
FEB	- Força Expedicionária Brasileira
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INTELSAT	- Sistema Internacional de Satélites
IVC	- Instituto Brasileiro Verificador de Circulação
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
NOVACAP	- Companhia Urbanizadora da Nova Capital
O EMA	- O Estado do Maranhão
OAB	- Organização dos Advogados do Brasil
PCdoB	- Partido Comunista do Brasil
PCO	- Partido da Causa Operária
PDS	- Partido Social Democrata
PFL	- Partido da Frente Liberal
PIB	- Produto Interno Bruto
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPS	- Partido Popular Socialista
PSB	- Partido Socialista Brasileiro
PSD	- Partido Social Democrata
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SBT	- Sistema Brasileiro de Televisão
SEDIL	- Serviços de Distribuição Liberados
STF	- Supremo Tribunal Federal
SUDAM	- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TRE	- Tribunal Regional Eleitoral

TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UDN - União Democrática Nacional
UNB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CONTEXTO E BASTIDORES DO ESCÂNDALO	17
2.1	A trajetória da família Sarney: de José a Roseana	20
2.1.1	Roseana Sarney	26
2.2	Eleições 2002	29
2.3	O escândalo político	32
2.3.1	O caso Lunus	36
3	GEOPOLÍTICA DA IMPRENSA BRASILEIRA	41
3.1	Jornalismo nacional e jornalismo regional	45
3.1.1	Laços e paralelos entre os Marinheiros e o Maranhão	50
3.1.2	O Globo	54
3.1.3	O Estado do Maranhão	58
3.2	A organização social de produção da notícia	61
4	O CASO LUNUS NOS JORNAIS	67
4.1	Cobertura de O Globo: primeira fase	71
4.2	Cobertura de O Globo: segunda fase	75
4.3	Cobertura de O Globo: terceira fase	79
4.4	Cobertura de O Estado do Maranhão: primeira fase	83
4.5	Cobertura de O Estado do Maranhão: segunda fase	86
4.6	Cobertura de O Estado do Maranhão: terceira fase	92
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS	101
	APÊNDICES	108
	ANEXOS	120

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de ampliar o debate sobre a interface entre o jornalismo praticado em estados economicamente periféricos, dito regional, e a imprensa efetivada em estados economicamente centrais e detentora do *status* de nacional, motivou o início desta pesquisa. Para garantir maior validade às reflexões decorrentes desta proposta, utilizou-se uma perspectiva comparada com os dois tipos de jornalismo, pois não se pode analisar criticamente o jornalismo fora do contexto no qual é feito. A mídia regional está inserida na imprensa brasileira, representada pelos veículos concentrados historicamente na região sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo). Entretanto, estes dois pólos de produção de informações são separados por uma gama de simplificações, fato que reduz as oportunidades de se compreender a comunicação brasileira e suas interfaces de modo mais completo. Desta forma, observar as variações entre o parâmetro “ideal” de imprensa e o parâmetro real da comunicação praticada nos estados e cidades para além do “eixo Sudeste” enriquece os diálogos no campo da comunicação, ao mesmo tempo em que promove o questionamento de práticas e do controle da mídia.

O objetivo central desta pesquisa é mostrar a existência de relações entre o centro e as margens da comunicação no Brasil, a partir do jornalismo. Para tanto, buscou-se um objeto capaz de sintetizar os laços estabelecidos nestes dois eixos do jornalismo, influenciados diretamente pela geopolítica do país.

Inicialmente, definiram-se os jornais impressos como suportes para subsidiar esta investigação: O Globo foi selecionado para representar a mídia nacional e O Estado do Maranhão, para ilustrar o jornalismo regional. O Globo foi a primeira empresa da família Marinho e O Estado do Maranhão, o primeiro veículo do Sistema Mirante de Comunicação, do senador José Sarney. O Globo circula nacionalmente e compõe a maior rede de comunicação do país, enquadrando-se no perfil da grande mídia; o segundo é direcionado ao público maranhense, e é subsidiado pelo maior sistema de comunicação do estado, sendo expoente do jornalismo regional. Estes dois veículos foram escolhidos por possuírem características em comum, laços afetivos e negócios político-financeiros, pois as Organizações Globo e o Sistema Mirante mantêm parcerias no âmbito privado e empresarial. A TV Mirante, de propriedade da família Sarney, é afiliada da Rede Globo; a Fundação Roberto Marinho recebeu elevadas quantias de verbas públicas dos cofres maranhenses para implementar um projeto de erradicação do analfabetismo no governo de Roseana Sarney.

Roberto Marinho foi um dos conselheiros políticos mais influentes durante o mandato de José Sarney (1985-1990) como presidente. Roberto e Sarney foram colegas da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Em seguida, delimitou-se como objeto o caso Lunus, um acontecimento que se tornou um protótipo para lidar com os diferentes contextos da imprensa brasileira, por explicitar a tensão entre centro e margem não apenas na comunicação, mas no campo político. O caso Lunus foi o escândalo financeiro que envolveu Roseana Sarney, governadora proveniente de um grupo político do Nordeste e proprietária de um sistema de comunicação regional, no momento em que esta disputou uma vaga na corrida presidencial de 2002. A pré-campanha da pefelista avançava por todo o país, com velocidade, até o dia 1º de março de 2002. Nesta data, a Polícia Federal efetivou uma operação de busca e apreensão na sede da empresa maranhense Lunus Serviços e Participações Ltda. encontrando documentos que a relacionavam com desvio de verba pública e R\$ 1,34 milhão, em dinheiro. Seria mais uma ação para coibir improbidade administrativa se não fosse o contexto: a Lunus é propriedade da então governadora do Maranhão, Roseana Sarney, pré-candidata do Partido da Frente Liberal (PFL) que disputava uma vaga no Palácio do Planalto com o candidato José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB). A partir daí se desenvolveu um escândalo político simultaneamente nacional e regional. Por se tratar da governadora de um estado do Nordeste, em disputa pelo cargo máximo do executivo brasileiro, a suspeita de corrupção ganhou este duplo viés. Todas estas informações tornam mais desafiadora a pesquisa do caso Lunus nas páginas de O Globo e d'O Estado do Maranhão, pois aproximam dois contextos aparentemente desconectados.

A proposta deste trabalho é ilustrar, por meio deste escândalo que envolveu o centro e a margem da comunicação e da política brasileira, as proximidades e as diferenças entre o jornalismo produzido pelos veículos de grande circulação e o jornalismo regional, reconhecendo a existência de vários tipos de jornalismo praticado no mesmo país. Busca-se compreender o lugar de fala do jornalismo nacional, com distribuição e circulação que abrangem todo território, e do jornalismo regional, com suas implicações locais.

Ao longo da pesquisa construiu-se a hipótese de que a tensão entre as mídias nacionais e regionais não é uma particularidade brasileira, mas uma condição da natureza jornalística. Para sustentar tal hipótese, foram comparadas as tensões existentes entre exemplares da mídia internacional, como nos países Bálticos; a relação de empresas internacionais, como o grupo Time Life, com empresas nacionais como a Rede Globo; e na

esfera regional foram expostas as parcerias entre um conglomerado gerido por um político e a maior rede de comunicação do país, as Organizações Globo.

Adotou-se como metodologia a análise dos enquadramentos recebidos pelas matérias veiculadas n'O Estado do Maranhão e n'O Globo, sobre o caso Lunus. O conteúdo que forma o *corpus* deste trabalho foi pesquisado sistematicamente nos acervos da Biblioteca Estadual Benedito Leite, localizada em São Luís, da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro¹, durante os meses de julho a novembro de 2008. Ao final do trabalho de campo, foram selecionadas 297 matérias informativas publicadas na editoria de política, sendo 107 veiculadas n'O Estado do Maranhão e 190 n'O Globo. Utilizou-se como recorte temporal o período de 02 de março a 14 de abril de 2002, tempo transcorrido entre a divulgação das matérias sobre a operação da Polícia Federal na sede da empresa de Roseana e o anúncio de sua saída da disputa presidencial de 2002.

Dividiu-se o conteúdo da cobertura em três fases, nos dois jornais, a fim de se verificar a presença de quatro tipos de quadros em ação: *enquadramento policial* (com ênfase nos delitos ocorridos no caso Lunus); *enquadramento eleitoral* (com ênfase no impacto sofrido na campanha presidencial de 2002); *enquadramento de governo* (retratou as relações da base governista composta pelo PFL e PSDB) e *o enquadramento geopolítico* (privilegiou as relações entre o local e o nacional). Outros recursos foram adotados para denotar as estratégias de visibilidade de cada veículo, como o uso das fontes citadas; a verificação do espaço dedicado às matérias; a publicação de imagens e a ausência e a presença de informações. A análise comparou o conteúdo dos dois jornais ao longo de todo o percurso para verificar as simetrias e possíveis contradições na publicação das matérias.

Após complementar a contextualização do objeto com consultas em revistas, livros, páginas da internet e nos próprios jornais, em fase anterior e posterior ao recorte estabelecido, iniciou-se a segunda fase do trabalho de campo, na qual foram realizadas entrevistas (presencialmente, por telefone e por *email*), com profissionais que trabalharam na cobertura do caso n'O Estado do Maranhão e n'O Globo e com os grupos responsáveis pela distribuição dos respectivos matutinos. Porém, as entrevistas foram realizadas parcialmente nos dois jornais. No Maranhão as matérias do período não foram assinadas, por isso procurou-se o diretor do jornal para falar da cobertura. Depois de seis meses de tentativas a pesquisadora foi atendida, por telefone, pelo diretor que encaminhou as questões para o

¹ O jornal O Globo publicava cerca de três edições diárias durante o período analisado, entretanto o acervo da Biblioteca Nacional dispunha das edições completas. Por este motivo foi necessário consultar também o acervo da BPERJ para verificar se houve alguma alteração no conteúdo. Verificou-se que as mudanças encontradas não prejudicaram as análises anteriores.

secretário de redação Ademir Santos. Para agendar esta conversa houve a necessidade de ir até o jornal para falar com o entrevistado, já que este resistiu em atender ao telefone. O correspondente d'O Globo no Maranhão, Raimundo Garrone, não ofereceu nenhuma resistência para conceder a entrevista presencialmente. As duas entrevistas ocorreram entre os meses de janeiro e fevereiro de 2009. N'O Globo houve maior facilidade no mapeamento dos jornalistas, pois as matérias foram assinadas. Entretanto, dos emails enviados para os vinte e sete profissionais envolvidos diretamente na cobertura do escândalo, apenas três foram respondidos, sendo realizadas duas entrevistas por *email* e uma presencialmente – as duas primeiras foram feitas em novembro de 2008 e a última, em 2009. A editora de política d'O Globo foi procurada, durante oito meses, mas não respondeu a nenhuma das tentativas. A soma das falas coletadas serviu para apontar indícios de informações já evidenciadas no texto, principalmente sobre o fluxo de produção das notícias. Esta observação foi possibilitada a partir do confronto de depoimentos e dos dados expostos. A íntegra das entrevistas está disponível no Apêndice A.

Outros aspectos investigados foram a distribuição e a vendagem dos respectivos jornais para dimensionar o alcance de suas mensagens. No período estudado, O Globo teve uma média de vendas diária de 266, 185 exemplares, com informações da Associação Nacional de Jornais (BEZERRA, 2005). Dados referentes ao número de exemplares impressos e sobre a circulação de O Estado do Maranhão, em 2002, não foram disponibilizados. Índices atuais sobre estes aspectos foram obtidos no caderno em comemoração aos 50 anos do periódico. Procurou-se a empresa que distribuiu O Globo no Maranhão, a Serviços de Distribuição Liberados (SEDIL), e verificou-se que o jornal circulou no estado entre os anos de 1992 e 2008, não sendo mais distribuído pela baixa vendagem que alcançava - eram enviados para o Maranhão diariamente cerca de 100 exemplares. Tal informação foi conferida por telefone com o setor de Distribuição da Infoglobo, que não aceitou registrá-la, por *email*. Os números atuais sobre a vendagem e a circulação de O Globo foram observados no site da Infoglobo.

O desenvolvimento desta pesquisa implicou em diversas superações para se alcançar uma postura crítica e assim colaborar com as reflexões atuais sobre a comunicação brasileira. O primeiro passo foi superar as subjetividades intrínsecas a pesquisadora, que carrega experiências no jornalismo regional e também um posicionamento quanto às práticas políticas deste espaço. Esta medida foi fundamental para garantir uma problematização coerente com as possibilidades de trabalho que o tema ofereceu. A adoção de uma postura crítica proporcionou um avanço imprescindível neste processo, o que garantiu maior

exploração das tensões existentes entre a política e a mídia. Com isso, buscou-se não se reforçar as simplificações atribuídas a interface entre o nacional e o regional, mas investigar os variados níveis destes laços. O segundo esforço ocorreu no sentido de buscar um posicionamento que não comprometesse a análise desta relação. Foi necessário transcender as posições de centro e margem para pensar o jornalismo. A pesquisadora é consciente da intervenção do seu olhar nos caminhos adotados neste trabalho, o que não possibilita uma plena isenção, mas reconhece que o distanciamento adotado foi crucial para garantir maior aproveitamento do tema.

Cabe agora apresentar a estruturação desta pesquisa, dividida em três capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo explorou o caso Lunus à luz das teorias de Thompson e de Waisbord sobre escândalo político a fim de ilustrar os jogos de poder, tanto entre o meio político como nos veículos midiáticos. Para sedimentar a base analítica desta etapa, três aspectos dos bastidores deste escândalo foram articulados: o percurso da família Sarney na cena pública brasileira, compreendido a partir da figura de José Sarney, um articulador entre o centro e as margens na política e nas relações midiáticas; o contexto eleitoral do pleito de 2002, abalado com a ruptura do PFL com o PSDB, após a frustração com a pré-candidatura de Roseana, que surgiu como uma promessa de mudança do PFL; e o detalhamento da operação da Polícia Federal da qual decorreu o caso Lunus.

O segundo capítulo teve o propósito de desnaturalizar as simplificações feitas acerca da grande imprensa e da mídia regional. Descreveu-se uma das ideias centrais elaboradas nesta pesquisa, a geopolítica da imprensa brasileira, baseada na relatividade dos conceitos de jornalismo nacional e de jornalismo regional, preconizada por Albuquerque (2008). Para o autor, as grandes empresas midiáticas brasileiras ora atendem à ideia de centro, quando servem de modelo para grupos menores, ora estão na condição de periferia, ao tomar como referência determinado modelo estrangeiro. O mesmo ocorre na mídia regional. Para exemplificar esta hipótese, foram mostrados os laços entre as famílias Marinho e Sarney e, posteriormente, descreveu-se o histórico dos jornais analisados no trabalho, marcado por constantes intersecções. Para analisar criticamente a produção midiática, seja nacional ou local, é importante contextualizar o ambiente onde a notícia é feita, os interesses envolvidos na divulgação ou não de uma matéria e os limites nos quais os jornalistas estão situados em suas rotinas de trabalho. Por este motivo o último tópico deste capítulo trouxe uma reflexão sobre os modos de se organizar socialmente a produção da notícia.

O terceiro capítulo trouxe a análise comparativa da amostra de 297 matérias, que foram apresentadas por meios dos seus títulos internos e das manchetes das capas. Ao longo

do estudo observaram-se os enquadramentos recebidos pelos textos, inicialmente nas três fases de cobertura d'O Globo e, posteriormente, nas três fases d'O Estado do Maranhão. Nesta etapa foram expostos interesses das duas empresas, por meio das estratégias adotadas para privilegiar suas versões sobre o caso e com isso apresentar, positiva ou negativamente, os personagens para o público. O espaço ocupado pela análise deveu-se à dimensão da amostra, que contemplou 44 dias de cobertura do escândalo político em dois veículos. A íntegra de todos os títulos, organizados cronologicamente por edição, foi disponibilizada no Anexo A desta pesquisa, acompanhada de imagens das principais capas abordadas na cobertura dos dois jornais. Este conteúdo expõe o percurso árduo da coleta, em bancos de dados no Maranhão e no Rio de Janeiro, e merece atenção dos leitores deste trabalho, assim como as entrevistas disponíveis nos apêndices. Esses recursos retrataram um processo de busca de informações circunstanciais para o amadurecimento desta pesquisa.

As considerações finais retomaram os debates desenvolvidos ao longo do texto para reafirmar a existência da relação entre as mídias do centro e as mídias regionais, por meio de laços que ambas mantêm com a política. Postulou-se a existência de vários jornalismo que convivem na mídia brasileira, sendo que cada um carrega peculiaridades advindas dos seus processos de produtivos, das suas limitações e realidade local. Entretanto, há necessidade desta variedade de instituições sintonizar valores como a ética, pois cada vez mais os meios de comunicação tornam-se vulneráveis a distribuição de poder político, que reflete diretamente na distribuição de poder simbólico, entre centro e margens, também na comunicação.

2 CONTEXTO E BASTIDORES DO ESCÂNDALO

A proposta desta pesquisa é refletir acerca das relações entre o centro e as margens da comunicação no Brasil, a partir do jornalismo. Tal estudo será viabilizado pela análise da cobertura do caso Lunus (escândalo político que envolveu a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, na corrida presidencial de 2002) em veículos impressos. Considerando o jornalismo como uma prática social e cultural, busca-se entender o seu impacto na sociedade contemporânea, principalmente em relação à política. Para explorar essas questões é necessário dimensionar o debate entre o nacional e o regional também na perspectiva da política, o que será feito neste capítulo.

A etapa inicial para este processo constituiu na exposição dos vínculos que consolidam a política brasileira, por meio de práticas cristalizadas ainda no nascimento da República. Em seguida, serão apresentados os personagens do escândalo que frustrou as intenções de autonomia da cúpula do PFL e do ex-presidente José Sarney. O contexto das eleições de 2002 apontou que o PFL saiu enfraquecido do pleito ao apostar na pré-candidatura de Roseana, pois a crise gerada pelo caso Lunus culminou na saída do partido da base aliada do PSDB e na redução de suas bancadas. E por fim, tem-se a contextualização do caso Lunus, à luz das teorias de Thompson e de Waisbord sobre escândalo político a fim de ilustrar os jogos de poder, tanto entre o meio político como nos veículos midiáticos.

Para compreender os laços tecidos nos âmbitos político-partidários e midiáticos de 2002, é fundamental uma incursão na história política brasileira, com a intenção de perceber que sua força motriz ainda carrega traços fortes da formação federalista, iniciada com a Carta de 1891 e maturada por um pacto não escrito elaborado por Campos Sales (1898 - 1902). Tal sistema estabeleceu que a força política dos atores do centro de poder era consolidada com o apoio de atores regionais.

A formulação desse pacto combinou o reconhecimento, por parte de Campo Sales, da preexistência de uma distribuição natural do poder na sociedade brasileira, com a definição de novas bases morais e doutrinárias para a política nacional, através de uma comunidade política despolitizada (LESSA, 2001, p. 44).

A figura dos presidentes de província, sem autonomia, foi suplantada pelos governadores de estado, com poder de decisão e total apoio do governo federal. Surgiu então a Política dos Estados, amplamente acolhida pelos chefes regionais que viraram adeptos da nova sistemática, na qual a periferia legitimava, pelo voto, o poder central e este concedia autonomia, cargos e verbas aos chefes estaduais.

Segundo Lessa (2001), tal política significou um congelamento da competição nos estados, pois os grupos detentores de poder, no momento de realização do pacto, adquiriram condições de “eternização” nos governos estaduais. Houve um engessamento da competitividade garantida pela democracia. Desta forma, a Política dos Governadores reforçou o papel desempenhado pelos estados ao longo da vida da República, atribuindo o protagonismo aos estados localizados no centro, em detrimento dos estados periféricos que ficam margeados dos processos decisórios. Estes são responsáveis apenas por corroborar as decisões políticas centrais, não importando as estratégias utilizadas localmente para estabelecimento de sua força representativa:

[...] Dos pequenos estados esperava-se apoio incondicional em função da premiação oferecida: não intervenção, cinismo diante dos esbulhos cometidos contra a cidadania e socorro do Tesouro Federal. Aos grandes estados o modelo acena com maiores atribuições. A eles caberá a direção dos negócios da República, contribuindo para introduzir alguns dilemas no modelo imaginado por Campos Sales. Do ponto de vista do Governo Federal, [...] não importa por quais procedimentos as bancadas e os governos estaduais sejam eleitos se, no plano federal, eles agem em consonância com o poder central (LESSA, 2001, p. 55).

Com isso, implantou-se uma tradição política reforçada por outros governantes nas demais fases da vida republicana brasileira. Além dos governadores, surgiram figuras determinantes para esta estruturação de poder, os coronéis, que se aliaram ao setor político para reagir à decadência econômica da agricultura, no início do século XX. Segundo Santos (2006, p. 13), “A possibilidade de diminuição de seu poder fez com que ele assumisse um papel diferencial como um intermediário entre o poder federal e o setor empresarial. Esta é sua condição de sobrevivência neste momento histórico”. De acordo com a autora, o coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do estado antes que o predomínio do coronel:

[...] o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo (SANTOS, 2006, p. 2).

Raymundo Faoro, em sua obra *Os Donos do Poder*, explicou que o coronelismo se manifesta num “compromisso”, “uma troca de proveitos” entre o chefe político e o governo estadual, com o atendimento, por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitorado rural, representando assim uma forma peculiar de delegação do poder público no campo privado. Ele descreve o coronel como aquele que utiliza seus poderes públicos para fins particulares, misturando a organização estatal e seu erário com os bens próprios. Na

perspectiva do autor, criou-se assim um sistema de reciprocidade: “[...] de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força política” (FAORO, 1995, p. 632).

Há um debate polêmico em torno da sobrevivência do coronelismo após esta fase. O próprio autor desta terminologia, Victor Nunes Leal, acredita que o coronelismo acabou na década de 1930, com a implantação do Estado Novo. Faoro (1995, p. 633) defende que o coronelismo não é um fenômeno novo e nem é exclusivo do Brasil, apresentando similaridades com o sistema do “compadrazzo” latinoamericano e a “clientela”, na Itália - representações de uma estrutura patrimonial. O autor embasou seu argumento na teoria do filósofo inglês Thomas Hobbes, na qual o poder “se exerce de modo original, de homem para homem, ou através de uma estrutura instrumental, com a impessoalidade derivada dessa intermediação institucionalizada. Trata-se de um poder de homem a homem, não racional, pré-burocrático, de índole tradicional”.

Observou-se que a estrutura básica da troca de favores para sustentar as ações do poder central vigorou ao longo das décadas, não nominalmente como fez Campos Sales, mas implicitamente nos jogos de poder político das votações e dos comandos partidários nas bancadas do Congresso Nacional. A troca de favores está presente na política brasileira como sustentáculo para sua sobrevivência. Contemporaneamente, diversos políticos construíram suas carreiras embasadas no sistema de favores, destacando-se entre eles Antônio Carlos Magalhães, na Bahia; Jader Barbalho, no Pará; e José Sarney, no Maranhão, podendo ser considerados “novos coronéis”.

Esta pesquisa focará sua análise na trajetória de José Sarney, talvez o exemplo “mais tradicional” do sistema paternalista em vigor no âmbito político brasileiro. Sarney ingressou na vida pública na década de 1950, apadrinhado localmente por uma oligarquia, e a partir daí construiu laços que fortaleceram um trânsito entre o nacional e o regional, com atuação em partidos de oposição e de situação. Sarney se manteve na função de autenticar a força central localmente, como na Política dos Governadores, fazendo uso dos poderes federais para obter representatividade no Maranhão. Construiu uma trajetória política flexível dentro do sistema conservador brasileiro, alternando estrategicamente de partidos para se manter no poder. Neste ínterim, enveredou também no campo intelectual do país, por meio da literatura. Foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, na década de 1980 – uma forma de obter maior respaldo junto aos seus pares no eixo nacional. Hoje, após ter sido eleito (direta e indiretamente) para os cargos de deputado federal, governador, senador, presidente

da República e presidente do Senado mantém uma influência nacional, alicerçada no sistema oligárquico implantado no Maranhão e expandida até o Amapá².

Embasado na sua experiência política no circuito nacional e baseado nas estratégias regionais, Sarney tentou viabilizar um projeto de continuidade do seu poder que consistia na indicação da filha para concorrer à presidência da República, em 2002, pelo PFL. Conhecedor dos meandros, o político reuniu aliados, afilhados e correligionários para concretizar o projeto. Mas foi justamente o sistema do qual se beneficiou durante cinquenta anos de vida pública para se manter no poder e garantir sua circulação entre os dois eixos que interferiu nas suas pretensões. Apesar do destaque que obteve no cenário nacional, Sarney era (é) um representante periférico, que esteve “livre” durante anos para utilizar os diversos recursos de garantia de poder, e assim o fez. Estas práticas depuseram contra suas intenções, pois o clientelismo, o mandonismo e até mesmo o “coronelismo” (CARVALHO, 1996) adotados regionalmente não só estigmatizaram sua figura e de sua filha, mas se consolidaram como um ponto frágil em sua biografia. As articulações nos bastidores e o êxito nas lideranças de cargos representativos não eximiram seu *modus operandi* regional, explorado pelos opositores de Roseana – acentuadamente pela base tucana do PSDB.

A mistura do público e do privado, o uso da máquina governamental em benefício particular no Maranhão, conhecida por aqueles que fazem o poder central (que durante anos foram coniventes com estas práticas não interferindo na política regional), foram exibidos nacionalmente. Tais contravenções não permitiram a continuidade de Roseana na disputa de 2002, interrompendo a corrida na pré-campanha, no momento em que a pré-candidata começou a apresentar uma aceitação vantajosa diante dos adversários.

Para sedimentar a base analítica desta pesquisa três aspectos dos bastidores deste escândalo serão articulados: o percurso da família Sarney na política brasileira, compreendido a partir da figura de José Sarney (o sustentáculo do grupo político que carrega seu nome); o contexto eleitoral do pleito de 2002 e o detalhamento do caso Lunus.

2.1 A trajetória da família Sarney: de José a Roseana

José Ribamar Ferreira de Araújo Costa nasceu na cidade de Pinheiro (interior do Maranhão, localizado a 103 km de São Luís), em 24 de abril de 1930. O nome Sarney foi incorporado em referência ao pai que assim se chamava, o magistrado Sarney de Araújo Costa

² O Amapá foi elevado à categoria de Estado da Federação em 1º de janeiro de 1991, após articulação do presidente Sarney.

(COUTO, 2007). Sua figura sustenta a imagem da família e garante uma conexão “cosmopolita” do Maranhão com Brasil, seja por meio de articulações políticas – que já ocupou um lugar de relevância no governo federal, onde ainda hoje exerce influência – como também pelas articulações midiáticas.

Ingressou na vida pública, no Partido Social Democrata (PSD), na oligarquia liderada pelo senador Vitorino Freire³, entre 1946 a 1965. Em 1954, assumiu o cargo de deputado federal (como suplente pelo PSD). A partir de 1955, Sarney se aliou às Oposições Coligadas, concorrendo pela União Democrática Nacional (UDN). Foi eleito em 1958, para a Câmara Federal, por este partido. Sarney passou a compor a ala “Bossa Nova” da UDN, formada por políticos progressistas. Sua figura começou a ascender no cenário nacional ao assumir os postos de líder regional e vice-líder nacional, em 1962, quando foi reeleito deputado federal, com 21.294 votos.

A consolidação do poder regional de Sarney foi viabilizada apenas com o apoio do golpe militar de 1964, que fomentou sua candidatura ao governo do Maranhão, pois a UDN era principal base civil do golpe militar. Neste período o candidato foi duplamente apoiado: por uma corrente heterogênea de seguimentos da sociedade contra o vitorinismo e pelos militares, visto que o cenário local propiciava opções limitadas ao marechal Castelo Branco (1964 - 1967). Os militares promoveram ampla revisão eleitoral, por meio do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), para impedir as intervenções de Vitorino nos resultados dos pleitos. Em 1965, José Sarney foi eleito governador do Maranhão com 112.062 votos. Sua gestão foi beneficiada pelas articulações mantidas nacionalmente com o governo militar, fator determinante para a inclusão do estado no canteiro de obras do “Milagre Econômico”. Sarney vinculou sua imagem à “revolução”, sendo o mediador do governo federal no Maranhão. Após a implantação do bipartidarismo no Brasil, com o Ato Institucional nº 2 (1965), Sarney se tornou membro da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Por este partido, foi eleito senador pelo Maranhão (1970), ao término do mandato de governador. Reelegeu-se em 1978 com mais de 200 mil votos, a maior votação da Arena, 63,7% dos votos válidos.

A flexibilidade política de Sarney foi evidenciada no período que antecedeu o fim da ditadura militar, quando este demonstrou que sua convicção partidária variava de acordo com o cenário positivo para o partido ao qual pertencia. Com a extinção do bipartidarismo, em 1979, o líder da Arena tornou-se um dos fundadores e presidente do PDS, até 1984,

³ O pernambucano Vitorino Brito Freire mudou-se para Maranhão em 1933 para ser Secretário-Geral do Estado (1934) do interventor capitão Martins de Almeida. Entre os anos de 1946 e 1965 consolidou um sistema oligárquico no estado.

partido situacionista que apoiava o general João Figueiredo. Nas vésperas da formação da Frente Liberal, capitaneada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Sarney abandonou o Partido Social Democrata (PDS) e passou a compor a chapa como vice-presidente de Tancredo Neves, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Com a vitória das eleições indiretas em 15 de janeiro de 1985 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2008), Sarney deu início ao ápice de sua vida pública. Tomou posse interinamente em 15 de março de 1985, sob a tutela do agora Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), até a recuperação do presidente, que se encontrava com graves problemas de saúde. Em decorrência do falecimento de Tancredo, em 21 de abril, tornou-se o presidente do Brasil, entre os anos de 1985 - 1990.

Durante o primeiro ano de governo cumpriu o planejamento elaborado por Tancredo e Ulisses Guimarães e, a partir de 1986, imprimiu um modelo próprio de gestão para administrar o país. Sua passagem pelo Planalto foi conflituosa, visto que seu mandato foi marcado por uma política monetária ineficiente, com altos índices de inflação e sucessivos planos econômicos frustrados: o primeiro foi o Plano Cruzado, criado em fevereiro de 1986; nove meses depois foi lançado o Plano Cruzado II; Em 1987, o ministro Bresser Pereira lançou o Plano Bresser, com congelamento de preços e salários; a lista de planos foi encerrada com o Plano Verão, de janeiro de 1989, criado pelo ministro Máílson de Nóbrega que incluiu até a fixação do Câmbio (BARBEIRO; CANTELE, 2008). Entre os anos de 1989 e 1990, a inflação acumulou 2.751% (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2008).

Outra característica de sua gestão foram os escândalos políticos, dentre eles destacou-se a Comissão Parlamentar de Inquérito da Corrupção, instalada no Senado em 10 de fevereiro de 1988, para apurar as denúncias contra o ministro do Planejamento Aníbal Teixeira – exonerado em 19 de janeiro. As investigações atingiram vários setores do governo, inclusive o presidente, que se recusou a responder à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). As conclusões da comissão apontaram que Sarney distribuiu o dinheiro público destinado aos municípios, movido por interesses políticos: os recursos nunca eram suficientes e o presidente usava a reserva de contingência, com apoio de Aníbal (CASTELLO, 1988). Em 13 de dezembro, solicitou-se ao presidente da Câmara, Ulisses Guimarães, o *impeachment* de Sarney e o seu enquadramento, com os ministros Máílson da Nóbrega (Fazenda), João Batista Abreu (Planejamento), Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), José Reinaldo Tavares (Transporte) e o Consultor Geral da República, Saulo Ramos, por crimes de responsabilidade. O pedido foi arquivado pelo novo presidente da Casa, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), em 22 de fevereiro de 1989, por falta de "provas conclusivas" (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS,

2008). Estes anos foram decisivos para a formação de uma sólida rede de relacionamento que garantiram mobilidade a família Sarney nas estruturas de poder.

Um dos compromissos estabelecidos por Tancredo e pelo PMDB foi a criação de uma nova Constituição, que proporcionasse a redemocratização do país. Ulisses Guimarães conduziu o processo que levaria a elaboração da nova Constituição com a anuência de Sarney, que se beneficiou do período de negociação para manter um mandato de cinco anos e o regime presidencialista. Após a instalação da Assembléia⁴ Nacional Constituinte, em 1º de fevereiro de 1987, Sarney fez um pronunciamento informando que estaria disposto a abrir mão de um ano, para evitar uma discussão que poderia imobilizar a nação - mesmo com a Constituição fixando em seis anos o mandato (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2008). Iniciou-se então uma discussão interna⁵ no PMDB e com partidos de oposição, ambos queriam novas eleições imediatas. Em 18 de novembro de 1987, três dias depois de a Comissão de Sistematização ter aprovado a adoção do parlamentarismo e a fixação do seu mandato em quatro anos, Sarney anunciou que envidaria todos os esforços para viabilizar a realização de eleições diretas no ano seguinte. Para contornar a situação, o presidente foi acusado de utilizar recursos públicos a fim de negociar sua permanência no cargo. Em 02 de junho, o plenário da Constituinte determinou que o mandato de Sarney durasse cinco anos e marcou para 15 de novembro de 1989 a escolha do seu sucessor.

Ao fim do mandato presidencial, Sarney recorreu a uma manobra oportunista para garantir sua visibilidade pública: como não poderia ser candidato a senador pelo Maranhão, visto que o governador Eptácio Cafeteira não abriu mão da candidatura ao Senado pelo PMDB (COUTO, 2007), teve que expandir territorialmente seu controle político. Sarney instituiu sua residência eleitoral no recém criado Amapá, onde se candidatou, em 1990, ao Senado, sendo eleito pelo PMDB para representar o estado nas legislaturas de 1991 a 2006. Durante este período ocupou postos de destaque nacional como a presidência do Senado, no período de 1995 a 1996 e 2003 a 2004. Reelegeu-se em 2007 para mais um mandato pelo Amapá, com 53,87% dos votos.

Esta estratégia é característica da Oligarquia Sarney, que durante todas estas décadas buscou justificar sua existência na democracia brasileira (COSTA, 1996), em eleições periódicas, com voto popular, valorizando a “liberdade de expressão”. Sarney apoiou a

⁴ O PMDB elegeu os governadores em 22 dos 23 estados, 46 dos 72 senadores e 260 dos 487 deputados federais.

⁵ A crise na base governista aumentou em 9 de janeiro de 1988, quando o grupo histórico do PMDB (Mário Covas Fernando Henrique Cardoso e Pimenta da Veiga) exigiu do Diretório Nacional que rompesse definitivamente com o governo Sarney em um mês.

eleição dos afilhados políticos para o cargo de governador, por meio de um sistema paternalista de voto (quadro 1):

Governador(a)	Gestão
João Castelo ⁶	1979 – 1982
Luiz Rocha ⁷	1983 – 1986
Epitácio Cafeteira ⁸	1987 – 1990
Edison Lobão ⁹	1991 – 1994
Roseana Sarney	1995 – 2002
José Reinaldo Tavares ¹⁰	2002 – 2006
Roseana Sarney	2009 – 2010

Quadro 1 – Governadores eleitos com apoio direto de José Sarney
Fonte: Costa (1996)

Com isso a família Sarney pode ser considerada uma “oligarquia que governa pelas urnas”, visto que periodicamente, por meio de seus candidatos, é escolhida pelo eleitorado maranhense (COSTA, 1996, p. 11). Paralelamente à consolidação de seu grupo político, por meio da eleição de afilhados, Sarney fortaleceu os laços de poder na própria família. Apoiou a candidatura de José Sarney Filho como deputado estadual (1979 - 1982), deputado federal por oito legislaturas consecutivas (1983 - 2010); promoveu a indicação do filho como ministro do Meio Ambiente - no período de janeiro de 1999 a março de 2002 do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Articulou a eleição da filha Roseana como deputada federal, governadora e senadora.

Juntamente à carreira política o advogado José Sarney buscou consolidar uma carreira de intelectual, como outro alicerce de legitimidade e garantia de trânsito nacional. Em 1952, ingressou na Academia Maranhense de Letras; em 1973, na Academia Brasiliense de Letras; em 1980, na Academia Brasileira de Letras e Academia de Ciências de Lisboa, 1985. Sua bibliografia¹¹ inclui contos, discursos políticos, poesias, e romances (alguns foram

⁶ Prefeito de São Luís (2008 - 2012) pelo PSDB e atualmente é oposição à Sarney.

⁷ Teve a vida pública continuada pelo filho, atualmente deputado federal do Maranhão pelo PSDB, opositor de Sarney.

⁸ Foi adversário histórico de José Sarney e atualmente integra o grupo da Oligarquia no Maranhão, como senador do Maranhão (PTB).

⁹ Senador maranhense pelo PMDB, atual Ministro de Minas e Energia do governo Lula, indicado por Sarney.

¹⁰ Foi Ministro de Transportes na gestão de Sarney e vice-governador de Roseana, em 1998. Atualmente faz oposição ao grupo da família Sarney, foi um dos articuladores da eleição de Jackson Lago, em 2006.

¹¹ Moraes (2000) aponta as seguintes obras como as principais de José Sarney: A canção inicial (poesia), 1952; A pesca do curral (ensaio), 1953; Norte das águas (contos), 1969; Maribondos de fogo (poesia), 1979, 1986 -

traduzidos para Europa e América Latina). Dentre suas condecorações internacionais estão o Prêmio de Integração Latino-Americana, México (1992); Doutor Honoris Causa das Universidades de Pequim, Moscou e de Coimbra; Grã-Cruz da Legião de Honra da França, entre outros.

Em 2009, Sarney¹² pleiteou a presidência do Senado, sendo eleito, em 02 de fevereiro, pela terceira vez presidente da Casa, pelo PMDB, derrotando o petista Tião Viana (Acre). A constante tensão entre poder e escândalo ocasionada pela herança oligárquica do seu *modus operandi* político (no qual o público e o privado são misturados costumeiramente), mais uma vez se impôs na sua biografia pública. Políticos insatisfeitos com sua vitória começaram a relatar o funcionamento do Senado por meio de denúncias anônimas à imprensa: o recebimento de horas extras por 3 mil funcionários, durante o recesso parlamentar; o uso indevido dos imóveis funcionais; contratações irregulares de serviços terceirizados e, sobretudo, a distribuição de cargos a familiares e afiliados políticos dos senadores. Explodiu assim a chamada crise ética do Senado, que mobilizou a mídia cotidianamente durante a maior parte de 2009.

O desgaste da imagem de Sarney atingiu o ápice com a denúncia do jornal *O Estado de São Paulo* sobre os “atos secretos”, na edição de 10 de junho de 2009. A “caixa preta” da Casa era composta por cerca de 300 atos administrativos (não publicados) usados para criar cargos, aumentar salários e nomear parentes, amigos, nos últimos dez anos. Por meio deste sistema, Sarney nomeou netos, o irmão e outros parentes que foram descobertos na folha do Senado. Com o acesso aos atos, a imprensa descobriu mais escândalos como a exoneração do neto¹³ de Sarney do gabinete do senador maranhense Epitácio Cafeteira, para cumprir a súmula antinepotismo do Supremo Tribunal Federal (STF); a participação de José Adriano Cordeiro Sarney, outro neto de Sarney, como proprietário da empresa Sacris Consultoria, Serviços e Participações Ltda. - operadora de crédito consignado aos servidores

Lisboa; O parlamento necessário, 1982 (discursos, 2 volumes) ; Falas de bem-querer, 1983 (discursos); Dez contos escolhidos, 1985; Brejal dos Guajas e outras histórias, 1985; A palavra do presidente, 1985-1990 (discursos, 6 volumes) ; Brejal dos Guajas e outras Histórias, 1985; Tales of the rain and Sunlight, 1986 (Inglaterra); Sexta-feira, Folha, 1994 (crônica); O dono do mar (romance), 1995; Amapá, a Terra onde o Brasil começa, 1998 (história); A onda liberal na hora da verdade, 1999 (crônica); Saraminda (romance), 2000; Saudades mortas (poesia), 2002 ; Canto de página, 2002 (crônica) ; Crônicas do Brasil contemporâneo, 2004, 2 volumes ; Tempo de pacotilha, 2004; 20 anos de democracia, 2005 (discursos, 2 volumes); 20 anos do Plano Cruzado, 2006 (discursos); Semana sim, outra também, 2006 (crônica); A duquesa vale uma missa (romance), 2007.

¹² Um dos motivos da disputa deste cargo foi a necessidade de amenizar o avanço (e o impacto) da nova operação da Polícia Federal nos negócios da família Sarney no Maranhão. O filho de Sarney, Fernando, estava sendo investigado, na época, por compra de votos nas eleições de 2006, tráfico de influências no Ministério de Minas e Energias entre outros crimes.

¹³ João Fernando Michels Gonçalves Sarney, 22 anos, filho de Fernando Sarney (fora do casamento) recebeu salário mensal de R\$ 7,6 mil, durante 20 meses.

do Senado, desde 2007. Todas estas denúncias somadas à descoberta de mais de 350 novos atos, totalizando 650, corroboravam um coro que pediu a renúncia do presidente. A polêmica mobilizou o Congresso Nacional e a sociedade civil, por meio da mídia. Entretanto, o senador recorreu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva alegando não ter culpa da crise do Senado e exigindo apoio da base governista. Como argumentos, Sarney utilizou os anos de serviços prestados ao país durante sua vida pública “sem manchas” e afirmou durante discurso proferido na plenária, no dia 05 de agosto de 2009, que ficaria no cargo.

Sua permanência no comando do Senado e a sobrevivência da última oligarquia no país demonstram que aos 80 anos Sarney é uma das figuras mais influentes na política nacional, alicerçado por uma dupla base política: uma nacional, construída ao longo de cinco décadas em mandatos públicos, e uma base regional, dividida entre os estados do Maranhão e do Amapá. Transita entre as margens e o centro da política brasileira tecendo laços e parcerias como a influência (e atuação) do PMDB, no governo do petista Lula, e ao mesmo tempo, mantém relações paternalistas junto à bancada e os políticos regionais.

2.1.1 Roseana Sarney

Roseana Macieira Sarney Murad nasceu em São Luís, no dia 1º de junho de 1953. Mudou-se para Brasília no início da década de 1960, acompanhando o pai no segundo mandato de deputado federal. Voltou para o São Luís aos 12 anos, quando o pai foi eleito governador do estado. Foi aprovada no curso de Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UnB), no início da década de 1970. Antes de iniciar a graduação foi ao encontro dos irmãos Fernando e José Sarney Filho para estudar inglês e francês, na Suíça. Não concluiu os cursos porque foi submetida a uma cirurgia para retirar um cisto no ovário. No retorno da viagem, casou-se com o economista e administrador de empresas Jorge Murad e foi morar em São Paulo, transferindo o curso da UnB para Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em 1978, retornou para Brasília, onde concluiu o curso de Ciências Sociais, passando a desenvolver pesquisas no Congresso Nacional, objetivando seguir a carreira política.

Como herdeira política de Sarney, foi beneficiada diretamente pela passagem do pai na Presidência da República, pois teve sua carreira pública planejada pelo político, que a colocou em cargos¹⁴ estratégicos como a assessoria parlamentar do Gabinete Civil da

¹⁴ Anteriormente ocupou outros postos administrativos em Brasília como a chefia de gabinete de José Sarney, no Senado em 1974, no mesmo ano trabalhou na Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap); Entre

Presidência da República, onde trabalhou até 1989. O passo seguinte foi o lançamento da sua candidatura a deputada federal do Maranhão, pelo PFL. Em outubro de 1990, com o slogan “Roseana: um Congresso mais forte e mais bonito” foi a primeira deputada federal maranhense eleita, com 44.785 votos. Na Câmara dos Deputados, integrou a Comissão de Economia, Indústria e Comércio, a vice-liderança do governo federal na Casa e a coordenação da comissão suprapartidária da campanha pró-*impeachment* na Câmara, em 1992. Neste período Roseana deu os primeiros passos no eixo central da política, sempre balizada pelo seu pai, já senador pelo Amapá, e pelo irmão, deputado federal do Maranhão.

Após a experiência no âmbito federal, pleiteou o cargo de governadora do Maranhão, em acirrada disputa com o ex-deputado federal, ex-prefeito de São Luís, ex-governador do Maranhão e então senador Epiácio Cafeteira¹⁵, no ano de 1994, sendo a primeira mulher a governar uma unidade da federação brasileira. Quatro anos depois, Roseana foi reeleita com 66% dos votos, no primeiro turno das eleições de 1998. Foram 1.005.399 votos válidos. A coligação responsável pela vitória era composta por doze partidos reunindo correntes distintas, como PFL e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O apoio foi quase unânime: dos 217 municípios maranhenses, 210 estavam com a governadora; situação repetida na Assembléia Legislativa, onde 37, dos 42 deputados, eram aliados da candidata. Terminou seu mandato aprovada por 88% dos maranhenses. Trajetória que somada à articulação política capitaneada pelo pai, permitiu sua apresentação como pré-candidata do PFL à Presidência da República nas eleições de 2002. A imagem pública¹⁶ de Roseana com, nuances cosmopolitas, adaptada especialmente para o pleito das eleições de 2002, não resistiu à operação realizada pela Polícia Federal no Maranhão e sua simultânea publicização na mídia nacional. Para Weber (2004, p. 281), “o investimento em propaganda e adoção da mídia ao ‘fenômeno político-midiático brasileiro’ (Roseana) não foram suficientes para diluir as questões éticas e legais e a candidata desaparece. Vence a política”.

Após a crise nacional, Roseana foi eleita senadora pelo Maranhão, em outubro de 2002, com 1.314.524 dos votos (70% dos votos). Em 2006, disputou as eleições estaduais, mas perdeu o governo do estado para o pedetista Jackson Lago, vitorioso com 1.393.754

1983 a 1984 atuou como Secretária Extraordinária do Governo do Maranhão em Brasília e em 1985 trabalhou junto à Aliança Democrática, durante a campanha para eleição de Tancredo Neves.

¹⁵ Com apenas 1% de diferença, vence o tradicional político, e inimigo circunstancial do clã Sarney. Exatos 20.060 votos definiram a disputa no segundo turno, Cafeteira obteve 735.841 votos contra 755.901 da adversária.

¹⁶ Para Boorstin (1987), a imagem pública é planejada: é criada especialmente para servir a um fim, para causar um determinado tipo de impressão. Ela é um perfil cuidadosamente trabalhado da personalidade de um indivíduo ou instituição, que só se torna real quando se torna público. Assim, uma imagem é uma "personalidade" pública visível na medida em que pode ser distinguida de um "caráter" privado interior.

votos válidos (51,82%). Em dezembro do mesmo ano Roseana se afiliou ao PMDB, articulação que garantiria, em março de 2007, a indicação do presidente Lula para o cargo líder do governo no Senado. Entretanto, houve uma reviravolta política no estado, devido a cassação do governador Jackson Lago, em 03 de março de 2009, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O ato foi uma resposta à ação movida pela coligação “Maranhão A Força do Povo” (da qual Roseana é a líder), que acusou o pedetista de abuso de poder econômico e compra de votos durante o pleito de 2006. A corte julgou que a candidata Roseana Sarney, segunda colocada na disputa, assumiria o comando do Maranhão logo após serem encerradas as possibilidades de recurso da defesa de Jackson. Fato ocorrido no dia 17 de abril de 2009, quando Roseana foi empossada governadora.

O percurso “próspero” da trajetória política do clã Sarney demonstra que estruturas arcaicas de poder convivem (em aparente harmonia) com as tentativas de renovação democrática após o regime militar. As consequências de 50 anos de dominação política, sem alternância de poder, são evidenciadas pelos índices vigentes no Maranhão, conhecidos nacionalmente pelo baixo desempenho. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁷, a população maranhense é composta por 6.118.995 habitantes, dos quais 21,4% com mais de 15 anos são analfabetos – sendo os índices de analfabetismo funcional mais críticos, atingindo 34,8% dos maranhenses. O estado tem a segunda maior taxa de mortalidade infantil do país (39,2 por mil nascidos vivos). Os maranhenses apresentam a segunda menor expectativa de vida entre os brasileiros: 67,6 anos - a esperança de vida média no Brasil é de 72,7 anos. A energia elétrica chega a 90,2% dos domicílios; apenas 47% dos maranhenses possuem serviços de telefonia. Os meios de comunicação massiva são plataformas de controle político no estado, pois em sua maioria pertencem a grupos políticos, inclusive a família Sarney, cerceando assim o direito de informação, ou o livre acesso a ela, por parte dos cidadãos. A sobrevivência da “oligarquia Sarney” na política brasileira, mesmo depois do cenário desfavorável no território maranhense, demonstrou sua força e articulação nacional: Roseana foi líder do governo no Senado e é atual governadora do Maranhão; o pai¹⁸ é senador pelo Amapá, presidente do Senado e conselheiro do presidente Lula. Tal resistência foi consolidada ao longo de 50 anos de poder, alternando papéis de oposição e situação, com uma ampla articulação política no âmbito nacional e o domínio político regional, reforçado pelo controle de mídias locais.

¹⁷ De acordo com informações obtidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2007, realizada pelo IBGE.

¹⁸ Sarney indicou o senador maranhense Edson Lobão (PMDB) para o cargo de Ministério de Minas e Energias, suprimindo a escolha da Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff para a pasta.

2.2 Eleições 2002

Mudança. Esta era a tônica do discurso de qualquer concorrente da base tucana nas eleições de 2002. Pensando nesta estratégia, os candidatos exploraram as deficiências do governo FHC, sobretudo na área socioeconômica, para pleitear a vaga no Planalto. Das seis candidaturas presidenciais que disputaram, cinco tinham à frente partidos de oposição e de origem socialista (ALDÉ, 2003). Neste contexto Roseana Sarney foi apresentada pelo PFL como uma proposta de renovação política.

A entrada de uma representante do Nordeste e sua ascensão na cena política provocou algumas mudanças no “previsível” cenário das eleições, na qual o candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva iria disputar a presidência com um representante do partido da base governista, desta vez o tucano José Serra. Outros candidatos de menor expressividade participariam da disputa para tirar o caráter plebiscitário. A incursão de Roseana pelo PFL, tradicional aliado do PSDB, desestabilizou momentaneamente os candidatos tidos como preferenciais e provocou diversas fissuras em alianças tradicionais. Tratava-se de uma candidata com passagem no centro do poder e vínculos atuais na periferia da política. Como já foi explicitado, Roseana Sarney foi deputada federal e governadora; é herdeira da última oligarquia brasileira, cujo líder (Sarney) foi presidente da República após a redemocratização do Brasil em 1985, presidente do Senado e se consolidou como líder (permanente) do PMDB – partido vital nas decisões políticas do Congresso. Era uma candidata que teve sua carreira articulada no centro do poder, apoiada por um partido forte¹⁹ e por isso, chegou a incomodar os adversários na pré-campanha de 2002.

Sua participação na disputa presidencial de 2002 foi resultado de um trabalho de articulação desencadeado nos bastidores da cena política, a partir de 2000, entre caciques, partidos e demais entidades vinculadas ao jogo do poder político brasileiro. José Sarney e Jorge Bornhausen²⁰ (PFL) orquestraram as negociações durante todo o processo que incluiu a inserção do nome de Roseana na mídia nacional até o desfecho, com a redução de popularidade da governadora. Portanto, a participação de Roseana na disputa de 2002 não foi um mérito alcançado pela sua atuação como governadora, nem do seu possível destaque como

¹⁹ Em 1998, o PFL elegeu 6 senadores (Bahia, Pernambuco, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins), 6 governadores (Amazonas, Bahia, Piauí, Paraná, Maranhão e Tocantins), 105 deputados estaduais e uma bancada federal de 170 deputados.

²⁰ O senador Jorge Bornhausen foi Ministro da Educação durante a gestão de Sarney na Presidência (1985-1990).

representante periférica ou um consenso do PFL no Nordeste/Maranhão, mas um acordo endossado nos bastidores políticos do centro, cujo articulador foi José Sarney, seu pai.

O êxito de sua candidatura implicava na superação de dois obstáculos centrais: o primeiro era consolidar uma imagem pública positiva no cenário nacional, em uma curta margem de tempo, que a desvinculasse dos baixos indicadores socioeconômicos do Maranhão e do clientelismo político praticado pela sua família no estado. O segundo era concorrer com adversários, alguns deles com maior visibilidade pública no imaginário simbólico dos eleitores como o experiente candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva, deputado federal da Constituinte, presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores (PT) e candidato pela quarta vez consecutiva à Presidência; José Serra (PSDB), senador pelo estado de São Paulo, ex-ministro do Planejamento e da Saúde (governo de FHC); e outros com visibilidade similar ou inferior a da governadora como o ex-ministro da fazenda (governo Itamar Franco), ex-prefeito de Fortaleza, ex-governador do Ceará, Ciro Gomes (Partido Popular Socialista - PPS); o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (Partido Socialista Brasileiro - PSB); o sindicalista e ex-candidato à Presidência José Maria Almeida (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados - PSTU) e o jornalista Rui Costa Pimenta (Partido da Causa Operária - PCO). Ambas as questões foram solucionadas por meio de um ambicioso plano de marketing político que colocou Roseana na preferência dos brasileiros, como mostra pesquisa realizada pelo Datafolha em janeiro de 2002, na qual a candidata venceria o presidencial Lula no segundo turno. O placar dos votos seria de 46% para governadora e 40% para o candidato petista. De forma “meteórica” Roseana saltou de provável candidata no segundo semestre de 2001, para líder das pesquisas no primeiro trimestre de 2002. Os índices foram crescentes até março de 2002.

A ascensão repentina foi resultado do somatório de ações envolvendo marketing político e a realização de pseudo-eventos²¹, marcados por sua construção e efeito definidos. Além das 240 inserções em propagandas nacionais do PFL, foi articulado um merchandising positivo do Maranhão que incluiu gravações de capítulos da novela da TV Globo *O Clone* (2001-2) nos Lençóis Maranhenses e na capital do estado; um desfile nas escolas de samba carioca, sendo o Maranhão tema da escola Grande Rio, além da constante presença na imprensa em jornais²² e revistas de circulação nacional. A imagem pública da pré-candidata construída por uma equipe de marketing político, coordenada Nizan Guanaes, era de uma

²¹ De acordo com Boorstin (1987), os pseudo-eventos são acontecimentos planejados, construídos para atingir um fim próprio, seja promover uma marca ou pessoa. É amplamente usado pelo marketing, seja político ou de outras áreas.

²² Chegou a ser eleita pela revista Isto É (edição especial) como “brasileira do ano”, em janeiro de 2002.

mulher cosmopolita, com trânsito nos centros de poder do país, buscando distância da imagem de política nordestina. Evitou o uso do sobrenome, com intenção de desvincular nacionalmente sua imagem da política regional de sua família no Maranhão. O que denotou não uma busca por mudança do fluxo de poder no eixo centro/margem, mas uma tentativa conservadora, baseada nos moldes oligárquicos, de dar continuidade ao poder do centro. Suas aparições sugeriam dinâmica, simpatia, em viagens, de carro, de avião e de trem. Os programas políticos utilizavam homens de destaque nacional para conceituar a candidata, intercalando os discursos com imagens positivas do Maranhão. Sua trajetória foi ilustrada em fotografias com personalidades públicas como Ulisses Guimarães.

Até o dia 1º de março de 2002 o investimento em uma candidatura autônoma do PFL estava sendo positivo, tendo em vista os índices de Roseana nas pesquisas de intenções de votos. Para o partido, aquela sexta-feira era mais um dia de campanha, com reuniões como o almoço ocorrido, em Florianópolis, entre o ministro da justiça Aloysio Nunes (que autorizou a operação da PF no Maranhão) e Jorge Bornhausen. Para José Serra e a cúpula tucana, era o ápice de uma batalha na arena política da disputa presidencial. Embates acompanhados em tempo real pela mídia. A partir desta data a cúpula do partido liderado por Bornhausen passou a acusar publicamente FHC e Serra de comandar a operação para deslegitimar a candidata, fato que alimentava ainda mais a cobertura intensa da mídia sobre o caso Lunus. A declaração oficial da candidatura estava marcada para março de 2002, mas foi adiada enquanto se buscava uma explicação concreta para alta quantia de dinheiro apreendida na sede da Lunus e as denúncias de corrupção junto a órgãos como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Depois das seis versões²³ apresentadas por Jorge Murad aos potenciais eleitores da pefelista, por meio de coletivas de imprensa e notas oficiais, a explicação não convenceu e foi um fato determinante para o cancelamento da candidatura

²³ A 1ª versão foi assumida por Roseana, quando declarou que a quantia seria para pagamento da folha de funcionários da empresa, em 1º/03. A 2ª versão surgiu no dia 04/03, quando Roseana disse desconhecer o destino do dinheiro. O advogado Vinícius Berredo informou que o dinheiro não pertencia à Lunus, mas a outra empresa que estava construindo um complexo turístico no Maranhão. A 3ª versão foi divulgada no dia 06/03, quando a assessoria da governadora divulgou nota assinada pelo sócio gerente da Pousada dos Lençóis Empreendimentos Turísticos, Luiz Carlos Cantanhede, que assumiu a sociedade com Murad na construção dos chalés na cidade de Barreirinhas (próximo ao Parque Nacional dos Lençóis). Na 4ª versão, Cantanhede informou que o valor decorria da venda de 18 chalés que fazem parte do projeto da pousada, pagos na planta. A 5ª versão fazia referência a descoberta da PF, que encontrou R\$ 150 mil em um envelope timbrado da empresa Sucesso, responsável por obras no governo do Estado. Segundo o advogado de defesa, a empresa teria adquirido dois chalés à vista. Na 6ª versão, Murad assume que o dinheiro foi uma arrecadação para a pré-campanha presidencial de Roseana, chegando a citar nome dos doadores (familiares, empresários e amigos).

de Roseana pela cúpula do PFL, justificada também pelos índices decrescentes da governadora.

O projeto de uma candidatura independente do PFL custou caro a Bornhausen, pois resultou no rompimento com o PSDB. O impasse entre o PFL e o PSDB, em decorrência do caso Lunus, foi prejudicial para ambos partidos, houve uma diminuição nas duas bancadas e, conseqüentemente, nas suas representatividades. O PFL elegeu menos governadores e deputados. Houve um decréscimo expressivo na participação da bancada, foram eleitos menos 50 deputados estaduais que em 1998 e menos 21 federais. No Maranhão, a crise não teve qualquer impacto sobre o partido, que elegeu um governador (o vice de Roseana no pleito de 1998), uma senadora (Roseana) e aumentou o número de deputados estaduais e federais. O prejuízo mais considerável foi o do PSDB, que perdeu o cargo de presidente e todas suas prerrogativas. Os tucanos ganharam mais quatro senadores e três governadores, em relação a 1998, mas as bancadas estaduais e federais sofreram quedas de 19 e 27 deputados, respectivamente. Já o PMDB manteve seu quadro estável no pleito, ganhou mais um governador e suas perdas foram resumidas a três senadores, quatro deputados federais e 30 deputados estaduais. Antes da operação Lunus, o PMDB conjecturou alianças com o PFL, após a desistência do partido de lançar um candidato autonomamente o PMDB passou a articular com o PT. Tal apoio se consolidou e foi reconhecido pelo presidente Lula na distribuição de cargos da gestão do Partido dos Trabalhadores. A figura de Sarney foi central na tessitura destes laços, já que este detém forte influência sobre as bancadas regionais, principalmente do Norte e Nordeste, como senador pelo Amapá e virtualmente senador pelo Maranhão, onde mantém a principal base física do seu grupo político de maior expressividade.

2.3 O escândalo político

Escândalo é a ação ou acontecimento que implica em contravenções capazes de provocar uma resposta pública, pela sua gravidade. Esta transgressão de valores éticos gera um discurso infamante por parte daqueles que estão “de fora” - de cunho moralizador que expressa a desaprovação das ações e dos indivíduos. Este discurso possui dupla função, pois ao mesmo tempo em que estigmatiza e contribui para o descrédito dos participantes da contravenção, é também o elo entre o acontecimento e a sua existência pública. Para um escândalo surgir, o discurso infamante deve assumir *status* de discurso público. Os veículos de comunicação tornaram-se fundamentais neste processo, pois a mídia passou a ser co-

participante na construção dos escândalos, quando esta os tornou públicos e os transformou em eventos midiáticos (THOMPSON, 2002). De acordo com Tuchman (2002), os relatos informativos não só conferem às ocorrências à sua existência como acontecimentos públicos, como também lhes atribuem um certo caráter, na medida em que ajudam a dar forma à definição pública dos acontecimentos, atribuindo-lhes de forma seletiva pormenores ou particularidades específicas.

A crescente visibilidade dos homens públicos, as mudanças nas tecnologias de comunicação e vigilância, as modificações na cultura jornalística e na cultura política contribuíram para uma prevalência cada vez maior do escândalo na política, ocasionando assim o escândalo político. Fato que levou à acentuação da política da confiança e à crescente regularização da vida pública, pois deixou as fontes públicas vulneráveis. Esta pesquisa faz uso da ideia de escândalo político estabelecida por Thompson (2002), na qual escândalo é um fenômeno onde as reputações individuais e a confiança estão em risco:

Escândalos são lutas travadas no espaço público e que são constituídas por ações e atos de fala de indivíduos e organizações que expõem, afirmam e condenam, bem como pelas ações e atos de fala daqueles que estão no centro das acusações e se veem presos no drama que se desenrola (THOMPSON, 2002, p. 296)

Thompson (2002) classifica o aparecimento do escândalo político como um acontecimento midiático uma construção recente, modelada pelas transformações sociais e econômicas que afetaram as organizações midiáticas do final do século XVII e início do século XIX. Esta construção ajudou a instituir a prática jornalística como um campo de ação relativamente autônomo - com ética e corpo profissionais próprios.

O campo²⁴ político, de acordo com Thompson (2002), foi se constituindo cada vez mais um campo midiático – isto é, um campo no qual a visibilidade midiática dos líderes políticos se tornou mais importante e no qual as relações entre políticos e cidadãos foram crescentemente moldadas pelas formas midiáticas de comunicação. A relação entre os dois campos é permeada pela tensão, já que a superexposição também tem seus riscos: pode se transformar rapidamente em escândalo, com a busca persistente da “imoralidade dos atores”, por seus adversários e pela mídia. Tal possibilidade faz do escândalo uma luta permanente pelo controle do poder simbólico (capacidade de criar acontecimentos, pela produção e transmissão de formas simbólicas).

²⁴ Este trabalho faz uso do conceito de Bourdieu (1998, p. 57) para definir a ideia de campo: Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior deste espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior deste universo, empenha em sua concorrência com outros a força (relativa) que detém e que define sua posição e, em consequência, suas estratégias.

Os indivíduos que circulam nos limites do campo político²⁵ dependem do uso do poder simbólico para influenciar outros e assim articular o curso dos acontecimentos. Para exercer um poder político consistente, é necessário ter um capital simbólico (prestígio acumulado e respeito) reconhecido, o que fomenta o apoio de outros campos de poder. Desta forma, os políticos estão cada vez mais vulneráveis a qualquer ameaça de diminuição dos seus estoques de capital simbólico, pois isto poderá enfraquecer a capacidade de exercer poder (THOMPSON, 2002). Uma “mancha” na reputação é um risco que os políticos devem evitar energicamente. De acordo com o autor, os escândalos midiáticos não acontecem simplesmente: eles passam a existir e se mantêm em contextos específicos, muitas vezes ligados a organizações particulares e sempre atuando dentro de finalidades e objetivos específicos - tornou-se uma arma contemporânea nas tensões que envolvem a disputa pelo poder e as imagens públicas.

Thompson (2002, p. 137) garante que um escândalo não é somente certeza de prejuízo pessoal à reputação do indivíduo, mas passa a ser um ponto vulnerável na sua trajetória política, uma ferida ou mancha, que enfraquece sua articulação e trânsito nos espaços de poder: “No campo político um estoque sadio de capital não é apenas um recurso útil: ele é uma condição necessária de eficiência política, tão importante como uma boa organização partidária e um forte apoio financeiro”. A separação entre a vida pública e a vida privada é um desafio imposto aos políticos, visto que há uma dificuldade em conciliar estas esferas sem esvaziar reputações na contemporaneidade. A tênue linha da reputação vive em constante tensão com as possibilidades de escândalo e suas respectivas consequências:

Um escândalo pode culminar com uma renúncia, abertura de um processo ou em alguma outra forma de resultado que venha prejudicar uma carreira e difamar uma vida, seguida de um período de exílio ou relativa marginalização, durante os quais uma pessoa pode começar o longo e muito árduo processo de reconstrução da reputação danificada (THOMPSON, 2002, p. 300).

²⁵ É o campo da ação e interação que está ligado à aquisição e ao exercício do poder político através do uso do poder simbólico, entre outras coisas. O uso do poder simbólico não é acidental ou secundário à luta pelo poder político, mas é essencial a ele. Todo aquele que quiser conquistar poder político, ou exercê-lo de uma maneira durável e efetiva, deve também usar o poder simbólico para cultivar e sustentar a crença na legitimidade – a não ser que se queira fazer uso da coerção, uma estratégia que é, como vimos antes, arriscada e que é, em qualquer circunstância, raramente empregada de maneira exclusiva (THOMPSON, 2002, p. 132).

Para Thompson (2002), são as narrativas²⁶ dos veículos de comunicação que ditam o ritmo do escândalo para sociedade, por meio de matérias em televisão, rádio, jornais, revistas, internet, interferindo diretamente no curso do acontecimento, por meio da inserção de novas informações no caso e a mobilização pública. Waisbord (1995, p. 1) reconhece o papel fundamental da mídia na concretização dos escândalos, mas amplia a visão de Thompson (2002), ao considerar o fenômeno como resultado de ações combinadas entre instituições - inclusive a imprensa, as comissões parlamentares e o poder judiciário, além das fontes que vazam²⁷ informação às salas de redação – sendo todas elas elementos-chave para transformar as transgressões privadas feitas por titulares públicos em corrupção revelada. “Embora os escândalos coloquem os meios noticiosos no centro do desenrolar dos acontecimentos, eles não se materializam graças a uma imprensa determinada a eliminar o mal [...]. A imagem da imprensa é insuficiente para explicar a fabricação de um escândalo político” (WAISBORD, 1995).

Waisbord (1995) avaliou escândalos políticos na América Latina durante a década de 1990, constatando intervenções diretas da população junto às estruturas políticas em decorrência de denúncias de corrupção. Um dos exemplos citados foi o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, no Brasil, em 1992. O autor observou três importantes fatores sobre os escândalos publicizados na mídia latinoamericana, que podem ser aplicados ao caso brasileiro e são atuais para a discussão deste trabalho: a reabertura democrática vivenciada em meados da década de 1980, após os respectivos períodos militares, refletiu uma melhoria geral no tocante (ao respeito concedido) à liberdade de imprensa na região, o que pôde ser observado com a presença destas denúncias no noticiário; outra pontuação diz respeito à inserção dos veículos “investigativos” no contexto de conglomerados midiáticos consolidados economicamente, e por este motivo, mais propícios a sustentar possíveis retaliações; e a terceira observação refere-se às políticas de uso dos escândalos mais como “exteriorizadores” dos conflitos entre os atores políticos, do que o resultado do trabalho de repórteres

²⁶ Para Barbosa e Rabaça (2001), pode-se considerar narrativa todo e qualquer discurso que suscite como real um universo imaginário (material e espiritual), apoiado em personagens ou na figura do próprio narrador. De acordo com Resende (2007), a narratividade busca conhecer as falas, personagens, e o contexto em que os fatos se dão, sempre no intuito de redimensionar os acontecimentos. Por meio das narrativas busca-se também, com suas dissonâncias, ilustrar o contraditório. Por se tratar de uma narrativa midiática aberta, combinada com o caráter de interesse humano do escândalo como um conto de moralidade moderna, o acompanhamento de escândalos na contemporaneidade desperta prazer para alguns e se torna um tópico de conversação para muitos.

²⁷ Boorstin (1987, p. 11) lembra que o vazamento de notícias é um pseudo-evento por excelência. “Na sua própria origem e desenvolvimento, o vazamento exemplifica um outro axioma do mundo dos pseudo-eventos: pseudo-eventos produzem mais pseudo-eventos”. O autor situa o “vazamento” na contemporaneidade como equivalente a uma entrevista coletiva formal, dada à rígida organização que ele recebe, sendo mais ambíguo e envolvido por uma atmosfera de confiança e intriga, além ter maior apelo para todos os interessados.

investigativos. O autor questiona qual a intenção dos veículos ao optarem por denunciar ou não determinados acontecimentos:

Um outro problema, porém, é a ausência de consenso entre o pessoal jornalístico a respeito de quais atos devem ser revelados ou de qual papel a imprensa deve ter nessas novas democracias. [...] A política, o lucro, o prestígio, tudo isso desempenhou uma parte na fuzilaria das denúncias da imprensa (WAISBORD, 1995, p. 20)

A partir do reconhecimento da “política do escândalo” (WAISBORD, 1995), também praticada no país, esta pesquisa se propõe a estudar o(s) tipo(s) de jornalismo praticado(s) no Brasil, a partir do jornalismo dos grandes centros econômicos – o chamado jornalismo empresarial ou a grande imprensa – e do jornalismo das regiões periféricas (economicamente) – representando o jornalismo regional para entender as relações mantidas pelos dois parâmetros de jornalismo. Além de se propor como uma análise comparativa, esta pesquisa também busca entender a forma com que os meios noticiosos atuam enquanto mecanismos de responsabilidade política na democracia brasileira. Esta proposta será viabilizada pelo estudo do caso Lunus e sua publicização em dois veículos, O Globo, periódico carioca de circulação nacional, e O Estado do Maranhão, jornal de circulação regional e propriedade de grupo político – ambos serão detalhados no capítulo seguinte, quando estes veículos serão percebidos dentro dos seus respectivos contextos e das tradições que deram forma às suas operações e práticas jornalísticas.

O próximo tópico discorre sobre o escândalo Lunus, um exemplo emblemático para situar a influência das mídias nas decisões políticas, mostrando que a imagem pública contemporânea deixou de ser politicamente acessória para ser central.

2.3.1 O caso Lunus

Para apresentação do escândalo político vivenciado por Roseana Sarney, esta pesquisa utiliza-se da divisão do escândalo preconizada por Thompson (2002), agrupada em quatro etapas: a primeira fase é a do *pré-escândalo*, quando geralmente são feitas investigações pela polícia, que podem ou não ser motivo de escândalo. No caso Lunus, observou-se uma busca acertada de informações com potencial para gerar o escândalo – agendada em um período no qual Roseana estava em ascensão política; esta fase é seguida pelo *escândalo* propriamente dito, lembrando que este não começa com a transgressão, mas com o ato da revelação que a torna pública. No dia 02 de março de 2002, começou o jogo de luz e opacidade pelos veículos na mídia nacional e regional acerca do montante de dinheiro encontrado na sede da empresa da governadora e os desdobramentos ocorridos na disputa

presidencial; a terceira fase é o *clímax*, ponto máximo atingido pela sucessão de notícias e novos fatos inseridos na transgressão inicial; em 13 de abril de 2002 ocorreu o marco do escândalo que atingiu a pré-campanha de Roseana, pois a governadora maranhense desistiu de “disputar” a presidência da República; por último, têm-se as *consequências*, da saída da pefelista: houve uma reconfiguração no plano político nacional em relação às alianças políticas de apoio aos presidenciais e Roseana saiu da disputa de poder central, para voltar à cena política como representante regional do Maranhão no Senado. Sua trajetória ficou permanentemente maculada após o referido escândalo.

A mancha na imagem pública de Roseana começou a ser esboçada, oficialmente, no dia 28 de fevereiro com a chegada do delegado da Polícia Federal, Paulo de Tarso Gomes, em São Luís para coordenar a operação, juntamente de sua equipe composta pelo delegado Rodney Miranda e de dois agentes. O mandado judicial de busca e apreensão foi expedido pelo juiz federal José Carlos do Vale Madeira, na manhã do dia 1º de março, na capital maranhense. A Lunus tinha como acionista majoritária a governadora Roseana (82,50%), em sociedade com seu marido e Secretário de Planejamento do Estado do Maranhão, Jorge Murad (17,27%) e Severino Cabral (0,23%) – apontado como laranja. Entre 13h30 e 14 horas, a PF chegou em duas viaturas policiais (sem identificação) e executou o mandado, apreendendo documentos, computadores, demonstrativos fiscais, livros e o montante de R\$ 1,34 milhão (26.800 notas de R\$ 50) no cofre da empresa. No local também foram encontrados documentos que envolviam a Lunus em fraudes junto à SUDAM, com o desvio de R\$ 44 milhões, em obras superfaturadas. A equipe deixou a sede da empresa depois das 23 horas, após contar, fotografar o dinheiro apreendido e enviar um fax para o presidente FHC com cópia do mandado de busca, para assegurar a legitimidade da ação.

Enquanto os policiais levantavam provas, a imprensa local e nacional especulava o desenrolar do caso, na porta do prédio. Houve vazamento de informações, mesmo com a operação ocorrendo em segredo de justiça, e com isso a ação foi noticiada massivamente pela mídia, mobilizando a opinião pública para a suspeita de corrupção. Por volta das 11 horas, o correspondente local Raimundo Garrone²⁸ afirmou ter sido acionado pelo jornal O Globo para cobrir a ação.

O resultado da operação refletiu nos índices de aceitação da pré-candidata, que não conseguiu explicar a origem do dinheiro, gerando assim suspeitas sobre seu patrimônio

²⁸ Garrone afirmou ter mobilizado repórteres de jornais locais para acompanhar o caso, “para não parecer perseguição política à família”, lembra o jornalista maranhense que há onze anos é *freelancer* para o periódico carioca.

pessoal e sua honestidade. O ritmo do escândalo foi dado à medida que novas intervenções foram feitas no caso, como as sucessivas versões apresentadas por Jorge Murad acerca da fonte do dinheiro e o desligamento do PFL da cúpula governista – ocorreram aí transgressões de segunda ordem, ou seja, quando fatos secundários ao foco do escândalo tomam vida própria e começam a gerar novas informações sobre o episódio inicial.

O caso Lunus chegou ao seu clímax no dia 13 de abril de 2002, quando a governadora retirou-se oficialmente da corrida presidencial. A superexposição durante a candidatura inverteu-se negativamente para a imagem da candidata, interrompendo uma carreira política em ascensão: denúncias sobre corrupção, críticas sobre sua gestão, questionamento de sua competência para desempenhar cargos públicos e os indicadores sociais negativos do Maranhão passaram a ser constantes nas pautas da mídia nacional, em substituição às matérias que elogiavam a trajetória política da pefelista.

O escândalo desencadeou um processo de declínio da imagem pública de Roseana nas manchetes diárias dos jornais, nos noticiários de televisão, revistas e na internet. A apresentação repetida desses atos de comunicação que gerou o clima midiático de desaprovação, segundo Thompson (2002, p. 97): “São as manchetes dos jornais, a presença de avaliações negativas na imprensa, as críticas e por vezes as humilhantes caricaturas das pessoas cujas ações (reais ou supostas) são o objeto de reprovação que estimulam as críticas aos escândalos, que precisam ser publicizados para existir”. Além de contribuir para formação de um juízo a respeito dos casos, a mídia assumiu outra função importante no desenvolvimento dos escândalos, a sua sedimentação na memória dos espectadores, leitores e ouvintes dos suportes que são alimentados cotidianamente com notícias do desenrolar dos acontecimentos. Essa fixação é realizada por meio destes suportes, relativamente duráveis, o que para Thompson (2002, p. 107) é potencializado pelo fato de que, no decorrer dos escândalos, essas formas de evidência podem se tornar acessíveis a outros com a reprodução em meios abertos como jornais, revistas e televisão, além da possibilidade deste material ser reativado de tempos em tempos, tornando-se um estigma na vida pública do político. Em casos de escândalo, os meios de comunicação tornam-se uma referência para o público que busca informações, concentrando a atenção em um indivíduo, e com isso não permitem que o processo pare. Por isso, os escândalos midiáticos são considerados eventos narrativos prolongados, no sentido que são construídos em parte por um conjunto de narrativas midiáticas que vão sendo sempre mais aprimoradas e revisadas à medida que o acontecimento se desdobra.

Assim como a ascensão meteórica de Roseana, o escândalo político financeiro do caso Lunus foi construído por um conjunto de narrativas que foram aprimoradas conforme o caso continuava, e tiveram como resultado a desistência do PFL de ter Roseana como candidata. A maior consequência deste escândalo político financeiro foi o rompimento da aliança entre o PFL e o PSDB – o partido de Roseana foi forte aliado dos tucanos durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, chegando a ocupar a vice-presidência da República, com Marco Maciel; ministérios como Meio Ambiente (Sarney Filho), Previdência, Minas e Energias, Esporte e Turismo e mais de trezentos cargos de segundo e terceiro escalão. A saída da base aliada significou a renúncia de quase quatro décadas no poder, pois os líderes do partido estiveram na “situação” desde o golpe dos militares, em 1964, passando pela Arena e depois pelo PDS e a partir de 1984, no PFL.

Do início do escândalo propriamente dito à renúncia foram 44 dias de tumulto, acusações e agressões verbais na vida pública da elite política brasileira, e acentuadamente na vida da presidenciável, que deixou de circular com a mesma intensidade e frequência nos holofotes da mídia e nos centros de decisão política do país. Depois de incisivos “ataques” na mídia por parte dos adversários, Roseana voltou para o Maranhão – em um breve período de ostracismo – e assegurou sua permanência no jogo político elegendo-se senadora, em 2002, mesmo após as denúncias de improbidade administrativa e captação ilegal de verbas para campanha, decorrentes do caso Lunus. O novo cargo público a isentou de responder legalmente pelos processos do escândalo, pois lhe garantiu foro privilegiado. Durante seu mandato foi líder da bancada governista no Senado. Atuou de forma discreta na Casa, autodenominado um trabalho “estratégico e de bastidores”, como o desenvolvido pelo pai. Em 2009, voltou alicerçada pelo Tribunal Superior Eleitoral, após a cassação de Jackson Lago, para o governo do Maranhão – denotando a força e articulação de seu grupo político junto às estruturas de poder central.

Legalmente o caso Lunus foi encerrado em 1º de agosto de 2003, pelo ministro do STF e relator do caso Gilmar Mendes, com o arquivamento por falta de provas. No processo Roseana foi acusada dos crimes de formação de quadrilha, estelionato, falsidade ideológica e peculato²⁹. Gilmar Mendes criticou a apuração e a denúncia apresentada pelo Ministério Público pela falta de "elementos objetivos que demonstrem o liame entre a atuação da denunciada e os alegados fatos criminosos e que não havia elemento suficiente para se

²⁹ Peculato é o crime que consiste na subtração ou desvio, por abuso de confiança, de dinheiro público ou de coisa móvel apreciável, para proveito próprio ou alheio, por funcionário público que os administra ou guarda (MICHAELLES, 2010).

concluir que há indício de conduta criminosa imputável à denunciada. E também não há provas de ter a denunciada se beneficiado, direta ou indiretamente, dos recursos públicos liberados no projeto Usimar" (CONSULTOR JURÍDICO, 2003).

O escândalo político Lunus expôs o jornalismo como um palco preferencial para (des)construção das imagens públicas e dos embates políticos na contemporaneidade. O próximo capítulo evidenciará o jornalismo como uma arena de distribuição e controle de poder, tanto nacional quanto regionalmente, e como um campo de produção simbólica moldado por uma cultura profissional peculiar e pelos interesses (públicos e privados) de seus proprietários.

3 GEOPOLÍTICA DA IMPRENSA BRASILEIRA

Os variados níveis de dependência econômica e política dos veículos condicionaram segmentações na mídia brasileira. Parte significativa dos teóricos da comunicação situou as diferenças estruturais e ideológicas desta em dois blocos: o da “grande” imprensa ou o jornalismo empresarial e a “pequena” imprensa, na maioria das vezes vinculada a domínios políticos locais e regionais. Apontou-se o primeiro grupo como o espaço do jornalismo comprometido com os leitores, e principalmente com os seus anunciantes, enquanto o jornalismo regional configurou-se como um instrumento político.

Este trabalho pretende expor algumas características prioritariamente atribuídas ao jornalismo regional, mas que são verificadas, sobretudo, no jornalismo nacional e de certa forma constroem paralelos entre estes modelos de interface da imprensa brasileira. A primeira similaridade são os vínculos de ambos os jornalismo com o campo político. A pluralidade de espaços e de análises é incontestável na grande imprensa, assim como sua contribuição para consolidar o espaço público, entretanto os laços com a política também perpassam os interesses dos grandes veículos, tendo em vista a própria cultura de apadrinhamentos políticos na implantação de canais de TV e rádio. Outra característica diz respeito à concentração midiática que ocorre no Brasil e o impacto que ela ocasiona nas cadeias de veículos que interligam o país. Para alcançar todo o território, as grandes empresas precisam que as repentinhas regionais repassem seus conteúdos, e neste processo os conglomerados nacionais fortalecem redes locais, independentemente do uso que estas empresas farão deste “poder”. Desta forma, acredita-se que existe um elo mais complexo entre o jornalismo nacional e regional, que mais que opostos, mostram-se como similares em pontos centrais e até interdependentes. Para Bucci (2009, p. 13), a tônica da interdependência está presente na mídia:

[...] a imprensa se relaciona com outros campos da comunicação, como a publicidade, o entretenimento, os governos, as assessorias de imprensa, as ONGs, etc. Os sistemas se conectam em relações que envolvem interdependências recíprocas, mas, sobretudo, aí, há que se observar a premissa da independência em alto grau – caso contrário, a interdependência será apenas um termo eufemístico para esconder a real submissão de um sistema a outro. Também na imprensa, portanto, a palavra independência é nuclear.

No Brasil a relação entre o jornalismo e a política é complexa, pois a formação do sistema midiático é vinculada historicamente ao campo político. Da embrionária imprensa

instalada com a chegada da Família Real no Brasil, em 1808, à adoção do *trusteeship model*³⁰, na década de 1930, observou-se a concentração das mídias nas mãos das elites econômicas e políticas – sistema preservado no país até os dias atuais. A falta de rigor nas legislações³¹ foi determinante para ocorrência de conglomerados, já que era permitida a propriedade cruzada, isto é, a possibilidade de um mesmo grupo empresarial controlar jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão em um mercado. Na época, as concessões de rádio e televisão foram para os grupos já consolidados no país. Assim se formaram os maiores grupos de mídia nacionais e regionais no Brasil, resultando num sistema midiático concentrado e controlado por um reduzido grupo de empresas (LIMA, 2006).

Outro fator determinante para a relação das empresas midiáticas com o poder público foi a dependência financeira dos meios de comunicação em todo o país para obter a infraestrutura necessária a sua expansão. Conjuntura viabilizada somente com a ditadura militar de 1964, que proporcionou condições econômicas e institucionais para o desenvolvimento de um sistema nacional de telecomunicações e de radiodifusão compatível com as novas exigências do capitalismo internacional. O governo militar idealizou um projeto de integração nacional³² com incentivo para formação de grupos midiáticos capazes de abranger o país.

O vínculo mais estreito que rege as relações entre mídia e a política na contemporaneidade são as concessões de radiodifusão, com acentuada distribuição no governo militar e no período pós-ditadura, na gestão do presidente Sarney. No governo do general Figueiredo foram feitas mais de 700 concessões de rádio e televisão, o que representou mais de 1/3 do total das emissoras existentes desde o surgimento da radiodifusão no Brasil. Lima (2006) considera o auge das outorgas para políticos o período do Congresso Constituinte (1987-1988), gerido pelo ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães (PFL - BA), em pleno jogo para permanência do presidencialismo como forma de governo e a não redução do mandato de José Sarney. Entre 1985 e 1988 foram assinadas 1.028 outorgas, 91 dessas foram dadas (diretamente) para deputados e senadores constituintes. Desse total,

³⁰ Sistema que entrega o setor de radiodifusão à exploração comercial da empresa privada, através de concessões da União.

³¹ Somente em 1998 a nova Constituição fala de complementaridade entre os sistemas privado, público, e estatal (artigo 223) e, mesmo assim, a norma nunca foi regulamentada e não teve nenhuma eficácia. Na verdade, apesar da evidente necessidade de um novo e abrangente marco regulatório, o setor permanece regido por um código do ofício da década de 1960 (Lei nº 4.117 de 27/08/1962), totalmente desatualizado (LIMA, 2006, p. 60).

³² A Embratel foi criada em 1965, ano em que o Brasil se associou ao Sistema Internacional de Satélites (INTELSAT); Nos anos seguintes foram criados o Ministério de Comunicações (1967) e a integração, via micro-ondas, de todo o território entre 1968 e 1970 (ORTIZ, 2001).

92,3% votaram a favor do presidencialismo e 90,1% votaram a favor do mandato de cinco anos para o então presidente da República.

A Constituição³³ de 1988 foi mais um avanço na modernização das leis acerca da radiodifusão brasileira, entretanto os constituintes a usaram em benefício próprio ao estender ao Congresso Nacional a prerrogativa de outorgar e renovar concessões de rádio e televisão - atividade antes estrita ao Executivo (LIMA, 2006). Ao invés de promover avanços na democratização das telecomunicações, promoveu um novo “loteamento” das mídias entre os políticos no país. Deputados e senadores passaram a participar da distribuição de concessões em benefício próprio, para garantir prestígio regionalmente.

Durante o governo FHC foram autorizadas 357 concessões educativas sem licitação e vendidas 539 emissoras comerciais. Na gestão do deputado federal Pimenta da Veiga (PSDB-MG) como ministro das Comunicações foram autorizadas, aproximadamente, 100 TVs educativas – pelo menos 23 foram para políticos. Os beneficiados diretos com as concessões estabeleceram sistemas de comunicação regionais, vinculados em sua maioria a grupos midiáticos nacionais distribuidores de tecnologias e informações para os grupos locais, com infraestrutura limitada, visando o público regional.

É importante destacar que a concentração das mídias não é restrita aos grupos regionais, mas iniciou justamente na grande imprensa, que ao longo das décadas teve que se profissionalizar para atender às demandas do mercado capitalista, mas continuou concentrando os empreendimentos no âmbito familiar:

Nos anos 1990, cerca de nove grupos de empresas familiares controlavam a grande mídia no Brasil. As famílias eram Abravanel (SBT), Bloch (Manchete), Civita (Abril), Frias (Folha), Levy (Gazeta), Marinho (Globo), Mesquita (O Estado de S. Paulo), Nascimento Brito (Jornal do Brasil) e Saad (Band). Hoje esse número está reduzido a cinco. As famílias Bloch, Levy, Nascimento Brito e Mesquita já não exercem mais o controle sobre seus antigos veículos (LIMA, 2006, p.104).

Paralelamente ao afunilamento dos grupos empresariais de controle da grande imprensa, os grupos regionais – associados aos grupos dominantes nacionais – consolidam suas posições hegemônicas com a expansão da propriedade cruzada em várias regiões brasileiras (LIMA, 2006). Como exemplo, esta pesquisa cita o Grupo RBS, com atuação no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina; e o Sistema Mirante, que atua no Maranhão. Os veículos da grande imprensa estão ligados a uma rede de contratos indispensáveis a sua sobrevivência empresarial e com a qual respondem com credibilidade, por meio da instituição

³³ A Constituição de 1988 proporcionou avanços na legislação a fim de evitar a concentração das mídias, como o Capítulo 5, do Título VIII: Ela veta (1) o monopólio ou oligopólio nos meios de comunicação; estabelece (2) a promoção da cultura nacional e regional; (3) o estímulo à produção independente; (4) a regionalização da produção cultural, artística e jornalística; e ainda manda o Executivo observar (5) a complementaridade dos sistemas privado, público e estatal (LIMA, 2006, p. 100).

de valores e normas jornalísticas. Mas além dos anunciantes e leitores há também parcerias políticas firmadas em consonância com as conjunturas vigentes.

Como consequência desta divisão identificam-se dois pólos de concentração de mídias hegemônicas: de um lado existe uma imprensa composta por grandes grupos de alcance internacional, gerindo diversos veículos em forma de conglomerados distribuídos em rede, responsáveis pela consolidação de grupos de audiência diferenciados: um massivo, guiado pelas informações televisivas e outro grupo menor, contemplado com revistas, TV a Cabo e jornais. Do outro lado, está uma imprensa monopolizada na maioria das vezes por representantes públicos, em regiões nas quais predominam baixos índices socioeconômicos e uma economia distante dos padrões lucrativos dos grandes centros. Este segundo cenário é propício para a fixação do coronelismo eletrônico, com ocorrência acentuada nas regiões do interior do país:

O coronelismo eletrônico é uma prática antidemocrática com profundas raízes históricas na política brasileira que perpassa diferentes governos e partidos políticos. Através dela se reforçam os vínculos históricos que sempre existiram entre as emissoras de rádio e televisão e as oligarquias políticas locais e regionais, e aumentam as possibilidades de que um número cada vez maior de concessionários de radiodifusão e/ou seus representantes diretos se elejam para cargos políticos, especialmente como deputados e/ou senadores. [...] O Congresso é a última instância de poder onde são outorgadas e renovadas as concessões desse serviço público e, mais que isso, aprovadas as leis que regem o setor. Por isso mesmo, a continuidade do *coronelismo eletrônico* se constitui num dos principais obstáculos à efetiva democratização das comunicações no país (LIMA, 2008, p. 27).

As redes abertas de televisão e rádio demonstram a aliança entre estas duas esferas midiáticas, pois os contratos entre afiliada e cabeça-de-rede têm dupla função: garantir a oferta de programação, agregando o valor da mídia nacional para a audiência local – sem desprender muitos recursos e conseqüentemente expandindo a rede de um grupo nacional de comunicação; e, paralelamente, garante que a máquina pública atue pelos radiodifusores, (SANTOS; CAPPARELLI, 2005). A autora descreve o sistema dos coronéis como economicamente inferiores aos capitalistas, com padrão de qualidade distante das lógicas usuais de mercado. Boa parte dos negócios a eles relacionados não é lucrativa por si, mas pela intensa rede clientelista de que se serve o coronelismo eletrônico.

A partir do reconhecimento destas características do sistema midiático brasileiro, tornou-se fundamental refletir sobre as demarcações de “jornalismo nacional” e “jornalismo regional” para verificar os usos que são feitos dos veículos de comunicação nas diferentes esferas e quais as implicações destes usos para a sociedade contemporânea - acentuadamente na questão política, o foco desta pesquisa.

3.1 Jornalismo nacional e jornalismo regional

O jornalismo brasileiro é diretamente afetado pela divisão geopolítica do país, na qual a posição ocupada no eixo centro-periferia é determinante no poder de decisão, seguindo os parâmetros da Política dos Governadores. O centro brasileiro foi estabelecido no Rio de Janeiro, sede da Corte Portuguesa e posteriormente da República, onde também foram fixadas as principais atividades econômicas e a política do país. A concentração econômica³⁴ nas regiões Sudeste e Centro-Oeste alimentou também a “autonomia” de muitos veículos de circulação nacional, que historicamente foram fixados nestes centros de onde reverberam informações para diferentes partes do país.

Configurou-se uma divisão geopolítica da imprensa brasileira, com diversos jornalismo produzidos de acordo com a realidade local dos jornalistas e dos empresários de mídia. Todavia, o conceito de jornalismo foi enquadrado de forma simplista em duas categorias dicotômicas, opondo valores como credibilidade e legitimidade: o jornalismo nacional, responsável pela cobertura de temas de relevância a todo território, e o jornalismo regional, que se resume a temas locais. Notou-se uma anulação das diferentes personalidades sociais dos jornais (HALL, 1993) produzidos além dos limites deste eixo central. Existe uma lógica de padronização (estética e de conteúdo) por parte da grande imprensa, que muitas vezes desconsidera o contexto de produção dos diferentes jornalismo feitos no país.

O binômio “centro e periferia” é usado no Brasil, com frequência, para localizar o jornalismo regional na condição de manipulável e legitimar a autonomia da grande imprensa. Porém, essas terminologias devem ser empregadas com cautela, visto que não são condições imutáveis e devem ser entendidas como conceitos relativos (ALBUQUERQUE, 2008). Segundo o autor, as grandes empresas midiáticas brasileiras ora atendem à ideia de centro, quando servem de modelo para grupos menores, ora estão na condição de periferia, ao tomar como referência determinado modelo estrangeiro. O mesmo acontece quando sistemas considerados periféricos servem de parâmetro, para veículos ainda menores, assumindo a condição de centro – o que é possível ocorrer no Brasil, dada a dimensão do país, que é proporcional ao descompasso tecnológico existente entre os meios de comunicação difundidos nas cinco regiões.

³⁴ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007) a média de contribuição da região Sudeste com o Produto Interno Bruto (PIB) do país entre 2002 e 2006 foi de 56,32%, enquanto a contribuição da região Nordeste foi de 8,9%. A expressiva diferença reflete o desnível na circulação de bens e moeda nas respectivas regiões, o que afeta diretamente a autonomia dos veículos de comunicação comerciais estabelecidos nos referidos estados.

Para demonstrar a relatividade do conceito, esta pesquisa recorreu a exemplos que sintetizam esta inversão de posições entre os eixos centro e margem da comunicação brasileira. O primeiro referiu-se à tentativa de adoção do modelo norte-americano, na década de 1950, pela mídia impressa da região central e o segundo relatou as negociações da empresa Time-Life com as Organizações Globo, na década de 1960, para transferência de capital e tecnologia à embrionária emissora de televisão brasileira. Em ambos os casos, o Brasil passou da condição de centro a periferia, ao buscar o parâmetro internacional como modelo de qualidade ou de funcionamento.

No caso dos jornais impressos da década de 1950, a busca pelo modelo americano tornou-se uma frustração, devido às diferenças nas raízes dos dois tipos de jornalismo. Albuquerque (2005) remontou histórica, social e culturalmente as disparidades entre o Brasil e os Estados Unidos e as consequências na produção midiática dos dois países. O “*watchdog*” avaliado pela independência econômica dos grandes periódicos, oriundo da *penny press*³⁵, encontrou barreiras ao aportar no hemisfério sul, a começar pelo nível educacional dos leitores, além da dependência econômica dos periódicos locais, e do descompasso dos valores e da cultura local com a norte-americana. Traços que segundo o autor refletem os respectivos processos de colonização e de independência ocorridos no país: enquanto os ingleses colonizaram a América com autonomia econômica e intelectual para formar uma nova terra, uma nação, o Brasil foi uma fonte de reserva econômica para Portugal, com restrições severas ao desenvolvimento pelo menos até a chegada da Coroa Portuguesa, em 1808; O processo de independência do Brasil foi um acordo entre as elites, para manutenção de poder de forças estabelecidas, já nos EUA houve um desligamento violento da Coroa Britânica.

De acordo com o historiador Schudson (2002), a adoção da objetividade como valor fundamental do jornalismo americano é consequência de suas particularidades culturais, sociais, jurídicas, condições econômicas e políticas, ausentes em grande parte da história de outros países. Enquanto nos Estados Unidos o periodismo começou em 1639, o Brasil foi desenvolver o seu, de forma precária, apenas em 1808. Segundo o autor, em 1830 existiam 65 jornais diários nos EUA, com tiragem de 78 mil exemplares. Este número saltou para 138 em apenas uma década com tiragem de aproximadamente 300 mil exemplares. No Brasil, em 1988, existiam 271 diários com tiragem de 6 milhões de exemplares, enquanto no mesmo período nos EUA a tiragem média oscilava entre 64 milhões (SILVA, 1991; SCHUDSON,

³⁵ A imprensa do centavo ou *penny press*, surgida nos EUA por volta de 1830, é conhecida por sua “imparcialidade” política, com matérias de interesse humano, retirando a ideologia da apresentação, interpretação e explicação das notícias, para conquistar um público cada vez maior de leitores e manter sua sustentabilidade econômica (CAREY, 1987; THOMPSON, 2002).

2002). Características como a sólida economia de mercado, que proporcionou relativa autonomia às empresas de comunicação em relação ao governo e partidos políticos; a reverência fervorosa à liberdade de imprensa nos variados segmentos sociais e a autonomia do campo jornalístico do campo literário foram fatores decisivos que, segundo Albuquerque, permitiram à imprensa americana reivindicar um lugar de mediador legitimado entre os grupos sociais, entre cidadãos e governo, por exemplo.

A não “adoção” deste modelo inspirou críticas e comparações entre o modelo midiático brasileiro e o norteamericano, um “parâmetro universalizante”, o que condicionou o país como mídia periférica, quando equiparado ao modelo dos Estados Unidos. Aqui, as regras do jornalismo americano foram adaptadas criativamente, a fim de ajustá-las à realidade local ao invés de uma simples adoção. A imprensa brasileira desenvolveu uma peculiaridade, acentuadamente nas últimas duas décadas, ao assumir uma posição de poder moderador³⁶, correspondente ao papel de quarto poder da imprensa americana e justificando esta atuação com base na retórica estadunidense. O autor apontou dois fatores como consequência desta adaptação: o primeiro foi a imposição da nova técnica para grande parte dos jornalistas e não uma adesão coletiva, o que implicou em algumas posturas contrárias; Outro reflexo da influência americana, segundo Albuquerque, ocorreu na década de 1980 com a tentativa de profissionalização do jornalista. A incorporação destes processos também foi resultado dos conglomerados brasileiros formados ainda na década de 1960, que exigiam uma dinâmica de produtividade profissional e lucro para sobrevivência das empresas, passando estas a serem referência da chamada grande mídia. Diante deste cenário, grandes conglomerados brasileiros são periféricos em relação à mídia americana, diferentemente do que elas representam no contexto nacional, onde são apontadas como exemplares máximos do centro. O exemplo seguinte refere-se à Rede Globo de Televisão, hoje uma referência nacional de padrão de qualidade que, na sua fundação, recorreu ao grupo americano Time-Life para estruturar seu aparato técnico e profissional.

A implantação da TV Globo marcou a expansão das Organizações Globo no país e a inserção da tecnologia e capital internacional no sistema televisivo brasileiro, que se iniciava no país. A concessão do canal foi dada em 1957, por Juscelino Kubitschek, mas sua ativação só ocorreu a partir de 1962, após o contrato com o grupo multimídia Time-Life

³⁶ O poder moderador surgiu na primeira Constituição Brasileira (1824), quando o imperador regulava os três poderes existentes (Executivo, Legislativo e Judiciário); com o advento da República (1889) foi exercido por diferentes atores até se consolidar na figura dos militares, após a década de 1930, com a participação na Segunda Guerra Mundial e na queda do Estado Novo. A partir de 1964, com o golpe, os militares passaram a deter o poder e a função passou a ser pleiteada, segundo Albuquerque (2005), pelos jornalistas, sob alegação da imparcialidade e objetividade preconizadas pelos americanos.

Broadcast Internacional Inc. (WEBER, 2000). Hertz (1991) narrou a história da parceria entre as Organizações Globo com o grupo norte-americano Time-Life, iniciadas em 1962, quando a TV Globo assinou dois contratos com o grupo em Nova York: o Contrato Principal, uma conta de participação, e o Acordo de Assistência Técnica. A sociedade entre as empresas duraria 11 anos e, em seguida, prorrogar-se-ia automaticamente por prazo indeterminado – A Time-Life tornava-se proprietária de 30% do patrimônio da TV Globo, com isso a emissora não poderia voluntariamente liquidar, dissolver ou dispor da referida estação de televisão sem prévio consentimento por escrito de Time. Em janeiro de 1965, Globo e Time-Life firmaram outro contrato no qual a empresa americana passaria a ter 45% de participação nos lucros da Rede Globo. Houve um aumento de remessas de dinheiro, pois a emissora começou a operar no dia 28 de abril de 1965, no Rio de Janeiro, no canal 4.

Em julho de 1965, o Conselho Nacional de Telecomunicações tomou conhecimento destes documentos e, em março de 1966, foi criada uma CPI para apurar a relação entre as empresas. Em agosto, a comissão decidiu que os contratos firmados entre as empresas feriram o artigo 160 da Constituição (uma empresa estrangeira não pode participar da orientação intelectual e administrativa de sociedade concessionária de canal de televisão) e decidiu criar uma comissão para elaborar legislação específica sobre televisão (incluindo-se também rádio e jornal), no sentido de preservar a nacionalização. O aporte financeiro com capital externo do grupo Time-Life beneficiou as Organizações Globo com um montante de aproximadamente quatorze bilhões de cruzeiros³⁷. A associação entre as empresas foi viabilizada no governo militar, com parecer aprovado pelo presidente Castelo Branco em 1967, e assim as Organizações Globo se expandiu pelo país (WEBER, 2000).

Ao se discutir o lugar de fala ocupado pelas mídias no Brasil é importante também discutir os conceitos de centro e periferia, dentro deste escopo crítico, para não reduzir a interface às diferenças advindas principalmente das disparidades econômicas, tecnológicas, mas procurando refletir a interação entre os veículos dentro do sistema midiático brasileiro, apontando as aproximações, paralelos e semelhanças entre estes seguimentos de mídia. Estas duas esferas interagem com públicos, nos seus respectivos ambientes, e fomentam significados, sendo importante avaliar o impacto deste conteúdo em questões como a política.

Gomes (2007) utilizou o conceito de “jornalismo de província” para identificar o jornalismo regional, em oposição ao jornalismo nacional, diferenciados pela abrangência,

³⁷ Hertz contabiliza os US\$ 6.090.730,53 – equivalentes a mais de Cr 10,120 bilhões, pelo câmbio de maio de 1966, enviados entre 16 de julho de 1962 e 12 de maio de 1966; somados a US\$ 2 milhões do 'package', um pacote de 3 filmes diários durante o ano todo; acrescenta ao cálculo os gastos com equipamentos que foram comprados em nome da TV Globo.

infraestrutura, perfil editorial comprometido com os preceitos éticos e a capacidade de formação de um campo social: “na grande imprensa constituiu-se um campo jornalístico que não se deixa substituir pelo campo político, oferecendo-lhe resistências e filtros e dobrando o interesse do campo político aos interesses da empresa ou dos ambientes profissionais do jornalismo” (GOMES, 2007, p. 63). O autor defende que o mesmo não se verifica no jornalismo de província, por este não se orientar por princípios e valores do jornalismo e, com isso, os interesses jornalísticos não sobrevivem aos interesses privados do grupo político dominante.

Entretanto, Gomes (2007) acentua sua crítica no jornalismo regional e isenta a possibilidade de uso político dos espaços do nacional. As exposições feitas até aqui não permitem a concordância com esta perspectiva e questionam até que ponto a consolidação deste campo autônomo da grande mídia pode ser livre de vínculos com a política, diretos e indiretos. Uma das hipóteses desta pesquisa é que esta tensão entre as mídias nacionais e regionais não é uma particularidade brasileira, mas uma condição da natureza jornalística. A disputa pela primazia em sistemas capitalistas globalizados aflora a competitividade interna por um lugar de fala tanto em países de dimensões continentais, como o Brasil, quanto em países de dimensões pequenas; e expõe esta relação entre os diferentes tipos de mídia, que ora disputam e ora se complementam.

Para substanciar esta ideia, recorreu-se a reflexões acerca do jornalismo praticado nos países bálticos, onde o desenvolvimento de uma mídia autônoma é uma aspiração compartilhada por países como a Letônia (2,3 milhões de habitantes), Estônia (1,4 milhão de habitantes) e Lituânia (3,5 milhões de habitantes). Estes países são desafiados a superar as dificuldades advindas do pequeno mercado interno e da proximidade de “grandes vizinhos” (em um mundo globalizado), para ter uma mídia fortalecida.

De acordo com Puppis (2009), os mercados da pequena mídia enfrentam limitações em relação à produção de outros países como a escassez de recursos (em relação ao capital e ao *knowhow* dos profissionais), o que dificulta o estabelecimento de uma indústria audiovisual nacional. Estes sistemas são vulneráveis à ameaça de aquisição das companhias locais por grupos estrangeiros, o que diminuiria a influência doméstica e homogeneizaria os meios de comunicação, além de enfraquecê-los com a presença de produtos midiáticos nos mercados da comunicação dos *small states*. A manutenção de uma cultura de mídia local nestes países é dificultada pelos baixos índices de produção e vendas dos mercados, pela dependência e pelo elevado nível de penetração da mídia estrangeira nos pequenos estados. O autor afirma que a produção local fica ameaçada pela abertura e interdependência dos *small*

states no comércio exterior, resultando em uma maior dependência dos mercados mundiais e em uma maior vulnerabilidade em relação a perturbações externas. Como alternativa a este cenário, Balcytiene (2009) defende um sistema de proteção midiática para garantir a diversidade de vozes na mídia e impedir que esta seja monopolizada. Para dar sustentabilidade aos pequenos sistemas midiáticos europeus há uma diversidade de medidas para intervenção no setor midiático como subsídios oferecidos pelo governo austríaco aos pequenos jornais; países bálticos como a Estônia criaram melhores oportunidades de publicidade e de radiodifusão privada para reforçar o desenvolvimento e a concorrência entre os fornecedores nacionais; na Lituânia, transmite-se um programa semanal (Rádio Notícias) com fóruns de discussão sobre as questões dos meios de comunicação.

No Brasil existe uma tensão permanente, determinada pelo nível de dependência econômica das empresas, entre os jornalismo e a política. Este fato não permite naturalizar as práticas coronelistas nem isentar o partidarismo implícito de alguns conglomerados de comunicação. Bucci (2008, p. 28) cita o exemplo das mídias de radiodifusão para criticar o atual papel da comunicação pública no país:

[...] as emissoras de rádio e televisão têm servido de bordunas eletrônicas para veicular golpes baixos entre famílias, partidos e caciques. Elas se deixam reger pelos interesses imediatos – familiares, políticos, religiosos ou comerciais de seus donos ou dirigentes. No campo da radiodifusão, a comunicação social é vista em primeiro lugar, como um negócio – ou como fachada legal para negócios nem tão legais assim -, e apenas em terceiro lugar como função social.

Bucci (2008, p. 28-29) considera que o “setor expressa com crueza a promiscuidade entre estado e interesses privados. O compadrio entre empresários e políticos – sem falar nos políticos que se transformam empresários de mídia e dos empresários que também obtêm mandatos políticos – dá o tom da promiscuidade” (idem). E lembra que embora definida como serviço público na Constituição Federal (art. 21, XII, a), “a programação de rádio e TV muitas vezes atua como jagunça virtual dos ‘coronéis’ encastelados em concessões obtidas de favores dos ocupantes do Executivo”. Estas reflexões acerca das concessões de radiodifusão podem ser adotadas para o jornalismo impresso e a internet, visto que grande parte dos detentores de veículos de comunicação no país não possui um único tipo de mídia, mas agrega outros suportes aos radiofônicos.

3.1.1 Laços e paralelos entre os Marinheiros e o Maranhão

O *corpus* desta pesquisa escolheu o jornalismo impresso para tentar equacionar esta tensão entre o jornalismo nacional e regional envolvendo o poder político. Foram

utilizados O Globo, primeiro empreendimento midiático da família Marinho, e O Estado do Maranhão, primeiro veículo do Sistema Mirante de Comunicação, de propriedade do senador José Sarney. O Globo circula nacionalmente e compõe a maior rede de comunicação do país, enquadrando-se no perfil de jornalismo nacional; o segundo é direcionado ao público maranhense, a fim de atender interesses privados de um grupo político local, encaixando-se como jornalismo regional. Ambos mantêm parcerias simbólicas e financeiras, o que reforçou a junção dos periódicos neste trabalho, conforme elucidam os tópicos abaixo:

a) a relação comercial concreta entre as famílias Sarney e Marinho, pois José Sarney é proprietário do Sistema Mirante de Comunicação, composto por quatro emissoras de televisão, afiliadas à Rede Globo; pelo jornal diário O Estado do Maranhão (O EMA); 14 emissoras de rádio, na capital e no interior (AM e FM) e o portal da internet “Imirante.com” – hospedado no portal “Globo.com”;

b) pelo intercâmbio de informações entre os dois jornais, resultado da assinatura da Agência O Globo como fornecedora externa de informação – com veiculação de colunas como Panorama Político, Panorama Econômico e alguns cadernos como a Revista de TV;

c) O viés político da amizade de José Sarney e Roberto Marinho que perdurou muitos anos, acentuadamente no período que aquele ocupou a Presidência da República, (1985-1990). Como conselheiro de Sarney, Roberto indicou nomes como o dos ministros Antônio Carlos Magalhães (Comunicações) e Mailson da Nóbrega (Fazenda) (MIGUEL, 2001). Fato este veementemente negado por Sarney na edição de homenagem póstuma a Marinho: Homem de grande educação, afável, cavalheiro, fina sensibilidade, nunca, nem de leve, tentou usar seu poder para influenciar decisões de governo (PERSONALIDADES..., 2003)

d) A postura do jornal O Globo, uma empresa também familiar, na cobertura jornalística de algumas datas políticas no país - sua postura pró-Sarney (1984)³⁸, pró-Collor (1989), pró-Fernando Henrique Cardoso (1994 - 1998);

e) a relação “afetiva” entre os proprietários de ambos os veículos de comunicação e a possível implicação na postura dos profissionais no processo de produção de notícias sobre o tema. Os laços afetivos foram reforçados pela ligação “imortal”, pois Marinho ocupou

³⁸ A Rede Globo entrevistou decisivamente no processo que determinou quem deveria assumir a Presidência: o vice-presidente eleito José Sarney ou Ulisses Guimarães, o presidente da câmara dos deputados e primeiro na ordem constitucional de sucessão. A Globo convocou inúmeros especialistas em direito constitucional para apoiar a tese de vice-presidência, e colaborou decisivamente para a formação de um consenso em torno do nome de Sarney (GUIMARÃES; AMARAL, 1988).

a cadeira n° 39 da Academia Brasileira de Letras, ao lado do assento de José Sarney, cadeira n° 38.

A extensão do poder de comunicação da família Sarney no Maranhão é intimamente relacionada ao forte vínculo (econômico e tecnológico) mantido com o grupo Marinho. O selo de credibilidade impresso no padrão Rede Globo é utilizado no Maranhão como manobra de massa para fins políticos, não só na televisão, mas em todos os outros veículos do grupo Sarney. A junção destes veículos pode permitir a verificação de possíveis interferências advindas da relação de Sarney com a família Marinho, nas matérias publicadas em O Globo, bem como a influência de Roseana na cobertura de O Estado do Maranhão, veículo do qual é proprietária.

O envolvimento econômico dos grupos superou a relação matriz/filial do sinal Rede Globo, como evidenciou o programa “Viva Educação”. O projeto educacional, criado em 2000 e implementado em 2001, visava aumentar os índices educacionais pelo tele-ensino: em 18 meses o aluno (da rede pública) concluiria o ensino médio com a metodologia da teleaula. Foi utilizado um volumoso valor de recursos do erário maranhense para compra de “conteúdos e tecnologias” de instituições ligadas ao grupo empresarial da família Marinho, sem licitação. Couto (2007, p. 140) apontou a Fundação Roberto Marinho (sem fins lucrativos) e a Editora Globo como principais beneficiadas do convênio assinado com a governadora Roseana Sarney, em 22 de novembro de 2000, no valor de R\$ 114 milhões.

A relação estética entre os dois periódicos também é próxima, como ilustram as figuras 1 e 2, por meio da diagramação e até mesmo das cores e fontes utilizadas. O Estado do Maranhão busca seguir, ao longo de seu conteúdo, o modelo de O Globo, a começar pela assinatura das principais colunas e suplementos do periódico carioca: Panorama Político, Panorama Econômico e Revista da TV. Há similaridades também nas divisões de editorias, onde a página de política corresponde à terceira página do jornal (página ímpar), o que expõe a importância do tema aos dois veículos.



Figura 1 - O Globo
Fonte: Capa de O Globo em 08/03/2002



Figura 2 - O Estado do Maranhão
Fonte: Capa de O Estado do Maranhão em 02/03/2002

Além dos pontos elencados acima, outras semelhanças e vínculos são observados na relação entre os dois periódicos. Ambos foram consolidados por sistemas midiáticos que interagiram com interesses privados e públicos para garantir êxito e crescimento. Os dois jornais estão amparados por sistemas de comunicação: as Organizações Globo formam a maior rede de empresas de comunicação do país, chegando a estabelecer um padrão de qualidade nacional, que norteia o trabalho das demais emissoras e grupos de comunicação, e o Sistema Mirante de Comunicação, que se denomina como “o maior grupo privado de comunicação do Maranhão” (SISTEMA MIRANTE DE COMUNICAÇÃO, 2008).

Ambos fazem referência a um modelo de jornalismo moderno, objetivo, mesmo tendo a trajetória associadas a grupos políticos: O Globo ao regime militar e posteriormente aos grupos políticos dominantes na Presidência da República, enquanto O Estado do Maranhão manteve a mesma relação junto aos proprietários e políticos da família Sarney³⁹. Além da influência política, estes laços proporcionam vantagens econômicas para os veículos como a cota de anúncios publicitários e outras regalias decorrentes da proximidade com o poder político.

Seus proprietários possuem uma visão similar quanto ao uso dos meios de comunicação em benefício privado e político. Para Lima, Roberto Marinho justificava a ação

³⁹ Entre os anos de 1995 e 2004 o Sistema Mirante recebeu mensalmente R\$ 700 mil do governo do Estado. Seus veículos eram reconhecidos como porta-vozes do governo, o que fortaleceu uma legitimidade junto à sociedade.

política dos seus veículos midiáticos institucionalizando suas intervenções como uma “missão” de prestação de serviço ao interesse público, conforme ilustrou a entrevista concedida por Marinho ao jornal *The New York Times*:

Sim, eu sou o poder (da RGTV), mas eu sempre faço isso patrioticamente, tentando corrigir as coisas, buscando os melhores caminhos para o país e seus estados. Nós gostaríamos de ter poder para consertar tudo o que não funciona no Brasil. Nós dedicamos todo o nosso poder para isso. Se o poder é usado para desarticular um país, para destruir seus costumes, então, isso não é bom, mas se é usado para melhorar as coisas, como nós fazemos, isso é bom (RIDING, 1987 apud LIMA 2006, p. 83).

Visão compartilhada com Sarney, conforme o depoimento na entrevista abaixo:

Nunca fui empresário de comunicação. Eu criei o jornal porque eu tinha que ter um instrumento político, todos os jornais do Maranhão foram fechados. Fiz um jornal que era o nosso veículo de expor nossas ideias. [...] começamos a fazer esse jornal, há 40 e poucos anos, um jornal político. Depois ele não podia sobreviver só com um jornal político e teve que ter um caminho. O jornal não era de empresário, não era um negócio que nós estávamos precisando, era uma inspiração do processo político. Tanto que no Maranhão a única coisa que nós precisamos é realmente das coisas que são importantes para a nossa ação política, porque esse é o sistema de comunicação (SARNEY, 2003 apud COUTO, 2007, p. 124)

Observou-se que nas duas empresas, regional ou nacional, os gestores fazem uso de concessões públicas para atingir fins privados, em detrimento do interesse público. Isto implica em consequências para o leitor/espectador, que passa a receber informações incompletas ou simplesmente as têm negligenciadas no conteúdo publicado nos veículos destes grupos midiáticos.

Tais peculiaridades mostram que no âmbito regional as Organizações Globo mantêm contrato formal com um sistema político clientelista, amplamente criticado durante o escândalo político pelo Globo e em programas jornalísticos da Rede Globo. Há uma parceira lucrativa entre os dois grupos de comunicação, desconhecida por parte do público do jornalismo nacional e regional.

3.1.2 O Globo

O periódico O Globo, fundado em 29 de julho de 1925, foi o primeiro veículo de comunicação da família Marinho. O patriarca, Irineu Marinho, sofreu um infarto e faleceu 21 dias após a criação do vespertino, deixando-o como herança para a esposa Francisca Marinho e os cinco filhos. Após o falecimento do marido, a viúva passou a direção do jornal para Euricles de Matos, que seis anos depois faleceu, assumindo Roberto Marinho, o filho mais velho de Irineu, aos 27 anos. Roberto trabalhou em parceria com os irmãos Rogério e Ricardo nas sete décadas que marcaram sua gestão (RIBEIRO, 2007).

Duas características são identificadas em *O Globo* desde sua fundação, a primeira é prontamente reconhecida pelos seus concorrentes da época: ao sobrepor a informação e colocar a opinião com menos destaque, e enquadrada como tal, o jornal destacou-se dos demais, sendo considerado “moderno”. Outro traço desta nova linguagem imprimida pelo *Globo* foi a segmentação dos temas abordados na mesma edição, delimitando o assunto por página, com intenção de alcançar o maior número possível de leitores. A segunda característica diz respeito ao perfil editorial conservador do impresso: “Durante o Estado Novo, cedeu às pressões do governo e adotou uma atitude favorável ao regime. Nessa época, Roberto Marinho participou do Conselho do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Em 1945 e 1950 apoiou a UDN e a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República” (RIBEIRO, 2007, p. 73).

A consolidação de sua cobertura esportiva, desde 1931, e da II Guerra foram decisivas para tornar mais expressiva a atuação do jornal no mercado carioca, a partir da década de 1940. A participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no conflito originou diversas reportagens e o caderno “*Globo Expedicionário*”, editado entre 1944 e 1945. Outro fator apontado por Ribeiro (2007) como determinante pela maior circulação do periódico entre os leitores foi o fato de integrar um grupo de comunicação em crescimento composto pela *Rádio Globo* (inaugurada em 1944), e uma série de revistas e publicações infantis, entre as quais se destacavam *O Globo Juvenil* (publicada desde 1937) e *Gibi* (desde 1939). Tal posicionamento foi confirmado nas décadas seguintes, quando o jornal chegou a vender 100 mil exemplares, passando a ser o maior vespertino do Rio de Janeiro.

Para garantir o crescimento das Organizações Globo, os irmãos Marinho formaram laços políticos que proporcionaram vantagens econômicas e jurídicas como a concessão de sucessivos empréstimos junto ao Banco do Brasil, no qual foi levantado o equivalente a mais 1 milhão de dólares – entre outubro de 1950 a dezembro de 1952. De acordo com Ribeiro (2007), as formas de pagamento eram vantajosas, apesar da garantia dada pelo jornal ter sido uma velha rotativa Goss – hipotecada, simultaneamente, cinco vezes nas transações efetivadas com o referido banco. Estes recursos foram aplicados na modernização do jornal, o que incluiu uma mudança de endereço e a ampliação do parque gráfico. Tais alianças político-financeiras e seus respectivos benefícios refletiram na linha editorial do jornal, que assumiu posturas coerentes com a conjuntura favorável, para atender aos interesses de seus “patrocinadores”:

Na era Vargas, apoiou as perseguições desencadeadas contra os comunistas. Durante o governo Dutra, apoiou o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética [...]. No segundo governo Vargas, *O Globo* fez uma oposição moderada.

Posicionou-se contra a criação da Petrobrás, aprovada pelo Congresso em 1953. Foi contra também o decreto presidencial que limitava a 10% a remessa de lucros pelas empresas estrangeiras e contra o aumento de 100% do salário mínimo. [...] *O Globo* apoiou Café Filho, por sua proximidade com a UDN. Manteve uma oposição moderada a Juscelino Kubitschek, de quem Roberto Marinho ganhou a primeira concessão de televisão. Apoiou irrestritamente a campanha Jânio Quadros. Opôs-se a posse de João Goulart, mas aceitou a opção conciliatória do parlamentarismo. De Jango, Marinho recebeu a sua segunda concessão de televisão. Naquele momento, no entanto, havia na imprensa um certo consenso contra o nacional-populismo e o jornal, assim como todos os principais órgãos de informação do país, apoiou prontamente o movimento militar de 1964 (RIBEIRO, 2007, p. 93).

O fortalecimento das Organizações Globo, principalmente com a criação da TV Globo, refletiu n’O Globo, que manteve sua tiragem de 200 mil exemplares em plena crise que afetou toda a imprensa na década de 1960. O jornal foi um dos mais beneficiados com o processo de concentração empresarial ocorrido nesse período (RIBEIRO, 2007). A expansão⁴⁰ da TV Globo contribuiu para integração dos veículos da família Marinho bem como para sua supremacia econômica e tecnológica diante dos outros grupos midiáticos no país.

Na década de 1970, O Globo deu continuidade ao processo de modernização tecnológica e administrativa, que resultou na sua liderança junto aos leitores cariocas. A empresa instalou impressão *offset*, a partir de 1978. Em 1985, implantou computadores em sua redação. Dez anos depois, o jornal passou por uma reforma gráfica, empreendida pelo escritório de Milton Gleiser e Walter Bernard, em Nova York, transformando assim sua identidade visual. Dois anos depois, o periódico construiu o novo parque gráfico, no município de Duque de Caxias. Como estratégia de competitividade no mercado editorial, em 1998, foram lançados o jornal *Extra* e a revista *Época*. Dois anos depois, foi criado – numa parceria com o Grupo Folha da Manhã – o *Valor*, especializado em jornalismo econômico. Em 2001, mais um periódico passou a fazer parte do grupo, o *Diário de S. Paulo* (RIBEIRO, 2007).

Roberto Marinho faleceu em agosto de 2003 e seu filho mais velho, Roberto Irineu Marinho, assumiu o cargo de presidente das Organizações Globo. Às vésperas de completar 85 anos, o jornal se mantém entre os periódicos de maior expressão no país, com circulação⁴¹ em grande parte do Brasil. O Globo é o maior jornal do Rio de Janeiro e disputa a

⁴⁰ Em 1968 as Organizações Globo detinham concessões de televisão nos três principais mercados do país: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Nos quatro anos seguintes, a RGTV se instalara também em Brasília e em Recife. A partir daí, a Globo deslançou uma agressiva política de contratos de afiliação. Dessa forma, em 1973 já eram seis as emissoras afiliadas, número que mais do que dobrou no ano seguinte, chegando a 13. Em 1982, o total das afiliadas passou a 36 (LIMA, 2006, p. 80)

⁴¹ Desde janeiro de 2008 o jornal O Globo não circula no Maranhão, segundo Edilson Castelo, proprietário da Serviços de Distribuição Liberados (SEDIL), o motivo apresentado pelo jornal seria a baixa vendagem no Maranhão - eram enviados 100 a 150 exemplares diariamente. O Globo passou a circular em São Luís a partir de 1992. Em entrevista concedida à pesquisadora, o Sr. Edilson informou que o jornal não circularia

vaga de segundo maior periódico brasileiro anualmente com jornais como *O Estado de São Paulo* e *O Extra* – oscilando entre a segunda e a quarta posição (MATHEUS, 2006). Dados da Infoglobo Comunicações S.A. mostraram que as tiragens d'O Globo, no período de fevereiro de 2008 e fevereiro de 2009, foram (em média) de 399.040 exemplares por mês aos domingos e uma média de 284.97 durante a semana. Os números são baixos se comparados à tiragem mensal de 1995, quando o jornal vendeu 960.393 exemplares aos domingos, mas a redução é reflexo de uma crise que atingiu os jornais globalmente. Lima (2006) mostrou que os maiores diários tiveram uma queda de 18,1% entre 2001 e 2003 - os maiores jornais brasileiros vendiam em seu conjunto 7,88 milhões de exemplares em 2000 e passaram a vender 6,47 milhões em 2003.

Matheus (2006) descreve o discurso d'O Globo como de um jornal que foi testemunha da história, “não somente da história local, mas principalmente mundial.” Outra característica peculiar à história d'O Globo, já abordada neste capítulo, e dos demais veículos das Organizações Globo é o seu uso para intervenção da família Marinho em questões de interesse nacional, geralmente relacionadas à política. Lima (2006) considera o grupo midiático um ator decisivo em vários momentos da história da política do Brasil nas últimas décadas:

Uma relação dessas interferências poderia incluir desde o papel de legitimadora do regime militar, passando pela tentativa de interferência nas eleições para governador do Rio de Janeiro, em 1982; pelo boicote à campanha para a realização das eleições diretas, em 1984; pela interferência direta na escolha do ministro da Fazenda do presidente José Sarney, em 1988; pelo apoio a Fernando Collor de Mello, expresso sobretudo, na renúncia do último debate entre os candidatos no segundo turno das eleições presidenciais de 1989 e, depois, pelo apoio tardio ao movimento pelo seu *impeachment*, em 1992; pelo apoio à eleição e à reeleição de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1994 e 1998 (LIMA, 2006, p. 66)

Tais características foram decisivas para delimitar O Globo como *corpus* desta pesquisa e tentar compreender sua atuação na cobertura do caso Lunus, enquanto representante do jornalismo produzido nacionalmente. Para ilustrar o jornalismo regional esta pesquisa analisará O Estado do Maranhão, de propriedade da família Sarney, escolhido por possibilitar a verificação do comportamento de um veículo regional/político na cobertura do caso envolvendo seus proprietários, entre outras variáveis.

mais em todo Nordeste, dado confirmado pelo setor de Distribuição da Infoglobo – segundo a empresa o jornal circula apenas no Ceará, Pernambuco e Bahia.

3.1.3 O Estado do Maranhão

A primeira edição⁴² do Estado do Maranhão foi publicada no dia 1º de maio de 1973, sob a coordenação de José Sarney. Foi uma ampliação do *Jornal do Dia*, de propriedade do deputado estadual Alberto Aboud. Em 1968 o então governador José Sarney adquiriu parte das ações do *Jornal do Dia* e o preparou para ser o primeiro veículo do Sistema Mirante. Assim como O Globo, o jornal está vinculado a um sistema de comunicação que abrange todo estado e fortalece sua posição diante dos seus concorrentes, por meio de infraestrutura logística e um “braço econômico” ligado ao poder público.

Sarney empreendeu uma reforma gráfica e editorial no jornal. Logo após a compra introduziu rotativas *offset* e um sistema de composição eletrônica, tecnologias de ponta da época. Neste trecho do artigo comemorativo dos 40 anos do periódico, o proprietário do jornal fala de suas impressões sobre o matutino:

Um jornal deve ser uma grande universidade. A informação é, hoje, como a saúde, como a vida, um direito. Numa sociedade democrática é a base sem a qual é impossível construir a liberdade. Sonhei em ter um jornal no Maranhão, instrumento de cultura, fonte de melhoria educacional (SARNEY, 1999).

Visão modificada anos depois, conforme o depoimento na entrevista: “(Nossa) única atividade em empresas é relativa à atividade política: jornal, rádio e televisão. Temos uma pequena televisão, uma das menores, talvez, da Rede Globo. E por motivos políticos. Se não fossemos políticos, não teríamos necessidade de ter meios de comunicação” (SARNEY, 2005, p. 40 apud LIMA, 2006, p. 119).

Na década de 1980, a abrangência do jornal foi somada à força das emissoras de rádio e de televisão do Sistema Mirante: a Rádio Mirante FM, em 1981, composta por 18 emissoras; a TV Mirante, em 1987, afiliada do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e a rádio Mirante AM, inaugurada no ano seguinte (COUTO, 2007).

A partir de 1991 a TV Mirante passou a ser uma emissora da Rede Globo de Televisão, assumindo o compromisso de manter a liderança da TV Globo. A concessão da TV Mirante foi dada pelo presidente João Figueiredo a José Sarney, e a mudança de emissora foi determinada por articulações políticas e econômicas conforme aponta Maia (2003, p. 50 apud COUTO, 2007, p. 129):

Apesar da amizade com Roberto Marinho, Sarney não solicitou o seu sinal para não entrar em atrito político com Magno Bacelar, que possuía o sinal da Globo há mais de vinte anos. Nas eleições de 1986, Magno Bacelar se candidata a senador, perdendo para o candidato de Sarney, Edson Lobão. Com as dívidas contraídas nas

⁴² A comemoração do aniversário de O Estado do Maranhão é contada a partir da fundação do *Jornal do Dia* (1959), para demonstrar tradição.

eleições, Bacelar se vê obrigado a se desfazer de vários bens, entre eles o sistema de comunicação da Difusora (composto por uma TV e rádio AM e FM) o qual foi comprado pelo empresário maranhense William Nagem. A compra da emissora incluiu mais dois cotistas, Fernando Sarney, filho de José Sarney e empresário no estado. Os dois possuíam 60% das cotas da empresa [...].

Além da questão política, outros fatores foram determinantes para transferência da emissora, como as condições inadequadas das instalações e a baixa qualidade técnica. Após o envio de um interventor (COUTO, 2007) a Rede Globo deu um prazo para Difusora, que não conseguiu adequar-se ao padrão exigido e perdeu o sinal em fevereiro de 1991 (MAIA, 1993 apud COUTO, 2007). Esta mudança foi determinante para a consolidação do poder dos veículos de José Sarney, que passaram a ser vinculados à imagem da empresa nacional, Rede Globo.

Acompanhando o crescimento e modernização do conglomerado de comunicação da família Sarney, o jornal passou por algumas transformações gráficas, em 1990, e dois anos depois, começou a circular em policromia, adotando a segmentação editorial⁴³. Informatizou a redação, em 1995, investindo US\$ 300 mil em computadores e publicou sua versão *online* na internet. Possui uma rede de circulação eficiente e alcança quase todas as cidades do interior do Maranhão. Além do conteúdo local, o jornal publicou, ao longo de sua trajetória, informações enviadas por agências de notícias nacionais (Agência O Globo, Agência Folha, etc.) e internacionais (EFE, Associated Press, entre outras), que enviavam seu conteúdo via telex e a partir da década de 1990, por meios como fax e internet.

Segundo dados do Instituto Brasileiro Verificador de Circulação (IVC), as máquinas imprimem cerca de 12 mil a 16 mil de segunda à sábado, número potencializado aos domingos, quando chegam a ser impressos de 16 mil a 18 mil exemplares. Deste número, 85% são de assinantes, o restante é vendido nas ruas, em 150 bancas de revista e em 100 pontos de venda (em panificadoras, lojas e farmácias). O último censo demográfico (2007) do IBGE apontou que 957.515 pessoas concentram-se na capital, São Luís - a população maranhense é de 6.118.995 habitantes. Diante deste quadro a tiragem citada acima é significativamente baixa para o número de habitantes. O Estado do Maranhão é direcionado para um público urbano, com concentração em São Luís. Os índices citados por Couto (2007, p. 127) apontam que os leitores do matutino concentram-se em sua maioria no público A/B (53,33%), predominando o público feminino (59,55%) – o público masculino representa 40,44%.

⁴³ Consolidou espaços como Política, O País, Geral, Economia, Consumidor, Polícia, O Mundo, Cidade, Esporte e Alternativo.

Em 2009, o jornal comemorou 50 anos com uma reforma gráfica radical, modificando desde a ordem das editorias até a logomarca e a diagramação. O projeto foi desenvolvido pela filial argentina da empresa espanhola Cases I Associats, “uma das maiores empresas de designer de jornais do mundo⁴⁴”. O discurso presente no editorial comemorativo dos cinquenta anos do periódico demarcou sua fala regional e destacou seu comprometimento com leitores e pioneirismo técnico:

Cultivou, em todos os seus momentos, a postura de um jornal maranhense, envolvido com a causa maranhense e para ser lido por maranhenses. Ao longo dos seus 50 anos, O Estado dedicou o máximo de empenho na aplicação das mais modernas técnicas, tanto no aspecto gráfico como no plano editorial. Gráficamente, as sucessivas reformas o mantiveram em perfeita consonância com o momento. Responsável, o jornal nunca se curvou a essas pressões; ao contrário, manteve inalterada sua linha de cobertura, baseada na verdade como princípio jornalístico.

Além da mudança no *layout*, outros aspectos mereceram ser ressaltados na edição comemorativa do cinquentenário, como a necessidade de ilustrar a capacidade de articulação nacional de seu fundador, que citou a participação de nomes do jornalismo brasileiro nas mudanças que garantiram o pioneirismo técnico e o caráter inovador do jornal. Tal inferência pode ser observada na fala de Sarney: “Várias reformas foram introduzidas e devo destacar duas figuras que ajudaram a fazê-las: Odylo Costa, filho e Pompeu de Sousa, por sinal tidos hoje como os grandes renovadores da imprensa brasileira. Um, o Jornal do Brasil, o outro, o Diário Carioca”; a supremacia do jornal diante de seus concorrentes explicitada no vertiginoso ritmo de crescimento apontado pelo diretor executivo do matutino, Leônidas Escobar, que afirmou que “nos últimos 10 anos vem sendo mantida uma média de crescimento de 20% ao ano no faturamento do matutino. De 2007 para 2008, o crescimento foi de 27%. Percebendo a demanda do anunciante, a empresa investiu na modernização”. Caráter reforçado na fala de seu fundador:

O nosso segredo foi sempre dar aos nossos leitores os fatos, a informação correta, abrir espaço à nossa cultura, aos jovens e ter os melhores profissionais. Hoje, e já há muito tempo, somos o maior jornal do estado e chegamos à marca de 72% de todos os leitores de jornal no Maranhão.

O jornal é uma vitrine dos veículos de comunicação do Sistema Mirante, voltado para um público específico a fim de demarcar a posição da família Sarney sobre o contexto político local. Seu conteúdo reverbera nos demais veículos do Sistema de Comunicação da família, onde as pautas abordadas no impresso são transformadas em matérias nas TVs e rádios. Fatores socioeconômicos dificultam seu acesso direto de parte significativa de leitores,

⁴⁴ A empresa foi responsável pelas reformas de jornais como O Clárin (Argentina), Daily Mirror (Londres) e El Comércio (Espanha), Jornal da Tarde (SP), Tribuna (SP) e A Gazeta (ES).

segundo o IBGE, 21,4% dos maranhenses com mais de 15 anos são analfabetos, o que soma 34,8% da população.

Em um estado no qual a energia elétrica chega a 90,2% dos domicílios (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007), apenas 47% possuem serviços de telefonia e 8% têm computador em suas residências, a televisão (82,3%) e o rádio (72%) são meios com maior audiência. A TV Mirante anuncia⁴⁵ a cobertura de 151 dos 217 municípios do estado e a Rádio Mirante AM chega a 200 municípios maranhenses – o equivalente a 5 milhões e 400 mil habitantes. É importante destacar o alcance de público destes veículos, que muitas vezes são fontes de informação primária no interior do estado, onde os demais veículos de comunicação produzidos na capital não conseguem chegar pelo alto custo que a infraestrutura demanda. A elevada audiência do Sistema Mirante, revelada a abrangência de todos estes veículos já citados, denota uma considerável possibilidade da família Sarney de projetar valores na mídia local.

O próximo tópico procura refletir sobre a notícia como produto de uma organização, no sentido que sua realização que é balizada por regras internas, por um sistema de trabalho próprio e, principalmente, por linhas editoriais que atendem a fins específicos.

3.2 A organização social de produção da notícia

As notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas (HALL, 1993). Segundo Tuchman (2002), as notícias são características naturais da vida cotidiana que registram a realidade social e são simultaneamente um produto dessa mesma realidade, na medida em que fornecem aos seus consumidores uma abstração seletiva coerente. Estão inseridas na organização social do trabalho informativo e requerem uma permanente negociação no ambiente de produção interno e externo à empresa jornalística. Para a socióloga americana as coisas são noticiáveis porque elas representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo; e dentro deste contexto os jornalistas têm que selecionar os acontecimentos e compartilhá-los numa ordem de identificações sociais e culturais com os leitores de um determinado jornal. A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referências de fundo constituem o processo

⁴⁵ Fonte: Atlas de Cobertura Rede Globo – jul/01 (SISTEMA MIRANTE DE COMUNICAÇÃO, 2008).

fundamental através do qual a mídia torna o mundo a que faz referência inteligível a leitores e espectadores. Este processo de tornar um acontecimento inteligível é um processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona (HALL, 1993).

Entre a notícia publicada na capa dos jornais e o consumidor, há inúmeras variáveis que determinam o enquadramento⁴⁶ que esta receberá nos seus respectivos locais de fala. Um destes determinantes é o jornalista e sua perspectiva social e política, atuando balizado pela liberdade de imprensa, ética profissional, constrangimentos da empresa a qual é vinculado e pelos seus interesses privados. Este profissional sabe o “poder simbólico” que carrega, ao produzir informações que são compartilhadas pela sociedade na qual está inserido. Entretanto, sua mobilidade está condicionada à linha editorial do seu veículo e inscrita nas rotinas produtivas da empresa a que pertence, bem como na perspectiva de profissionalismo adotada no seu ambiente de trabalho.

Para Breed (1993), é o *publisher* que decide quais as forças têm de ser conciliadas, obedecendo a linha editorial do jornal e sua orientação política, disfarçada em decorrência da existência de códigos de ética jornalísticos. Para o autor, a linha editorial é apreendida por osmose e imposta no processo de socialização do jornalista na redação. O aprendizado desta política editorial gera constrangimentos e conformismo decorrentes da autoridade institucional e sanções; do sentimento de obrigação e estima para com os superiores; aspirações de mobilidade; ausência de grupos de lealdade em conflito; o prazer da atividade, a própria notícia como valor e os grupos de referência.

Outro recurso que molda a atuação dos jornalistas é o profissionalismo, citado por Soloski (1993) como uma forma eficiente e econômica para controlar o comportamento de repórteres e editores. Entretanto, o autor enfatiza que somente esta estratégia não garante às organizações jornalísticas o pleno controle de seus profissionais:

A fim de limitar mais o comportamento discricionário dos jornalistas, as organizações jornalísticas têm desenvolvido regras – políticas editoriais. As organizações jornalísticas confiam na interação do profissionalismo e das políticas editoriais para controlar o comportamento dos jornalistas. [...] O comportamento jornalístico controla o comportamento dos jornalistas de dois modos relacionados: 1) estabelece padrões e normas de comportamento e 2) determina o sistema de recompensa profissional (SOLOSKI, 1993, p. 92).

⁴⁶ Goffman (1975) define enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos. Segundo o autor, tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com enquadramentos que nos permitem responder à pergunta: “O que está ocorrendo aqui?”. Neste enfoque, enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais (PORTO, 2004, p.78).

A produção de informação em escala industrial, obedecendo a padrões temporais homogêneos, resultou no desenvolvimento de *modus operandi* padronizados e critérios semi-automáticos de seleção e organização, ou rotinas de produção, para os setores de apuração e de edição do jornalismo empresarial (GOMES, 2007). Como empresas comerciais que procuram o lucro, as organizações jornalísticas precisam desenvolver técnicas para controlar o comportamento dos seus profissionais (SOLOSKI, 1993). Diante desta conjuntura, existe uma cadeia de responsabilidades e sutilezas, na qual o repórter escreve atento ao produzir uma matéria coerente com as normas institucionais, sua política editorial, normas internas de recompensa, na tentativa de garantir um espaço de publicação junto aos superiores para demonstrar eficiência – tudo isso em um prazo de tempo que muitas vezes limita sua criação. Neste processo os profissionais precisam de uma autonomia mínima para selecionar as notícias, visto que não há tempo para tomadas de decisões coletivas e os conteúdos produzidos irão trafegar numa cadeia organizacional hierárquica, que precisa ter suas expectativas atendidas. A empresa conta com o resultado individual de cada jornalista e editor, pois caso o jornal não cumpra os seus prazos, haverá impacto nos lucros:

Os caminhões que transportam o jornal para as regiões limítrofes partirão atrasados; os seus condutores poderão ter de receber horas extras. Se uma edição se atrasa, o horário das edições seguintes será afetado; os tipógrafos podem exigir o pagamento de horas extras. Além disso, se as últimas edições da manhã não chegarem a tempo às bancas, os leitores podem comprar o jornal rival à venda, diminuindo assim os lucros da companhia. Os jornalistas receiam que as vendas futuras possam então estar em risco. Ao ler o jornal rival, o leitor pode achar este superior e mudar os seus hábitos de compra (TUCHMAN, 1993, p. 77).

Tuchman (1993) ressalta que cada notícia acarreta riscos para o corpo redacional e para a organização jornalística, podendo afetar a capacidade dos jornalistas no cumprimento de suas tarefas diárias, sua reputação, além de poder influenciar os lucros da organização. Estas pressões são estratégias eficientes para o controle do trabalho jornalístico e para manutenção do uso dos jornais por seus proprietários, com uma mão de obra qualificada. De acordo com Hall (1993), são as regras destinadas a preservar a imparcialidade da mídia, que servem para orientar a mídia nas definições da realidade social, que as suas fontes acreditadas – os porta-vozes institucionais – fornecem. Existe uma verdadeira hierarquização da credibilidade nas lógicas do poder, conservada por meio de fontes autorizadas elitizadas, que representam o pensamento dominante:

[...] os jornalistas e as reportagens estão sujeitas a pressões econômicas e legais, assim como a outras formas evidentes de censura. Mas a transmissão de ideias dominantes depende mais dos mecanismos não coercitivos para a sua reprodução. As estruturas hierárquicas de comando, a socialização informal em papéis institucionais, a sedimentação de ideias dominantes na ideologia profissional – todos ajudam a garantir, nos mídia, a sua reprodução continuada na forma dominante. O que temos a salientar é o modo como uma determinada prática profissional assegura

que os mídia desempenham um papel importante, eficazmente mas objetivamente, na reprodução da vertente preponderante das ideologias dominantes (HALL, 1993, p.231).

Assim a mídia colabora na manutenção do poder de grupos dominantes, não apenas dando voz aos seus discursos, mas silenciando outras áreas não formalmente legitimadas como representantes majoritários da sociedade. Este processo acontece por via de formas estruturadas de comunicação aparentemente comuns, dadas como adquiridas, embutidas nas próprias formas de comunicação que são utilizadas, que não são visíveis como construções ideológicas. Por outro lado, a comunidade jornalística instituiu regras para legitimar os profissionais na interpretação de eventos públicos, na definição do que é notícia (ZELIZER, 1992) e garantir a autoridade no processo de dar visibilidade aos outros grupos e atores sociais. Tuchman (1993) sublinha a objetividade como uma destas estratégias, sendo também um ritual de proteção às críticas, pois argumenta que o processamento das notícias não deixa tempo disponível para a análise epistemológica reflexiva. Por isso, na perspectiva da autora, os jornalistas necessitam de uma noção operativa de objetividade para minimizar os riscos impostos pelos prazos de entrega de material, pelos processos difamatórios e pela reclamação dos superiores. Neste contexto se faz mais que necessário expor valores como objetividade, imparcialidade e neutralidade, como tentativa de assegurar ao cidadão a possibilidade de formar uma opinião política qualificada e protegida de coação (GOMES, 2007). É exatamente neste processo, quando se pretende neutra e reivindica o papel de um agente politicamente desinteressado - movido apenas pela técnica e pela ética profissional -, que ele pode desempenhar eficientemente o papel de mediador entre os três poderes (ALBUQUERQUE, 2009).

Carey (1987) entende o jornalismo como uma profissão que apresenta ao mundo uma narrativa coerente, servindo a finalidades particulares, por este motivo é considerado pelo autor um trabalho criativo, uma estratégia simbólica, um modo de tornar o mundo confortavelmente compreensível ou, quando isso não é possível, de atribuir os fatos ao destino ou à sorte. Isso torna os jornalistas participantes ativos na fabricação da realidade e não apenas observadores passivos. Por estas razões a profissão se configurou como espaço privilegiado no arquivamento e na produção da memória contemporânea, além de consolidar a ocupação de espaços de formação de opinião, sendo também fontes de registro de informações - uma espécie de diário que registra os acontecimentos significativos. “Todo dia existem notícias, todo dia existem histórias a serem contadas porque todo dia há negócios a serem feitos e preços a serem fixados. Nesse sentido, as origens do jornalismo, do capitalismo e da contabilidade são indissolivelmente interligadas” (CAREY, 1987, p. 15). Como alternativa, o

autor propõe que o leitor seja astuto e constante – tal como são os próprios jornalistas – para associar o desconexo, para encontrar sentido e significado na torrente monumental e intensa das ocorrências.

Lima (2009) defende que a prática do jornalismo profissional ocorre no contexto de uma subcultura própria; de rotinas produtivas que se transformam em normas; e de interferências editoriais – explícitas ou não – que tornam sem sentido qualquer pretensão à existência do mito da objetividade jornalística ou de uma prática jornalística neutra e isenta. Para o autor, uma prática jornalística inteiramente livre de constrangimentos – vale dizer, um jornalismo que pairasse acima das disputas de poder que existem no seio da sociedade – é irrealizável. O autor afirma que as limitações à independência e autonomia do jornalismo não se originam apenas no estado, mas estão presentes, inclusive, no interior dos grupos de mídia e no próprio exercício da profissão de jornalista.

Em sociedades onde a maioria da população não tem acesso direto nem poder sobre as decisões centrais que afetam as suas vidas, onde a política oficial e opinião estão concentradas e a opinião popular está dispersa, a mídia desempenha um papel de ligação e de mediação crítica na formação da opinião pública e na orquestração dessa opinião com as ações e perspectivas dos poderosos (HALL, 1993). O autor argumenta que a mídia possui um “quase monopólio do conhecimento social”, e atua como fonte primária de informação daquilo que acontece – e também seleciona as falas que serão ouvidas e o conteúdo a ser transmitido ao público. No Brasil, onde parte significativa dos proprietários de veículos de comunicação são políticos ou possuem vínculos com a classe política, uma herança do próprio *trusteeship model*, como esperar uma comunicação sem interesses políticos? Se os veículos expressam a vontade de seus proprietários e o jornalista se adapta ao perfil editorial da empresa a que pertence – especificamente no caso do jornalismo impresso – como se pode conter a produção de notícias tendenciosas? Um dos desafios que se impõem a esta pesquisa é a superação deste maniqueísmo que rege os debates sobre os sistemas midiáticos brasileiros, tanto nacional como regionalmente.

Seguir o conceito de Carey (1987) será um verdadeiro desafio no Brasil, visto que a amplitude do país e a complexidade de suas desigualdades socioeconômicas dificultam uma “sagacidade homogênea dos espectadores”. Sempre haverá crítica, questionamento por uma parte (restrita) dos espectadores, mas haverá (predominantemente) concordância com as ‘verdades’ expostas na mídia. Para Bucci (2009), a análise da qualidade informativa de um veículo, ao longo do tempo, funciona também como método de avaliação do seu grau de independência. Para o autor, a liberdade editorial é um imenso desafio, o maior de todos:

A liberdade só existe se for exercida de fato, por meio da visão crítica, do rigor, na obstinação por tornar públicas as informações que o poder preferiria ocultar. A liberdade floresce mais no conflito que no conagraçamento, tanto que alguns a confundem com a mera falta de educação – o que também é uma forma de rebaixá-la. De um modo ou de outro, por um caminho ou por outro, ela precisa ser explícita, ostensiva, mesmo, pois disso depende a confiabilidade, a credibilidade e a autoridade da imprensa (BUCCI, 2009, p. 122).

A quem os brasileiros devem ou podem recorrer quando as mídias são utilizadas politicamente ou em benefício privado, em detrimento do interesse público? Embora este trabalho não se proponha a responder a essa reflexão, vale ressaltar a importância do seu debate junto aos pesquisadores do campo da comunicação e da política.

4 O CASO LUNUS NOS JORNAIS

Esta pesquisa optou pela análise de enquadramento como recurso metodológico para sistematizar a amostra coletada n'O Estado do Maranhão e n'O Globo sobre o caso Lunus. Autores como Tuchman (1978), Gitlin (1980), Entman (1991) e Porto (2004) consolidaram esta metodologia na comunicação, a partir da percepção de que o discurso jornalístico constrói seus objetos por meio da ênfase e das omissões durante a abordagem de determinado tema, o que resulta em diferentes olhares e diferentes matérias. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos da realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, promovendo uma definição particular do problema, uma interpretação casual, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1991). Para o autor, por trás de cada enquadramento existe uma mensagem específica. Gitlin (1980) situa os enquadramentos midiáticos como padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, por meio dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente os discursos. Porto (2004) reconhece os enquadramentos como importantes instrumentos de poder, capazes de organizar o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como para quem recorre às suas notícias.

Há uma interação permanente entre os enquadramentos e os grupos de elites, pois segundo Gitlin (1980), quanto mais próxima estiver uma questão dos interesses das elites políticas, mais provavelmente haverá um blecaute de notícias que efetivamente contestem esses interesses. Por isso, os enquadramentos não são fixos, podendo variar ao longo de uma mesma cobertura. Segundo o autor, eles seguem o universo da produção de notícias que não são fechados em si mesmo, acompanham os cenários que mudam historicamente, porque a mídia é considerada um holofote móvel e não um espelho passivo da sociedade.

Uma abordagem analítica sobre o jornalismo deve levar em consideração o enquadramento dos veículos para um dado caso, pois eles são recursos que expõem as estratégias adotadas ao optarem por determinado recorte em detrimento de outros, já que estão inseridos nas rotinas produtivas dos profissionais.

Para perceber os enquadramentos recebidos pelo caso Lunus esta pesquisa delimitou como *corpus* as matérias publicadas n'O Estado do Maranhão e n'O Globo, entre os dias 02 de março a 14 de abril de 2002, tempo transcorrido entre a divulgação das matérias sobre a operação da Polícia Federal na sede da empresa de Roseana e o anúncio de sua saída da disputa presidencial de 2002. Apenas matérias jornalísticas informativas das editorias de

política, dos dois veículos, foram selecionadas no período dos quarenta e quatro dias em que o escândalo esteve em evidência na mídia. O mapeamento da cobertura deste período foi realizado por meio de fotocópias, fotografias e anotações, com base nos acervos da Biblioteca Estadual Benedito Leite, localizada em São Luís, da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, entre julho a novembro de 2008. Foram coletadas 297 matérias publicadas sobre o escândalo, das quais 107 foram veiculadas n’O Estado do Maranhão e 190 n’O Globo. Paralelamente a este percurso foram realizadas entrevistas presenciais, por telefone e por email com jornalistas e fontes envolvidas no processamento de informações e distribuição dos dois jornais, no período analisado, para situar o processo de produção da notícia e a partir dele dimensionar possíveis estratégias adotadas. As entrevistas não foram tomadas como referência para construção de hipóteses na pesquisa, mas serviram para apontar indícios (a partir do confronto de falas e dados) de informações já apreendidas no texto.

Esta pesquisa tem como principal categoria de análise o enquadramento recebido pelas matérias em seus respectivos veículos, ou seja, o ângulo sob o qual os assuntos foram abordados. No *corpus* analisado foram identificados diferentes tipos de quadros em ação, utilizados sob ângulo positivo, negativo ou neutro, de acordo com a linha editorial dos respectivos veículos:

a) *Enquadramento policial*: trata sempre do crime, afirmando ou negando sua ocorrência. Nessa pesquisa ele ilustrou a categorização de cada jornal para o escândalo protagonizado por Roseana. N’O Globo, o caso Lunus foi trabalhado na perspectiva de um crime, enquanto O Estado do Maranhão alegou que a ação da PF se tratava de um golpe político contra a governadora. Esse quadro também enfatizou outros delitos decorrentes do caso Lunus, exibidos ao longo das investigações;

b) *Enquadramento eleitoral*: explorou as mudanças do cenário político central enfatizando o impacto sofrido na campanha presidencial de 2002, com o caso Lunus. Este escândalo também pode ser explicado como um jogo de campanha eleitoral, expondo os bastidores deste ambientes. Percebeu-se a reconfiguração de alianças partidárias e o desequilíbrio da base governista na disputa do pleito. Esse quadro demonstra as estratégias de visibilidade adotadas pelos dois jornais para privilegiar seus pré-candidatos nesta fase inicial da campanha;

c) *Enquadramento de governo*: abordou os impactos do caso Lunus e os seus possíveis reflexos na governabilidade – com uma ameaça de retaliação tanto no centro como nas margens da política. Desta forma, ilustraram-se as relações da base governista composta

pelo PFL e PSDB durante o período analisado. Este enquadramento exibiu desde a tentativa do PSDB de conter a saída do PFL da base, até as trocas de acusações entre os dirigentes dos dois partidos. Este enfoque foi amplamente utilizado n’O Estado do Maranhão para garantir matérias positivas à Roseana, por meio de textos sobre sua gestão estadual ou por meio de matérias que ilustravam sua relação com a cúpula do PFL. O Globo estimulou a permanência do escândalo em suas páginas com matérias constantes sobre o impacto causado no funcionamento do governo.

d) *Enquadramento geopolítico*: privilegiou as relações entre o local e o nacional no conteúdo das matérias analisadas. N’O Globo este enquadramento serviu para ambientar os leitores à realidade maranhense, tanto política como socioeconômica, por meio de matérias acerca da família Sarney; foi usado pra ilustrar a perspectiva do jornal sobre a política praticada no estado, considerada como provinciana. Já para O Estado do Maranhão, este enquadramento foi significativo na construção da imagem positiva para Roseana diante da crise. O jornal regional expôs a articulação de seus proprietários na cena política nacional a fim de defender sua *publisher* e mostrar “prestígio” junto à cúpula do PFL. Registrou-se a negociação dos usos das falas, nas duas esferas do jornalismo: O Globo publicizou depoimentos de políticos maranhenses, para denotar a amplitude da cobertura; O Estado do Maranhão adaptou declarações do PFL em favor de sua proprietária.

Outros recursos como a verificação do espaço dedicado às matérias, das fontes citadas, da publicação de imagens, da ausência e presença de informações, bem como o uso das palavras (repetições de termos) foram utilizados para perceber como os jornais estudados trabalharam estes diferentes enquadramentos⁴⁷. Com isso, buscou-se denotar as estratégias de visibilidade adotadas por cada veículo e as ferramentas usadas para favorecer seus vínculos com o campo político.

Dividiu-se a cobertura de O Globo e d’O Estado do Maranhão em três fases, para potencializar o estudo das matérias selecionadas e delimitar os diferentes usos dos enquadramentos. Esta segmentação foi baseada em dois critérios, comuns aos veículos aqui trabalhados: o trânsito das matérias entre a capa e as páginas internas da editoria de política; e o fluxo dos acontecimentos divulgados ao longo da cobertura. O percurso da notícia dentro do jornal denotou o destaque obtido pelos temas e com isso mostrou-se quais aspectos as

⁴⁷ Destaca-se que a perspectiva adotada para verificar o enquadramento é a de Roseana, enquanto candidata a Presidência da República, a partir daí percebe-se se a abordagem foi positiva, negativa ou neutra em relação à candidata.

empresas privilegiaram. A dinâmica provocada pelo acréscimo de novas informações ao caso expôs como cada veículo trabalhou sua versão dos fatos.

Em O Globo, a crise política protagonizada por Roseana Sarney figurou em 38 edições, das quais 26 foram em março e 12 em abril. Ao longo do período analisado o caso foi tema de 26 capas, sendo o escândalo tratado 19 vezes nas capas de março e sete vezes em abril. Seguem as três fases de análise da amostra:

a) **1ª Fase:** é composta por manchetes ininterruptas na capa do jornal, entre os dias 02 a 14 de março e referiu-se à divulgação do escândalo. Os textos refletiram o impacto do caso Lunus no cenário político nacional e contextualizaram os leitores sobre os laços políticos da família Sarney no âmbito regional;

b) **2ª Fase:** iniciou em 16 de março e foi até 06 de abril, totalizando 18 dias de cobertura, com seis manchetes nas capas e 12 dias de notícias veiculadas internamente. Este foi o único período no qual se verificou a ausência de veiculação de matérias. A crise PFL/PSDB foi enfatizada pelos novos fatos disponibilizados na mídia e pelo reflexo destes nas eleições presidenciais;

c) **3ª Fase:** o caso Lunus retornou às capas, entre os dias 08 a 14 de abril, para abordar a desistência de Roseana do pleito presidencial de 2002. Verificou-se uma intensa divulgação de novas denúncias para tornar o tema atual.

A amostra de O Estado do Maranhão é formada por 107 matérias, coletadas em 35 edições sobre o caso Lunus, das quais 25 foram registradas em março e 10 em abril. Durante este período, o escândalo foi tema de 31 capas como manchete, sendo tratado 22 vezes em março e nove em abril. Atendendo aos critérios expostos acima, seu conteúdo foi dividido em três fases:

a) **1ª Fase:** situou-se entre os dias 02 a 10 de março, com manchetes ininterruptas sobre o escândalo. As matérias defenderam a inocência da pré-candidata e buscavam culpados para “o golpe” sofrido. Evidenciaram-se dois movimentos nesta fase: o de “negação” do escândalo e o de “apoio” recebido pela governadora;

b) **2ª Fase:** compreendeu os dias 11 a 31 de março, sendo a etapa com maior número de matérias. Cinco edições não abordaram o caso nos 21 dias de cobertura. Utilizou-se, excessivamente, falas do PFL em defesa da *publisher*, acompanhadas de informações descontextualizadas em benefício da candidata;

c) **3ª Fase:** ilustrou a cobertura do caso Lunus entre os dias 02 a 14 de abril. A imagem de Roseana foi preservada por meio de notícias positivas sobre sua gestão estadual e por meio de um otimismo do PFL – existente apenas nas capas do jornal regional.

Nos dois jornais verificaram-se três momentos bem delimitados quanto à exposição do escândalo político: a apresentação e contextualização do caso para os leitores; esta etapa foi seguida por uma fase com predomínio de textos internos; e por último, registrou-se um retorno do caso às capas, com manchetes diárias. Os jornais lidaram com os conteúdos de forma particular enaltecendo ou omitindo fatos para moldar os acontecimentos sob a sua lógica editorial.

A análise comparativa dos enquadramentos recebidos pelo caso Lunus nos jornais O Globo será apresentada nos próximos tópicos. Posteriormente será exposta a análise de O Estado do Maranhão.

4.1 Cobertura de O Globo: primeira fase

A primeira fase da cobertura do caso Lunus em O Globo resultou em 91 matérias, publicadas ao longo de 13 dias de capas consecutivas, registrando o maior volume de matérias de toda cobertura do jornal. O período ilustrou as primeiras mudanças ocasionadas pela crise entre o PFL e do PSDB, da troca de ministros e até os atrasos nas votações prioritárias para o governo de FHC, como a da Contribuição Provisória sobre a Movimentação (CPMF). A cobertura desta etapa, compreendida entre os dias 02 a 14 de março, foi marcada por:

a) pelo tumulto que o anúncio do escândalo causou no meio político: *PFL pode deixar o governo hoje após 38 anos no poder e Crise paralisa votações no Congresso* (07/03/2002);

b) pela familiarização dos leitores com os personagens envolvidos no caso Lunus: *Murad transita entre o público e o privado* (10/03/2002);

c) pelas articulações políticas de defesa e ataque à candidata: *Aliados de Roseana podem dificultar votações de projetos no Congresso* (03/03/2002) e *Nota do PSDB cita oligarquias saudosas dos tempos em que controlavam tudo* (06/03/2002).

Neste período O Globo deu uma visibilidade significativa ao caso Lunus, com a publicação de mais de 60 fotografias em suas páginas, sendo que o escândalo teve apenas quatro capas com fotos: no dia 06 de março, com uma foto da governadora do Maranhão (*Roseana deixa candidatura se PFL não romper com FH*); em 08 de março, com a publicação, pela primeira vez, do montante de dinheiro apreendido na operação da PF (*PFL abandona governo, mas mantém cargos e apoio a FH*); no dia 12 de março, com imagens de policiais federais transportando a documentação apreendida para Brasília e no dia 13 de março, a foto de Jorge Murad ocupou a parte central da capa para ilustrar a matéria *Marido de*

Roseana assume crime para explicar dinheiro. É importante destacar que O Globo expôs nacionalmente temas omitidos no periódico maranhense, como a imagem do dinheiro apreendido na operação. A foto do montante foi utilizada três vezes n'O Globo (duas na capa) e virou um ícone para representar o escândalo, além do assunto ser amplamente citado nos textos do jornal. A não publicação da imagem do dinheiro e o silenciamento (parcial) de sua existência nos textos foram as maiores ausências na cobertura do caso Lunus n'O Estado do Maranhão.

Observou-se a seguinte ordem de prevalência dos enquadramentos: policiais (42,3%), seguidos pelos de governo (27,7%), pelo enquadramento eleitoral (20%) e pelo geopolítico (10%), respectivamente. Cerca de 60% dos enquadramentos foram negativos para a pré-candidata, contrabalanceados com 30% de matérias positivas e 10% de matérias neutras.

No enquadramento policial notou-se a alimentação diária do caso, com acréscimo de informações que reforçaram, progressivamente, a participação de Roseana e do marido no desvio de verba pública. A primeira matéria veiculada sobre o fato nos dois jornais revelou a linha editorial seguida em grande parte da cobertura. O Globo noticiou o escândalo como manchete central, *PF investiga marido de Roseana e PFL ameaça deixar governo* (02/03/2002) e internamente com diversas matérias contextualizando o leitor. O Estado do Maranhão usou uma frase literal de Roseana para expor a visão de sua proprietária diante da operação da PF: *“Não vão me intimidar”* (02/03/2002).

A confissão de Jorge Murad, em 13 de março, foi outro exemplo explícito do enquadramento policial adotado pelos periódicos. Depois de várias versões apresentadas, o empresário decidiu falar em uma coletiva sobre o montante apreendido em seu escritório. O Globo optou por demonstrar o vínculo familiar de Murad ao citá-lo e adotou o termo “crime” explicitamente na manchete *Marido de Roseana assume crime para explicar dinheiro*. O Estado do Maranhão recorreu novamente a estratégia das aspas, na qual Murad assumiu sua culpa na tentativa de isentar a esposa, mas sem fazer referência direta ao dinheiro e ou a qualquer crime: *“Agi por determinação própria”*.

O uso de aspas também foi utilizado pel'O Globo, essencialmente em momentos que enfatizam o comprometimento de Roseana com o caso Lunus, como reforçam os títulos: *“Eu? Nunca ouvi falar dessas tais Ilhas Virgens”* (06/03/2002), Carlos Antônio apontado como “laranja” de Murad; *FH nega ter recebido relatório da PF: “É mentira”* (07/03/2002), *FH ao PFL: “Eu poderia ganhar a eleição sozinho”* (12/03/2002) e *Ciro: “Ladrão não pode postular a presidência”* (12/03/2002).

Durante a cobertura, a Polícia Federal foi uma das vozes mais recorrentes para reconstrução dos fatos, falando diretamente e ou por meio de fontes não identificadas. Outro grupo de fontes citadas para auxiliar na contextualização dos fatos foram os juristas. Pronunciaram-se desde o Procurador da República no Tocantins (um dos responsáveis pelo caso Lunus), Mário Lúcio Avelar, até o advogado de Roseana. Também expuseram seus pontos de vista, Ministros da Justiça, Procurador Geral da União, o presidente do Supremo Tribunal Federal e a Organização dos Advogados do Brasil (OAB), o que denotou a mobilização da opinião pública em torno do escândalo. José Sarney falou três vezes ao longo da crise. Já Murad, um dos principais envolvidos, foi citado direta e indiretamente por meio de falas, notas e ou de depoimentos de outras personagens envolvidas na operação.

Com o aparecimento de novas provas contra Roseana, o jornal começou a ser incisivo com as críticas à governadora, entretanto contrabalanceava com matérias neutras e ou positivas como denotou a edição 09 de março: *Ministro da Justiça elogia Roseana Sarney e O contador dos laranjas* - referindo-se ao contador de Murad.

O enquadramento de governo foi caracterizado pela fala dos membros da base governista, tanto do PFL como do PSDB. Houve uma pluralidade de fontes nas matérias d'O Globo, sendo ouvidos políticos do cenário nacional e de estados periféricos afetados pelo escândalo. Entre os correligionários de Roseana, o presidente do partido Jorge Bornhausen foi o porta-voz da crise, apoiado pelos pronunciamentos de Roberto Brant (PFL-MG) e Inocêncio Oliveira (PFL-PE). O PSDB foi representado nas falas de FHC. Dentre os presidenciais, Serra foi o que mais se destacou nas páginas de O Globo, seguido por Ciro e Lula, respectivamente. No cenário regional, O Globo ouviu a oposição de Roseana no Maranhão e secretários de estado da governadora.

A experiência na cobertura do Congresso possibilitou a'O Globo matérias com conteúdos dos bastidores como: *PFL apóia Roseana, mas baixa o tom das críticas ao PSDB e ao governo* (05/03/2002); *Bornhausen convenceu Sarney de adiar discurso* (06/03/2002) e *Um partido de pelo menos 373 cargos* (07/03/2002).

O enquadramento eleitoral foi percebido na fala dos principais atores sociais envolvidos na corrida presidencial de 2002 e no uso que o jornal fez das pesquisas de intenção de voto. Inicialmente há uma profusão de vozes, que ao longo dos dias diminuem e são canalizadas para uma crítica à Roseana, conforme os títulos no quadro 2:

Data	Título
02/03/2002	Isso é intimidação política (entrevista Bornhausen)
04/03/2002	Serra: “São estapafúrdias as insinuações”
06/03/2002	Roseana ameaça desistir
10/03/2002	“Quem enfrentou a morte não se deixa abater” (Roseana)
11/03/2002	FHC ataca oligarquias em recado ao PFL
13/03/2002	Pefelistas já estudam alternativas para o caso de Roseana desistir
14/03/2002	O ponto decisivo (honestidade é o que o eleitor mais valoriza)
	Duda Mendonça diz que PFL não se recupera mais

Quadro 2 – Síntese do enquadramento eleitoral n’O Globo
 Fonte: O Globo

Os eleitores não foram consultados diretamente nas matérias de O Globo sobre o tema, apenas por meio de pesquisas de opinião, o que diluía qualquer tendência aparente do jornal, pois os dados estatísticos aparentavam possível isenção. O resultado das pesquisas de opinião foi destaque n’O Globo: *Três pesquisas mostram queda de Roseana*, enquanto O Estado do Maranhão noticiou apenas a pesquisa do Ibope, *Desempenho de Roseana é avaliado* (13/03/2002).

O enquadramento geopolítico esteve muito próximo do enquadramento eleitoral, pois registrou as falas dos aliados regionais (maranhenses e nordestinos) de Roseana como o governador do Ceará, que mesmo sendo do PSDB solidarizou-se à governadora do Maranhão, conforme o título *Tasso diz que governadora sofreu brutalidade, Tasso Jereissati* (08/03/2002). Também sob este enfoque, foi possível verificar a crítica d’O Globo às práticas políticas da família Sarney: *No Maranhão, caso tem pouco destaque* (12/03/2002), referindo-se à cobertura d’O Estado do Maranhão sobre o escândalo. Outra característica do enquadramento geopolítico foi expor matérias sobre a família Sarney para ambientar o leitor no local da ocorrência do caso e apresentar o perfil dos envolvidos na contravenção, como nos títulos *Murad foi braço-direito de Sarney e tem cargo no governo Roseana* (02/03/2002) e *Murad transita entre o público e o privado* (10/03/2002).

O Globo realizou uma cobertura ampla sobre um tema que mobilizou o precoce cenário pré-eleitoral em 2002, com debate contínuo em suas páginas dos principais atores do caso Lunus. Houve uma equiparação entre as partes expostas ao longo da cobertura neste momento inicial (se as aparições de Roseana forem somadas às do PFL). O jornal fez uso de

sua expertise na cobertura política nacional para adiantar cenários e conseguir declarações que alimentassem a continuidade do escândalo nas manchetes.

4.2 Cobertura de O Globo: segunda fase

A segunda fase da cobertura do caso Lunus iniciou no dia 16 de março e se estendeu até o dia 06 de abril, com 66 matérias publicadas. Houve uma incidência de menor exposição do caso nas capas e de não publicação de matérias, com seis dias intercalados sem noticiar o escândalo. O espaço foi reduzido também para as fotografias, com a publicação de cerca de 30 imagens, sem nenhuma capa com foto dos personagens centrais do caso. A cobertura enfatizou, predominantemente, dois aspectos nesta etapa:

a) o surgimento de novas denúncias e dados que apontaram para o comprometimento de Roseana com improbidade administrativa: *Esquema de laranjas serviu para falsificar notas (20/03/2002)*;

b) as consequências da crise estabelecida entre a base governista, responsável pelo rompimento entre PFL e PSDB: *Governo vai cobrar do PFL o atraso na CPMF (16/03/2002)*.

Nesta etapa predominaram os enquadramentos eleitorais (41,2%), seguidos respectivamente pelos enquadramentos policial (30,8%), de governo (20,6%) e geopolítico (7,4%). As matérias negativas (65%) continuaram prevalecendo sobre as positivas (20%) e as neutras (15%).

O enquadramento eleitoral externou a linha editorial de O Globo diante do caso Lunus, como demonstraram os títulos aqui trabalhados. Verificou-se a adesão do jornal à campanha de José Serra em diversas matérias como *“Nós venceremos as eleições”, diz Fernando Henrique sobre Serra (20/03/2002)*. O periódico endossou o discurso anti-oligarquia de FHC. Buscou fontes fora do contexto político, como o músico baiano Caetano Veloso, para criticar a existência de sistemas oligárquicos e suas práticas políticas: *Caetano (Veloso) se diz cansado da turma da USP, mas diz que ela derrubou oligarquias (19/03/2002)*.

O Globo usou os dados das pesquisas do Ibope, Vox Populi e do Sensus para expor as intenções de votos dos eleitores brasileiros. Esta mensuração ilustrou o reflexo da operação da PF na corrida presidencial e se tornou um recurso útil para mostrar a preferência do veículo por Serra. As informações foram organizadas estrategicamente para delimitar a ascensão de Serra em detrimento da queda de Roseana (quadro 3):

Data	Título
21/03/2002	Vox Populi mostra Serra à frente de Roseana
22/03/2002	Serra diz que segundo lugar é um estímulo
	Ibope: Roseana perde 4 pontos e Serra, 3
	Rejeição à pefelista aumenta
02/04/2002	Vox Populi confirma Serra em segundo turno

Quadro 3 – Síntese de títulos sobre pesquisa eleitoral na cobertura de O Globo
Fonte: O Globo

A oposição à Roseana foi feita diretamente, por meio de novas denúncias sobre o caso, e também com a articulação dos textos ao longo da cobertura, como exemplificam duas matérias do dia 23 de março, que apresentam uma fala de Roseana, seguida por uma denúncia na mesma página: *Roseana desafia candidatos a explicar gastos* e *Dono da AC Rebouças é denunciado* (construtora que mantém negócios com a Lunus). Em 26 de março é noticiado que *Pefelista lança programa “voltado para as pessoas”*, referindo-se a Roseana; o texto foi seguido por outra matéria em referência ao caso Lunus: *Projeto foi aprovado até sem terreno*. O recurso foi observado em outras edições como a de 02 de abril. A manchete disse *Vox Populi confirma Serra em segundo turno*, na mesma página segue a matéria *STJ mantém retido o R\$ 1,3 milhão de Roseana*. A estratégia jornalística de mostrar os dois lados da história serviu para amenizar o destaque dado ao candidato do PSDB e, ao mesmo tempo, demarcou a opinião do veículo acerca de Roseana.

A difusão de informações sobre o envolvimento da governadora com fraudes rompeu o equilíbrio verificado na fase anterior. O PSDB assumiu a liderança de falas reduzindo o espaço de defesa do PFL. As aspas reforçaram as posições dos atores dentro da corrida presidencial: *Serra: “Denúncias são alopradas e inconsistentes”* (20/03/2002); *FH: “Quem vigia é a mídia”* (21/03/2002) e *Roseana: “Políticos vivem da hipocrisia”* (22/03/2002).

As articulações partidárias para formação de coalizões na corrida presidencial foram destaque nesta cobertura de O Globo: *Jarbas impõe condições para ser vice de Serra* (26/03/2002); *PFL descarta apoio a Serra no 2º turno* (04/04/2002) e *Roseana negocia trégua com Ciro e Garotinho* (05/04/2002).

O enquadramento policial foi marcado por denúncias e por acusações diretas sobre Roseana e o marido, com indícios concretos do envolvimento da pré-candidata em atos ilícitos: *“Tudo era do conhecimento da governadora”* (24/03/2002). No dia 09 de março, ela chegou a ser comparada com Joana D’arc (por Bornhausen) n’O Globo, mas com o avanço

das investigações houve um reposicionamento do jornal quanto sua possível inocência: *Roseana deverá ser denunciada ao deixar o cargo* (21/03/2002).

O Globo investiu em uma intensa cobertura para dar visibilidade ao escândalo. O monitoramento de novos fatos foi acompanhado por uma equipe de repórteres, dividida entre os estados do Maranhão, Tocantins, Rio de Janeiro, São Paulo e no Distrito Federal que noticiou com frequência as mudanças no caso (quadro 4):

Data	Título
16/03/2002	Lunus fez negócios com a construtora Momentos
17/03/2002	Roseana admite ter defendido projeto Usimar
21/03/2002	Investigação sobre Sudam terá mais 18 procuradores
22/03/2002	Demitidos 11 fiscais da Sudam
23/03/2002	Dono da AC Rebouças é denunciado
27/03/2002	Procuradores pedem ajuda ao Coaf para apurar fraudes da AC Rebouças
02/04/2002	STJ mantém retido o R\$ 1,3 milhão de Roseana
06/04/2002	PF investigará a origem do dinheiro

Quadro 4 – Síntese do enquadramento policial na segunda fase da cobertura do caso Lunus
Fonte: O Globo

O ponto alto do enquadramento policial se deu no dia 28 de março, com a ação da polícia Militar do Maranhão na sede da Polícia Federal, em São Luís: *PM do Maranhão contra a PF*. A edição seguinte acrescentou novos dados para este fato: *Ação da PM será investigada e Centro da PF atuava contra o narcotráfico*. O tema repercutiu também na edição de 02 de abril com a matéria *Procurador pede inquérito sobre PM do Maranhão*. O fato foi destacado n'O Globo e silenciado no periódico maranhense. O Globo usou o termo invasão para noticiar a ação da PM maranhense na casa que funcionava como centro de inteligência da PF - estratégia similar a de Roseana para se referir à ação da PF no caso Lunus n'O Estado do Maranhão.

A PF continuou tendo visibilidade na segunda fase, principalmente depois desta coação. Agílio Monteiro foi a fonte oficial da PF que mais se pronunciou e manteve um posicionamento de defesa da instituição: *Agílio depõe e defende a ação da PF* (21/03/2002). Órgãos da justiça diretamente envolvidos nas investigações demarcaram posição contrária ao ato de improbidade administrativa por meio de entrevistas e notas.

O enquadramento que enfocou o governo e suas articulações para estabilização da crise na base governista tem um personagem central nesta fase, José Sarney. O senador mobilizou a imprensa e usou o parlamento em defesa de Roseana, recorrendo a ONU para interceder pela filha, de acordo com a matéria publicada na capa de O Globo em 21 de março, *Sarney defende filha e pede que a ONU fiscalize eleições*. O discurso foi precedido por uma tensão que refletiu o momento político do poder público brasileiro: *Sarney adia novamente o discurso* (19/03/2002) e *Sarney deve fazer seu discurso hoje no Senado* (20/03/2002). O pronunciamento foi comentado pelos políticos em O Globo: *Oposição disse que Sarney falhou ao não explicar a origem do dinheiro* (21/03/2002), repercutindo até o dia 22 de março: *Proposta de Sarney é rechaçada pelo TSE*. No Maranhão, seu jornal inverteu politicamente o contexto, informando: *Sarney denuncia armação para prejudicar Roseana*.

Antes de toda a polêmica causada por seu discurso, Sarney esteve na França, onde lançou seu livro Saraminda. O fato foi noticiado pelo O Globo, na sessão de política O País, sob o título *Entre a Literatura e a política* (16/03/2002). Ao lado do antropólogo Lévi-Strauss, criticou o cenário político brasileiro e a crise que atingia Roseana, uma estratégia utilizada para mostrar seu respaldo intelectual e político. Sarney manteve o mesmo índice de falas da fase anterior, sendo que esta aparição foi uma tentativa de fortalecer a imagem da família Sarney, pois tratou das articulações literárias do patriarca do clã com Lévi-Strauss. O Globo cobriu o encontro entusiasmadamente, contrastando com as matérias sobre Roseana na mesma edição.

O enquadramento sobre o governo registrou a tensão entre os políticos em decorrência da ruptura entre o PFL e o PSDB: *CPMF passa na Câmara, mas PFL ainda ameaça no Senado* (20/03/2002) e *CPMF não será votada esta semana* (26/03/2002). Em meio à entrega de cargos do PFL para o PSDB, Sarney acusou o presidente FHC de uso irregular da verba de campanha. A resposta veio logo em seguida: *FH reage a acusações de Sarney sobre doação irregular de campanha* (27/03/2002).

O percurso de Roseana no Maranhão e o registro de sua argumentação em debates na mídia nacional foram abordados no enquadramento geopolítico. A conexão entre O Globo e os acontecimentos no Maranhão foi estabelecida por um correspondente local e por enviados especiais, que cobriram a rotina de Roseana e das outras fontes envolvidas no caso. Os títulos sintetizam esta ideia: *Roseana vai ao interior em busca de popularidade* (18/03/2002); *Roseana: “Não é só o Maranhão que é pobre”* (29/03/2002); *Bumba-meu-boi na despedida; “Nunca deixei de acreditar no meu marido”* (06/04/2002) e *Roseana: “Tenho sete fôlegos”* (27/03/2002).

Neste segundo momento o PFL recuou e deixou que Roseana falasse sobre as novas provas apuradas com as investigações, como o aparecimento de laranjas nas transações econômicas do governo do Maranhão. Murad teve poucas falas, mas foi citado nas críticas ao PFL, nas denúncias e pelos adversários de Roseana. O senador Arthur Virgílio (PSDB) assumiu um papel de interlocutor na crise para amenizar as consequências do rompimento para o Congresso. Teve o mesmo número de inserções que o presidente FHC, que criticou diretamente a governadora. Outros correligionários de Roseana tiveram um espaço reduzido, mas mantiveram a fala, assim como senadores, governadores do PSDB e PMDB. A oposição direta à família Sarney foi demarcada nos pronunciamentos de Serra e de deputados maranhenses.

Na segunda etapa da cobertura, O Globo mostrou por meio do enquadramento geopolítico como Roseana se comportou regionalmente diante do desenvolvimento do escândalo que citava seu nome e o de sua família. Para acompanhar sua rotina, o jornal manteve uma equipe no Maranhão, que enviava informações para a editoria de política do Rio de Janeiro e para a sucursal de Brasília. Os títulos sintetizam esta fase da cobertura: *Roseana vai ao interior em busca de popularidade* (18/03/2002); *Roseana: “Não faço parte da corriola”* (19/03/2002); *Roseana: “Não é só o Maranhão que é pobre”* (29/03/2002); *Bumba-meu-boi na despedida*; *Roseana: “Tenho sete fôlegos”* (27/03/2002). As falas de Roseana para o público maranhense repercutiram no periódico nacional, mas sempre acompanhadas de críticas. O jornal explorou o laço familiar dos envolvidos no escândalo como argumentação para a prática política oligárquica: *Sarney Filho ao pai: “Se Roseana quiser continuar, que largue Jorge”* (20/03/2002); *“Nunca deixei de acreditar no meu marido”* (06/04/2002).

Mesmo com a migração dos textos para as páginas internas, o escândalo político continuou tendo destaque no O Globo, que o atualizava permanentemente a fim de evidenciar o delito de Roseana e apontar as consequências imediatas na conjuntura eleitoral, como o crescimento de Serra na preferência dos eleitores.

4.3 Cobertura de O Globo: terceira fase

A terceira e última etapa da cobertura do caso Lunus ocorreu entre os dias 08 a 14 de abril, totalizando 31 matérias publicadas. Esta fase tratou do desfecho da campanha meteórica de Roseana junto à imprensa nacional. Registrou-se um momento de reorganização para o PFL após o rompimento com o governo de FHC. O jornal endossou a corrente de

pressão na mídia nacional que exigia a saída da pré-candidata. Houve uma contagem regressiva para desistência de Roseana, ancorada na fala de representantes da direita brasileira, com seis dias consecutivos de anúncio de sua saída.

O escândalo político continuou tendo visibilidade nesta fase, mesmo dividindo espaço com outras temáticas de relevância, como a epidemia de dengue e a proposta do judiciário de verticalização das coligações partidárias para as eleições de 2002. Publicou-se uma média de cinco matérias por edição, analisando e indicando a renúncia da pré-candidata. O espaço dedicado foi significativo, com 24 fotografias veiculadas. Somente a capa da renúncia, em 14 de abril, teve uma manchete principal com foto. No restante da cobertura a imagem de Roseana foi publicada internamente com repetidas fotos de membros da família Sarney, para reforçar a existência da oligarquia.

Nesta última fase, o enquadramento eleitoral (40%) e o policial (35,5%) ocorreram com frequência similar. Já o geopolítico (15,5%) sobressaiu-se sobre o enquadramento de governo (9%), diferente do que aconteceu anteriormente. Roseana foi enquadrada negativamente em 80% das matérias, como no texto *Supostos doadores desaparecem* (12/04/2002), que ilustrou o texto com a foto do dinheiro apreendido pela PF; 15% das matérias abordaram positivamente a personagem e 5% tiveram o enquadramento neutro.

A ação da polícia no caso Lunus implicou diretamente no enquadramento eleitoral recebido nesta parte da cobertura. Em 08 de abril houve um acontecimento noticiado sob o título *PF intima Roseana e PFL ameaça parar o Congresso* que reascendeu as acusações, por parte do PFL, sobre o uso político da PF. Ao abdicar do posto de governadora, em virtude da lei de desincompatibilização de cargos, Roseana perdeu a imunidade e foi intimada a depor sobre o escândalo. Tal fato agravou a crise entre o PSDB e PFL e acelerou a desistência do partido do pleito de 2002.

O Globo certificou a saída de Roseana na manchete: *Desembarque anunciado* (11/04/2002); informação confirmada na manchete do dia seguinte: *PFL já dá como certa a renúncia de Roseana*. Porém esta notícia já estava sendo postulada há um mês: *PFL marca prazo para desistir de Roseana* (14/03/2002). Em 13 de abril, observou-se a pressão d'O Globo para com a pefelista: *PFL pede pressa a Roseana*.

No dia 14 de abril, com a manchete *Abandonada pelo PFL, Roseana Sarney renuncia*, O Globo informou oficialmente a saída da pré-candidata. O texto foi acompanhado por matérias relacionadas: *Adeus à disputa*; *“Cheguei ao limite de minhas forças”* e *Ameaça de prisão antecipou a renúncia*. A saída de Roseana teve abordagens contrárias nos dois

jornais. O Globo noticiou a desistência do PFL da candidatura, usando termos como “abandono” e “renúncia”, com denotação pejorativa. O Estado do Maranhão noticiou a desistência informando que sua proprietária disputaria um mandato no Congresso, anulando a ideia de derrota, proporcionando um enquadramento positivo.

O jornal evidenciou as possíveis estratégias a serem adotadas pelo PFL após seu desligamento da base aliada e seu novo contexto político: *Bornhausen vetou chapa Serra-Lener* (09/04/2002) e *Renúncia deixa a PFL* *Ciro, Serra ou Garotinho como opções para apoio* (14/04/2002).

O Globo expôs o caso a uma dinâmica contínua, até o último dia de cobertura, conforme título *Lunus: investigações não param* (14/04/2002), postura verificada no enquadramento policial. As denúncias de abril consolidaram a imagem pública negativa de Roseana junto aos leitores: *PF pedirá quebra de sigilo fiscal de doadores e Juiz rejeita o pedido de Roseana e mantém documentos do Tocantins* (11/04/2002); *Documentos ligam empresas de Roseana a fraudadores da Sudam e Justiça recusa a lista de doadores* (12/04/2002); *TRF suspende prisão de irmão de Murad* (13/04/2002).

O enquadramento geopolítico revelou informações da realidade maranhense aos leitores d’O Globo e interligou este cenário com notícias nacionais. O percurso de Roseana na vida pública, como mostrou a matéria *Trajatória interrompida* (14/04/2002), foi um destes registros. No texto *Ação em família* (10/04/2002) o escândalo Lunus foi exposto como um desvio praticado pela oligarquia Sarney no Maranhão. Por fim, verificou-se como o jornal abordou a repercussão da desistência do PFL no estado: *Aliados do Maranhão querem revidar* (14/04/2002).

O enquadramento que abordou as relações do governo fez interface com dois outros, o policial e o geopolítico, pois os desmembramentos da intimação da PF para pré-candidata impactaram o PFL no cenário público nacional. Para não responder à intimação Roseana fez uso de práticas oligárquicas ao aceitar uma nomeação de Jorge Murad no governo do Maranhão para obter foro privilegiado. Esta ação foi criticada no meio político, de acordo com a edição de O Globo de 11 de abril: *Roseana reconduziu o marido ao governo e Até PFL critica nomeação de Murad*. Nesta fase ainda foi possível identificar os reflexos “negativos” da separação do PFL com o PSDB conforme o enquadramento das manchetes *PFL decide se retirar das votações do Congresso até reunir executiva* (08/04/2002) e *Governo tenta acalmar pefelistas e garantir votações no Congresso* (09/04/2002).

Observou-se ao longo da exposição da amostra de O Globo que o periódico realizou uma cobertura incisiva sobre o caso Lunus, com uma variedade de vozes e tensões de

perspectivas, predominando as críticas sobre o envolvimento de Roseana no escândalo determinante para sua saída da disputa presidencial. Além da cobertura no eixo político brasileiro central (Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo) o periódico buscou fontes na base de governo de Roseana e no Tocantins, onde o processo foi iniciado. O Globo acompanhou toda a crise estabelecida na base política do governo FHC e discorreu em suas matérias sobre o andamento do processo que comprometeu Roseana. Estes dois enfoques foram privilegiados na cobertura, conforme denotou a repetição de termos nos títulos das 190 matérias, onde o nome de Roseana e do PFL foram os mais citados, usados 63 e 41 vezes, respectivamente. FHC foi citado 18 vezes e Serra 15 vezes. Entretanto, as opiniões emitidas pelo presidente predominaram nos títulos, por meio do uso de aspas, em relação às emitidas pela candidata maranhense ao longo da cobertura de O Globo.

Com o decorrer da cobertura os veículos se tornaram mais explícitos em suas preferências, após a publicação cotidiana de fatos sobre o escândalo. O tratamento dado às fontes na terceira fase explicitou o jogo de interesses entre a mídia e a política com mais clareza. Parte significativa das informações que remontaram os últimos dias da pré-candidata na corrida presidencial foram noticiados como *off* e por isso seus autores não puderam ser identificados – além da PF, membros do PFL e ministros do STF forneceram dados. Bornhausen retomou a fala enquanto Roseana foi representada pelos seus advogados nos textos. Murad exibiu um único pronunciamento, em forma de nota. Houve um recuo dos correligionários de Roseana na sua defesa, restando a Antônio Carlos Magalhães, aliado político de Sarney, a missão de falar com a mídia. Novamente foram ouvidas as duas correntes políticas no Maranhão, pró e contra a família Sarney. O PSDB saiu da linha direta de ataque, buscando não afetar a candidatura de Serra - FHC recuou e o José Aníbal assumiu as críticas mais diretas ao caso.

Ao longo das três fases observou-se por meio dos enquadramentos policial, eleitoral, de governo e geopolítico que O Globo deu visibilidade ao caso Lunus e paralelamente difundiu conteúdos positivos sobre José Serra e o PSDB, por meio de textos encaixados nos moldes da produção social da notícia, obedecendo ao perfil editorial da empresa. Assim como a família Sarney utilizou O Estado do Maranhão para fins privados, a família Marinho utilizou O Globo para delinear sua tendência partidária na campanha de 2002.

4.4 Cobertura de O Estado do Maranhão: primeira fase

A primeira fase da cobertura do caso Lunus n' O Estado do Maranhão formatou-se entre 02 e 10 de março, com a publicação de 34 textos. Os primeiros dias da cobertura foram ilustrados com capas ininterruptas em defesa da *publisher*. No jornal, a crise recebeu prioridade tanto no espaço quanto na cobertura permanente do tema diante de outros acontecimentos locais. Criou-se uma agenda prioritária para noticiar falas positivas sobre Roseana por meio de títulos-defesa⁴⁸ e do uso de aspas, que demonstraram o tom personalista das informações difundidas no periódico maranhense. A manchete de 02 de março sintetizou esta ideia: “*Não vão me intimidar*”. Duas características foram centrais neste período de cobertura:

a) a negação do escândalo político, reforçada cotidianamente por meio de matérias como *Jorge Murad nega vinculação* (03/03/2002) e *Murad repudia ação e garante que informações são falsas* (04/03/2002);

b) a divulgação das diversas manifestações de apoio expressadas no campo político e pelos maranhenses: *Roseana recebe apoio do PFL no Congresso* (06/03/2002) e *Prefeitos são solidários à Roseana* (09/03/2002).

Das nove capas que compuseram a primeira fase, apenas a edição de 03 de março não teve a imagem de Roseana em destaque, nas demais a foto da governadora acompanhou as manchetes e matérias internas referentes ao caso, sempre emoldurada em fotografias com personalidades políticas nacionais e regionais. Houve um espaço significativo para o caso nas páginas, com a publicação de 30 fotografias.

Na amostra apenas duas matérias foram negativas, duas neutras e 30 foram positivas para imagem da governadora. O enquadramento predominante foi o policial (38,2%), seguido do eleitoral (29,5%), do enquadramento de governo (17,6%) e do geopolítico (14,7%). A construção de uma imagem positiva de Roseana foi comum aos quatro tipos de enfoque.

O enquadramento policial em O Estado do Maranhão demonstrou que o jornal sustentou a hipótese de que Roseana foi vítima de um ato de polícia política, conforme a manchete principal do dia 03 de março: *Roseana reafirma que ação foi “uma violência política”*. Para sustentar esta postura, o jornal passou a produzir informações diárias como se sua proprietária fosse vítima de um atentado: *Roseana pede apuração detalhada*

⁴⁸ Denominam-se títulos defesa as construções que expressam a opinião de Roseana e ou defendem a proprietária do jornal em meio ao desenvolvimento do caso Lunus, nas páginas de O EMA.

(04/03/2002); *Roseana critica discriminação e cobra ação judicial transparente* (05/03/2002) e *Denunciada operação contra Roseana* (09/03/2002).

Até mesmo quando os textos eram comprados da agência de notícias d'O Globo, recebiam um enfoque favorável à proprietária d'O Estado do Maranhão, como pode ser verificado nas matérias publicadas em 07 de março. N'O Globo, fonte do texto original, a notícia ganhou o título *Roseana recorre ao STJ para barrar inquérito policial que envolve a Lunus*, na edição local o texto foi veiculado com a seguinte chamada: *Roseana apresenta reclamação ao STF*. O episódio se repetiu na edição de 10 de março, quando a entrevista de César Maia concedida a'O Globo, sob o título: "*Estamos numa luta fratricida com o PSDB*", recebeu a seguinte reformulação em O Estado do Maranhão: *Foi um ato de polícia política*. Além de editar positivamente as notícias da Agência O Globo, é importante destacar que O Estado do Maranhão deixou de publicar vários conteúdos comprados da agência quando estes não apresentavam textos favoráveis⁴⁹ à Roseana.

A fim de confirmar a inocência da governadora, outras falas foram inseridas no noticiário para defendê-la, como a dos parceiros da empresa Lunus acusados de integrar o esquema de desvio de verba pública: *Nova Holanda nega ligação* (05/03/2002) e *Empresário dá Explicações* (08/03/2002). Os adversários tiveram espaço restrito, a Polícia Federal, por exemplo, teve duas inserções de falas neste momento inicial. O presidente FHC foi fonte de uma matéria adquirida da agência O Globo: *FHC recebeu fax sobre operação* (07/03/2002). Na ocasião o jornal colocou a idoneidade do presidente em jogo, pois ele seria conivente à "violência" ocorrida no Maranhão.

A tônica central desta cobertura foi a de agregar valor à imagem de Roseana, por meio da exposição do prestígio político de sua família, como na matéria de 08 de março: *STJ decide assumir investigações*. Segundo O Estado do Maranhão a transferência do caso para o judiciário, longe do executivo, denotou o prestígio da família Sarney.

O enquadramento eleitoral mostrou que Roseana recorreu ao discurso feminista, pela proximidade do dia internacional da mulher (08 de março), como estratégia de sustentação de sua inocência, alegando que o "ataque" sofrido seria preconceito com a mulher na política: *Mulheres reafirmam apoio a Roseana* (06/03/2002); *Ato é uma reação à ascensão feminina* (07/03/2002) e *Poder de batom, saias e salto alto* (08/03/2002). Roseana chegou a

⁴⁹ Além de editar positivamente as notícias adquiridas da Agência O Globo, O EMA deixou de publicar conteúdos quando estes não apresentavam textos favoráveis a Roseana. Apesar das colunas não serem objeto desta pesquisa é válido ressaltar que no dia 06 de março, a coluna Panorama Político intitulada "Queda e Sobrevida" não foi publicada n'O EMA sendo substituída pelo artigo publicado pelo jornalista Ricardo Noblat, no Correio Braziliense, "Mãos à obra", que criticou a ação da PF.

ser comparada com ex-senadora e candidata à presidência da Colômbia, Ingrid Bittencourt, nos textos de O Estado do Maranhão.

Verificou-se neste enquadramento o uso da ideia de solidariedade para dimensionar a articulação política da governadora. O apoio recebido foi publicizado com frequência nas páginas de O Estado do Maranhão: *Solidariedade de Líderes políticos* (02/03/2002), referindo-se a César Maia, Bornhausen e líderes maranhenses; *Pré-candidatos condenam a invasão* (03/03/2002) e *PFL reafirma apoio a Roseana ao homenagear as mulheres* (09/03/2002).

Roseana usou seu jornal como púlpito na intenção de reafirmar sua candidatura: *Roseana afirma: “Serei candidata”* (02/03/2002); *“Tenho certeza que chegaremos lá”* (08/03/2002); *Roseana retorna ao Maranhão e confirma sua candidatura* e *Roseana: “Vou seguir em frente porque nada devo”* (10/03/2002). O Estado do Maranhão chegou a ser utilizado por jornalistas do eixo nacional como fonte de matérias.

O enquadramento sobre o governo esteve muito próximo ao eleitoral, pois sustentou a ideia de apoio para com a crise da pré-candidata. O jornal buscou mostrar o impacto da operação tanto nacionalmente quanto regionalmente e a influência de Roseana junto ao partido: *PFL decide obstruir votação na câmara* e *Roseana discute candidatura com líderes regionais do PFL* (06/03/2002).

Para defender a pefelista O Estado do Maranhão adiantou cenários sempre positivos - independentemente da veracidade das notícias. Em 07 de março O Globo falou da provável saída do PFL da base governista (*PFL pode deixar o governo hoje após 38 anos no poder*); O Estado do Maranhão afirmou a saída do partido e acrescentou uma inverdade: o anúncio da governadora como candidata, fato que nunca ocorreu: *PFL sai do governo e diz que Roseana é candidata*. No dia seguinte o jornal declarou o lançamento de Roseana, outra informação falsa: *PFL confirma rompimento e lança Roseana*.

O enquadramento geopolítico ilustrou a tentativa de expor uma imagem fortalecida de Roseana, por meio da mobilização do grupo político liderado pela família Sarney e de suas articulações no âmbito nacional, para diminuir os impactos do caso Lunus.

Quanto a divulgação do apoio de políticos regionais noticiada pelo Estado do Maranhão, observaram-se alguns excessos, pois o periódico publicou listas (manifestos, segundo o jornal) com os nomes de todos os prefeitos e municípios solidários à governadora. Os deputados estaduais também foram temas de matérias sobre a solidariedade prestada no início da crise: *Mulheres [deputadas maranhenses] condenam preconceito* (07/03/2002). O

caso Lunus chegou a ser igualado ao de *Watergate* pelos políticos locais, no sentido de culpar a mídia nacional pela cobertura incisiva do escândalo.

Outra informação relevante no enquadramento geopolítico foi a articulação da família Sarney com a imprensa nacional, noticiada no dia 10 de março: *Isto é denuncia espionagem no Maranhão*. Tal ocorrência demonstrou, mais uma vez, a possibilidade de inversão de papel dos limites de centro e margem na mídia brasileira. Veículos como Isto É e Folha de São Paulo foram fontes primárias para matérias d'O Estado do Maranhão, tendo seu conteúdo e argumentos reproduzidos para substanciar a defesa da governadora.

Roseana foi a fonte mais citada na cobertura. Suas aspas ocuparam 45% das manchetes desta primeira fase, sendo a fonte central de 14 matérias. A governadora intercalou seu pronunciamento com políticos do cenário nacional como o presidente do PFL, Bornhausen, e os correligionários Roberto Brant, César Maia (coordenador de sua campanha), Antônio Carlos Magalhães, Inocêncio Oliveira e Agripino Maia. Em situações constrangedoras, sua fala e do marido foram substituídas por declarações de seus advogados. Murad foi fonte central de apenas três matérias.

A primeira fase apontou uma tendência seguida nas demais, o uso do jornal O Estado do Maranhão para fins privados e políticos. Observou-se o excesso de estratégias anti-éticas por parte do jornal, como a divulgação de informações falsas em suas páginas, as chamadas barrigas. As etapas seguintes estão permeadas por estratégias repetidas de defesa, sempre alicerçadas na tentativa construção de uma imagem pública forte e na sua articulação local e nacional, com a política e a mídia.

4.5 Cobertura de O Estado do Maranhão: segunda fase

A etapa seguinte da cobertura do caso Lunus compreendeu a publicação de matérias editadas entre os dias 11 a 31 de março. Ao longo da cobertura foram produzidas 50 matérias e 44 fotos, em 16 dias. Durante cinco edições não houve veiculação de textos. As matérias da segunda fase caracterizaram-se pelo:

a) reconhecimento do problema, conforme ilustrou a edição de 13 de março, na qual Murad assumiu a culpa pela captação do dinheiro: *Murad dá explicações sobre o dinheiro apreendido na Lunus*;

b) ataque direto aos adversários, como apontou o título de 24 de março: *Movimentação de doações da campanha de FHC é investigada*.

O jornal trabalhou na defesa de sua proprietária articulando matérias sobre o apoio do PFL com a fala de fontes para legitimar a tese de ação política na “invasão da PF”. O termo “reafirmar” foi usado constantemente nas manchetes, tanto nas falas atribuídas ao PFL como nas de Roseana, sugerindo sua continuidade na disputa.

O escândalo foi manchete de todas as capas de O Estado do Maranhão, não sendo publicadas fotos na primeira página em apenas três edições. Roseana dividiu 13 capas com membros do PFL, o marido e o pai. Suas citações com aspas resultaram em 35% das manchetes. Falas de representantes locais foram somadas aos títulos-defesa de Roseana e contabilizaram 48 matérias positivas. A confissão de Murad de arrecadação para caixa dois de campanha (13/03/2002) e a queda de preferência das intenções de votos de Roseana, auferida pelo IBOPE (22/03/2002) foram responsáveis pelas duas manchetes negativas. O enquadramento eleitoral (50,8%) foi o mais expressivo nas matérias da segunda fase, seguido pelo enquadramento policial (41,2%), de governo (6%) e do geopolítico (2%).

Ao longo desta fase, o jornal buscou fixar verdades para os eleitores, como demonstrou o enquadramento eleitoral. A ideia de apoio do PFL à governadora, adotada pelo Estado do Maranhão, foi usada para refutar as novas informações que surgiram na mídia nacional. Tal estratégia foi explorada nas manchetes da segunda etapa (quadro 5):

Data	Título
12/03/2002	Bornhausen quer definir estratégia
13/03/2002	Apoio PFL: Bornhausen ratifica apoio do PFL
14/03/2002	PFL mantém apoio a Roseana e quer ação da PF investigada
17/03/2002	PFL já ratificou candidatura
19/03/2002	Líderes [do PFL] reforçam apoio a Roseana
22/03/2002	Parlamentares estão confiantes [dep. MA]
24/03/2002	PFL reafirma apoio a Roseana e independência no Congresso
26/03/2002	Roseana reafirma candidatura e lança diretrizes de governo
27/03/2002	Candidatos confirmam unidade do PFL

Quadro 5 – Síntese dos títulos de apoio à Roseana na segunda etapa da cobertura
Fonte: O Estado do Maranhão

O recorte eleitoral mostrou que apenas falas positivas à governadora foram privilegiadas nas edições e que, assim como no periódico carioca, o escândalo foi comentado entre pares políticos, sem a participação dos eleitores nas matérias - somente por meio das pesquisas eleitorais. Os institutos Sensus, Vox Populi, Ibope e Datafolha foram citados ao longo das reportagens para avaliar o desempenho de Roseana. O Estado do Maranhão trabalhou os dados para garantir seus interesses, proporcionando um enfoque positivo aos índices mesmo quando estes eram decrescentes. Este tipo de edição foi verificada em O Globo para favorecer Serra, conforme já foi exposto. O reposicionamento das informações pôde ser percebido na comparação das manchetes de O Estado do Maranhão e d'O Globo (quadro 6):

Data	O Estado do Maranhão	O Globo
13/03/2002	Desempenho de Roseana é avaliado	Três pesquisas mostram queda de Roseana
16/03/2002	Pesquisas são realizadas em todo o Brasil	-
17/03/2002	Governadora continua em 2º lugar	-
21/03/2002	Pesquisas já demonstram estabilização política	Vox Populi mostra Serra à frente de Roseana
22/03/2002	Ibope mostra efeito da crise	Ibope: Roseana perde 4 pontos e Serra, 3
26/03/2002	Sensus mostra empate no 2º lugar	Sensus: três disputam o segundo lugar

Quadro 6 – Comparação dos usos das pesquisa eleitorais na cobertura do caso Lunus
Fonte: O Estado do Maranhão e O Globo

O enquadramento policial trouxe uma peculiaridade, pois apesar de Roseana ser o foco das investigações da Polícia Federal, seus adversários é que foram apontados como contraventores pelo jornal. As matérias policiais referiram-se aos membros do PSDB e não à proprietária de O Estado do Maranhão. A publicação de textos de outros veículos reforçou este arranjo, pois grande parte das acusações de O Estado do Maranhão para com os tucanos decorreu de denúncias feitas em jornais da região sudeste sobre ocorrências praticadas na fase do pré-escândalo (THOMPSON, 2002), quando membros do PSDB teriam contratado

empresas de espionagem, por intermédio do ministério da Saúde (na época, gerido por José Serra), para investigar Roseana e sua família, de acordo com os títulos (quadro 7):

Data	Título
14/03/2002	Interforte teria contratado espiões
	FHC soube da ação no MA ⁵⁰
	Indícios apontam suspeita de ação política
15/03/2002	PFL inicia ação legislativa para apurar espionagem no Maranhão
	Empresa foi contratada por R\$ 1,8 mi ⁵¹
16/03/2002	FHC e Procurador do Tocantins divergem sobre escuta na Lunus
17/03/2002	Governo [federal] prepara sua defesa
22/03/2002	PFL cobra explicações do Ministro da Saúde no Congresso
	Governo é responsável por fraudes
23/03/2002	Contrato do MS com empresa Fence é denunciado ao TCU
24/03/2002	Lunus: Divergências são mantidas

Quadro 7 – Síntese dos títulos de denúncia do enquadramento policial da segunda etapa
Fonte: O Estado do Maranhão

A hipótese de espionagem levantada por parte do PFL foi silenciada pelo Globo e enfatizada pelo Estado do Maranhão. Já as versões apresentadas por Murad foram investigadas pela equipe de reportagem do Globo e expostas ao longo da cobertura, enquanto o Estado do Maranhão trabalhou com as versões exibidas em notas, defendendo-as como verdadeiras.

Buscou-se deslegitimar a ação da PF insinuando uma possível crise interna na instituição, conforme os títulos: *PF responsabiliza procuradores do TO* (14/03/2002); *PF volta a responsabilizar o Ministério Público* (21/03/2002) e *Polícia Federal dará explicações* (15/03/2002). Nestas matérias foram citadas falas dos delegados da PF e notas oficiais, porém a instituição foi abordada como culpada pela ocorrência da operação e por servir de instrumento do PSDB contra Roseana.

⁵⁰ Notícia publicada originalmente no Correio Braziliense.

⁵¹ Notícia publicada originalmente no Correio Braziliense.

Comparando o enquadramento policial com o proposto em O Globo, notou-se que em 12 de março o tema da matéria *Laranjas em projetos aprovados por Roseana* foi negligenciado no Estado do Maranhão, que usou sua capa para denunciar o Jornal do Brasil: *Justiça Federal e JB desmentem notícia*. O periódico carioca teria noticiado, com base em declarações de fontes em *off*, o pedido de prisão preventiva de Murad e do cunhado Fernando Sarney, em decorrência do escândalo Lunus. A informação foi negada pelo Ministério Público e a família Sarney processou o jornal. Ambos os títulos demonstram o interesse das empresas ao veicular suas respectivas matérias.

O ápice do enquadramento policial no Estado do Maranhão ocorreu no dia 13 de março, com a divulgação de uma coletiva, na qual Jorge Murad assumiu a arrecadação do dinheiro apreendido na sede da Lunus. Utilizando o recurso das aspas, o marido de Roseana foi destaque no Estado do Maranhão com o título-defesa: “*Agi por determinação própria*”. Internamente a matéria ganhou a seguinte chamada: *Murad dá explicações sobre o dinheiro apreendido na Lunus* e dividiu espaço com o texto *Desempenho de Roseana é avaliado*. Na matéria o secretário de estado confirmou ter recebido doações para campanha e anunciou sua saída do governo da esposa. Em nenhum momento se reportou ao caso como um crime, pelo contrário, adotou-se no texto um tom defensivo ao longo da exposição de Murad. O jornal publicou a nota lida pelo marido de Roseana na íntegra, que foi encerrada com a seguinte declaração: “Por imperativo da verdade submeto esses fatos à opinião pública, com sinceros pedidos de desculpas a todas as pessoas, inclusive à Governadora e ao seu Partido, mantendo a firme convicção de que nada fiz de ilegal”.

O enquadramento de governo esteve inteiramente relacionado com o geopolítico, pois ambos trataram dos reflexos da crise na qual se encontrava a pefelista, nacional e regionalmente. O pronunciamento de Sarney no Senado e as movimentações da saída de Roseana do governo estadual marcaram ambos enquadramentos.

Nesta fase da cobertura o posicionamento de Sarney foi mais incisivo, pois ao defender a filha, em discurso no Senado, propôs a participação da ONU durante as eleições presidenciais. A repercussão do discurso e sua fala foram abordadas no seu jornal: *Sarney manifestará hoje a sua opinião sobre operação da PF e Senador reafirma respeito ao MP* (20/03/2002) e *Sarney denuncia armação para derrubar Roseana* (21/03/2002). O pronunciamento foi tema de uma matéria na editoria de política, seguida por duas páginas inteiras que traziam a íntegra do discurso.

Também foram veiculadas informações sobre o encerramento do mandato de Roseana no governo estadual, para disputar o pleito de 2002: *Roseana retoma hoje a última*

etapa do governo itinerante (21/03/2002) e Desincompatibilização mudara governos estadual e municipal (31/03/2002).

A tensão entre o lugar de fala da imprensa nacional e regional foi observada com clareza nesta segunda etapa da cobertura, no enquadramento geopolítico. O jornal regional usou a Revista Isto É, os jornais Correio Braziliense, Folha de São Paulo, O Globo e o site UOL para simular um ambiente positivo do cenário nacional aos leitores locais, por meio de matérias editadas positivamente (no caso de O Globo) ou de textos que criticassem ações do PSDB. Desta forma O Estado do Maranhão publicou acusações que apontaram membros do PSDB como responsáveis pelo uso da máquina pública para contratação de espões e pelo uso político das informações provenientes de grampos e outros recursos tecnológicos de monitoramento sem autorização judicial, veiculadas originalmente na revista Isto É e no Correio Braziliense. Na cobertura nacional, O Globo recorreu a outros veículos das Organizações Globo, como a Revista Época e o canal de TV a cabo Globo News, para corroborar suas perspectivas. Ambos utilizaram outras mídias como fonte primária de informações e subsídios para elaboração de matérias, mas um episódio ocorrido no Estado do Maranhão mereceu destaque. Na edição de 15 de março houve um movimento oposto, pois O Estado do Maranhão publicou uma matéria na qual o presidente da Assembleia Legislativa do estado, Manoel Ribeiro, acusou a Rede Globo de se aliar ao PSDB, empenhada na eleição de José Serra, em troca de R\$ 1 bilhão. Sob o título *GLOBO: Ribeiro reafirma denúncia*, a matéria chamou a atenção do leitor para o acordo financeiro entre a Organização Globo e o governo Federal, uma operação de capitalização da Globo Cabo (empresa de televisão por assinatura) que apresentou um prejuízo de R\$ 1,8 bilhão, na época, e receberia o aporte de capital do BNDS (Banco Nacional do Desenvolvimento). Acredita-se que esta matéria foi uma resposta de Sarney ao ostensivo apoio do grupo Marinho ao PSDB.

Constatou-se também com o enquadramento geopolítico que o espaço dedicado às falas foi dividido de forma similar ao da primeira fase, com amplo destaque aos pronunciamentos favoráveis à Roseana e um espaço reduzido aos concorrentes. A governadora continuou sendo a principal fonte desta etapa, seguida por Bornhausen, amplamente citado pelo Estado do Maranhão para reforçar a ideia de apoio à pefelista. Políticos do cenário nacional de outros partidos como PT, PMDB só falaram nas matérias adquiridas de O Globo, assim como o presidente FHC, que teve o espaço de fala restrito a uma matéria. Os deputados e prefeitos maranhenses foram citados na defesa da governadora.

Na segunda fase notou-se o silenciamento de temas negativos para Roseana e a exacerbação de sua defesa, o que reforçou a utilização do seu jornal como instrumento político, em detrimento do direito à informação, garantido por lei aos cidadãos.

4.6 Cobertura de O Estado do Maranhão: terceira fase

Na última fase de cobertura d'O Estado do Maranhão sobre o caso Lunus foram veiculadas 21 matérias, entre os dias 02 a 14 de abril, com 31 fotografias. Roseana foi tema de sete das oito capas. Ao longo deste período, quatro edições acerca da temática não foram publicadas. Duas questões se sobressaíram na terceira fase:

a) a saída de Roseana do governo maranhense para concorrer às eleições. O jornal explorou este fato para blindar a imagem de Roseana, por meio de matérias positivas: *Os sete anos que mudaram o Maranhão* (05/04/2002);

b) o ápice da crise de Roseana no PFL, após o surgimento de novos indícios de sua participação no caso Lunus. A exposição negativa da pré-candidata na mídia nacional agilizou a desistência do PFL do pleito presidencial de 2002. O Estado do Maranhão negligenciou este contexto, publicando a manchete: *PFL decide manter apoio à candidatura de Roseana*, no dia da desistência da sua proprietária (13/04/2002).

O Estado do Maranhão destacou os feitos da gestão estadual de sua *publisher* com o discurso de líderes políticos locais e secretários de estado. Para distorcer o cenário negativo ilustrou o apoio recebido pela pré-candidata de seu partido – estratégia adotada desde a primeira fase - por meio de fotos e matérias.

Roseana se consolidou como a fonte mais citada nas matérias de O Estado do Maranhão na terceira etapa da cobertura. A fala de Bornhausen foi dividida com a de César Maia a fim de atribuir credibilidade à pefelista. Os advogados de Roseana representaram a cliente em momentos críticos: a intimação da candidata após sua saída do governo pela PF, em 08 de abril, e na entrega da lista de doadores para PF, em 10 de abril. Estas notícias somadas ao anúncio da desistência da candidata exemplificam os três textos negativos no período. Foram publicadas 17 matérias positivas e uma neutra.

O enquadramento eleitoral (40%) predominou, assim como em O Globo, na terceira fase da cobertura do escândalo Lunus. Foi seguido pelo enquadramento de governo (34%), que noticiou a saída de Roseana do executivo maranhense. O enquadramento policial (21,7%) registrou a visibilidade dada pelo jornal à nova intimação da pré-candidata pela Polícia Federal. Apesar de ser representado (diretamente) por 4,3% dos títulos, o enfoque

geopolítico esteve enviesado nos três anteriores, mostrando as relações entre o nacional e o regional transversalmente aos temas expostos.

No enquadramento eleitoral observou-se, mais uma vez, a estratégia de negação do impacto causado pelo escândalo político envolvendo Roseana, por meio do apoio do PFL exposto repetidamente também em abril: *PFL está otimista com Roseana; PFL prestigiará a despedida de Roseana do Governo do Estado* (04/04/2002) e *PFL defende lisura nas eleições* (09/04/2002).

Roseana reforçou a atmosfera otimista d'O Estado do Maranhão em relação a sua permanência na disputa de 2002: *“Próximo passo é iniciar campanha”* (05/04/2002) e *“Desejo disputar a Presidência”* (06/04/2002). Todo este cenário modificou-se com a manchete do dia 14 de abril: *Roseana vai disputar mandato no Congresso pelo Maranhão*. Depois de uma intensa campanha favorável pela candidatura da presidente, o jornal abordou sua saída focando na disputa do mandato de senadora. A notícia dividiu espaço na editoria de política com textos que valorizavam Roseana: *Classe política apoia a decisão e Operação teve apoio de altas autoridades* (14/04/2002). Assim como em O Globo, o jornal regional problematizou a nova conjuntura do PFL no cenário político, de acordo com o título: *PFL avalia alternativas de alianças* (14/04/2002).

O enquadramento de governo dedicou-se à cobertura da saída da governadora do cargo. Os textos abordaram a rotina da pefelista, do anúncio do seu desligamento até a despedida: *Roseana confirma sua saída do governo para disputar a eleição* (02/04/2002); *Governadora despede-se nos bairros* (04/04/2002); *Roseana se despede do governo com festa popular em São Luís e Líderes políticos avaliam administração* (05/04/2002); *Roseana Sarney renuncia o governo e Roseana se emociona na despedida* (06/04/2002).

A valorização proporcionada aos textos no enquadramento policial sintetizou os interesses na cobertura do jornal da família Sarney. A intimação da pré-candidata pela PF, após sua saída do governo do Maranhão, foi criticada na manchete principal e nas páginas internas, como expõem os títulos respectivamente: *PFL diz que a nova ação da PF é “ato de intimidação”*; *Roseana é alvo de nova ação suspeita e Bornhausen mostra sua indignação* (08/04/2002). O andamento das investigações sobre o escândalo foi publicado internamente, sem chamada na capa e com pouco destaque: *Advogado entrega a lista de doadores à Justiça Federal* (10/04/2002). Já a decisão de manter os documentos do caso lacrados, noticiada pela manchete principal: *TRF decide que papeis da Lunus ficarão lacrados* (11/04/2002), recebeu destaque, pois o conteúdo do texto deu a entender que o caso seria encerrado. Em 13 de abril a descoberta de um grampo no escritório do de Bornhausen, em Santa Catarina, teve

visibilidade no jornal: *'Grampo' é descoberto*. Até então a PF não tinha sido tema de nenhuma matéria diretamente, mas foi citada ao longo deste texto como responsável pelo grampo.

O enquadramento geopolítico demonstrou, novamente, a dinâmica de negociação dos discursos nas páginas de O Estado do Maranhão, na qual os políticos locais continuaram tendo espaço no periódico para manifestar solidariedade enquanto os adversários nacionais foram silenciados. Na edição de 05 de abril Sarney avaliou positivamente os feitos da herdeira à frente do Maranhão, na matéria *Líderes políticos avaliam administração*. Murad não foi citado nos textos desse íterim.

A terceira fase expôs a continuidade da estratégia defensiva e antiética d'O Estado do Maranhão que negligenciou os leitores com a omissão de fatos para influenciar a opinião pública local. Nos dias que antecederam a saída de Roseana acentuou-se o “autismo” criado desde o anúncio da operação da PF no Maranhão, com manipulação excessiva de vozes e cenários.

Após o desenvolvimento desta análise, se faz necessário empreender uma síntese comparativa de alguns pontos determinantes ao entendimento do uso dos jornais na construção de suas verdades, junto aos respectivos públicos. Os títulos sintetizaram os conteúdos apresentados nas matérias aqui analisadas e ajudaram a expor o tratamento que a notícia recebeu nas redações e o uso que os jornalistas fizeram das informações provenientes do andamento do caso, sob o atento olhar de seus editores. As manchetes ilustraram as diferentes propostas de enquadramento dos veículos, que diante de um mesmo acontecimento fizeram um recorte singular, ilustrando que o processo de elaboração das matérias é inerente ao ambiente editorial e as condições disponibilizadas em cada empresa.

As fontes primárias e secundárias foram selecionadas para privilegiar os discursos adotados no perfil editorial e atender aos interesses dos veículos, como demonstraram as estratégias expostas até aqui. Enquanto O Estado do Maranhão anulou a fala de seus opositores e ressaltou a dos aliados, O Globo usou uma estratégia mais coerente com o atual cenário da imprensa, ouviu os atores centrais deste embate, mas também expôs, em menor destaque, diferentes vozes nos bastidores da cena política, o que denotou pluralidade. Entretanto observou-se uma clara tendência do jornal em favor da base governista, com maior número de manchetes positivas e espaços de pronunciamento, em detrimento do PFL. No jornal maranhense, as palavras mais repetidas nos títulos foram Roseana (57 vezes) e PLF (27 vezes). Alguns termos amplamente usados no jornal da família Marinho foram silenciados na cobertura d'O Estado do Maranhão, como FHC, citado 18 vezes nas manchetes de cobertura

do diário carioca e cinco nas páginas do maranhense; Serra e Lula não foram citados nos títulos do jornal de Roseana. A imagem de Murad foi preservada, sendo citado apenas quatro vezes em seu jornal, em oposição a 18 citações em títulos d'O Globo. A diversidade de discursos presentes n'O Globo foi positiva, pois proporcionou um panorama geral para o leitor, fato não ocorrido n'O Estado do Maranhão, mas não descredenciou a hipótese de predomínio da fala do PSDB sobre as demais.

O destaque dado para imagens foi significativo nos dois jornais: o periódico carioca publicou 120 fotografias relacionadas ao escândalo, em 38 edições, o jornal maranhense veiculou 105 imagens, em 35 edições. O tema ocupou 29 capas com fotografia (de 31) em O Estado do Maranhão, enquanto n'O Globo foram apenas cinco capas com foto. Quantitativamente houve uma maior valorização espacial do caso Lunus n'O Globo, pois foram publicadas cerca de 81 páginas de conteúdo, enquanto n'O Estado do Maranhão foram cerca de 55 páginas. Porém qualitativamente houve maior destaque para o tema n'O Estado do Maranhão, tendo em vista o espaço ocupado nas capas contínuas alicerçadas por imagens.

Houve uma verdadeira inversão do enquadramento para Roseana nos jornais, pois em O Globo os índices de negatividade variavam entre 60%, na primeira fase, e 85%, na última, e n'O Estado do Maranhão eles sempre foram positivos, sendo publicadas somente sete matérias negativas sobre a governadora em toda cobertura.

Percebeu-se uma lacuna de conteúdos entre a versão apresentada pel'O Globo e a apresentada em O Estado do Maranhão, pois algumas informações foram omitidas e ou distorcidas no periódico regional, em contraposição do enquadramento tendencioso pró-Serra do jornal carioca. O leitor maranhense foi prejudicado, pois o jornal era uma das fontes primárias de informação sobre o caso Lunus, tendo em vista que seu conteúdo era noticiado na cadeia de comunicação da família Sarney (rádio, TV e internet) uniformizando o discurso do grupo político em defesa de Roseana. No Maranhão, onde o poder da família Sarney é significativo, prevaleceu uma defesa sustentada de Roseana n'O Estado do Maranhão, enquanto no Rio de Janeiro, O Globo formatou um discurso coerente com os valores democráticos, onde a corrupção praticada neste processo teve ampla cobertura – atendendo também aos interesses da empresa e dos seus anunciantes. Um reflexo direto da percepção do tratamento dado a notícia nas duas esferas pôde ser atestado com o direcionamento da carreira de Roseana: no âmbito nacional sua campanha foi recusada, enquanto no Maranhão, foi eleita senadora. Na época, poucos maranhenses puderam confrontar e refletir sobre os fatos

expostos na mídia nacional, pois para muitos a internet era inacessível⁵², bem como a leitura de revistas, periódicos (nacionais) e alguns canais de televisão. Um possível resultado desta não reflexão se deu com a eleição de Roseana como senadora, no pleito de 2002.

Concluiu-se que existiu defesa de interesses nos dois veículos analisados, esta foi realizada de forma mais direta em O Estado do Maranhão, que optou por um percurso explícito de valorização de sua proprietária, enquanto O Globo utilizou diversos recursos, inclusive a ideia de pluralidade de falas, para sobrepor a voz do PSDB em relação aos outros envolvidos no escândalo.

⁵² Os indicadores socioeconômicos expostos ao longo da pesquisa mostram que ainda hoje a internet não está tão presente no cotidiano dos maranhenses. Em 2010, apenas nove municípios maranhenses possuem acesso à internet com banda larga, conforme o IBGE.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa o jornalismo foi pensado como um produto resultante de sua realidade social, cultural, empresarial e dos vínculos que mantém com o poder político. Partindo deste pressuposto, problematizou-se a interface entre a grande mídia e a imprensa regional para analisar as relações entre os diversos jornalismo praticados no país. Desenvolveu-se a ideia de uma geopolítica da imprensa brasileira, na qual se constatou que as definições de jornalismo nacional e jornalismo regional são flexíveis e, portanto, podem ser invertidas de acordo com o contexto no qual os veículos estão inseridos. Tal assertiva proporcionou a identificação de interações entre o centro e as margens da comunicação brasileira, conforme demonstrou o estudo comparativo entre O Estado do Maranhão e O Globo na cobertura de um mesmo tema. Os jornais utilizados no *corpus* deste trabalho disputaram entre si a fixação de verdades sobre o caso Lunus e, paralelamente, mantiveram relações financeiras (e simbólicas) lucrativas.

O histórico dos dois jornais apontou que, em diversos momentos, estas duas empresas familiares recorreram a alianças político-financeiras para sustentar a existência de seus respectivos conglomerados. Este foi o laço que tornou mais próximo o jornalismo produzido para o circuito nacional do jornalismo regional. Apesar das diferenças estruturais, a interface entre estas mídias é permeada por paralelos e interdependências, pois ambas mantêm contratos com a política, funcionando como verdadeiros partidos políticos “sem rótulos”, ao potencializar as tensões entre os campos político e midiático e interferir diretamente na democracia (WEBER, 2004).

A relação financeira entre as famílias Marinho e Sarney ilustrou bem esta interdependência: regionalmente as Organizações Globo lucraram com os veículos do senador José Sarney - um exemplar máximo do coronelismo eletrônico; no Maranhão a marca Globo agregou credibilidade aos veículos da rede de comunicação da família Sarney. Contudo, esta parceria superou o âmbito econômico e se estendeu até o âmbito político, como demonstraram as transações da Fundação Roberto Marinho com o governo de Roseana, em 2000. Estes laços corroboram a hipótese de que os coronéis são o elo entre estas duas interfaces de comunicação, assumindo uma postura de intermediação entre centro e margens - papel similar ao ocupado na Política dos Governadores. Os coronéis disponibilizaram sua infraestrutura de comunicação local para servir de plataforma à expansão dos conglomerados brasileiros. Assim, somaram ao seu domínio político o poder simbólico de seus veículos de comunicação, com a programação (e legitimidade) de emissoras nacionais. Desta forma, os coronéis

receberam um duplo apoio: das bases políticas do centro, beneficiadas diretamente com o poder local dos líderes regionais e dos empresários de grandes redes de comunicação, que passaram a garantir novos mercados para expandir suas audiências.

O episódio selecionado para evidenciar estes laços, o caso Lunus, foi um dos primeiros escândalos políticos de relevância nacional no início do século XXI. Foi antecedido por outros casos como a violação do painel eletrônico no Senado, em 2001, feita pelo senador José Roberto Arruda (PSDB - DF), sob orientação de Antônio Carlos Magalhães, então presidente da Casa. Posteriormente, diversos escândalos políticos financeiros figuraram nas capas de jornais, nas reportagens de TV e nas revistas brasileiras, destacando-se o Mensalão, em 2005; os Atos Secretos do Senado, em janeiro de 2009; e o Mensalão dos Democratas, divulgado em novembro do mesmo ano, envolvendo José Arruda (governador do DF) no recebimento ilegal de dinheiro de empresas “fantasmas”. A repetição destes episódios e a reincidência dos personagens centrais demonstraram a pertinência da política dos escândalos, descrita por Waisbord (1995), segundo a qual se fomenta um ciclo de escândalos na cena política, com o uso dirigido destas contravenções para fins específicos. Tal lógica foi verificada em uma análise sobre a política na América Latina, portanto, se adequa à esfera política brasileira, conforme exposto acima. Por ser o local onde estes acontecimentos se concretizam, a imprensa assumiu um papel de destaque neste processo, o que determinou uma tensão permanente entre a mídia e os interesses públicos e privados.

A proximidade entre os campos político e midiático tem ocasionado interferências diretas nos dois âmbitos. Uma destas consequências tem sido o uso dos veículos de comunicação como instrumentos de ataque entre grupos políticos, nos variados tipos de jornalismo, como foi evidenciado com a análise de O Estado do Maranhão e de O Globo. Observou-se que as duas empresas usaram os meios de comunicações para atingir fins privados, em detrimento do direito de informação do público. O presente estudo destacou que a influência das Organizações Globo, aqui representada por O Globo, na arena política é determinante para prevalência de verdades na mídia, pois em diversas ocasiões o apoio da família Marinho foi decisivo para o êxito de políticas e governos - o próprio Sarney já se beneficiou da influência do maior grupo de comunicação do país, quando esteve na Presidência da República. Porém, no caso Lunus este apoio foi direcionado ao PSDB, que estava no comando da presidência. Privilegiou-se uma campanha positiva para o candidato tucano José Serra, em detrimento da queda de popularidade da pré-candidata do PFL. Já a cobertura de O Estado do Maranhão foi tendenciosamente partidária de sua proprietária, com notícias quase ininterruptas do caso em suas capas, com fotos e matérias predominantemente

positivas. O jornal foi um instrumento político, usado deliberadamente para ataque pessoal de adversários da governadora na crise, acentuando-se os membros do PSDB, representados por FHC. Noticiou informações falsas em suas manchetes, distorceu falas de membros do PFL, negligenciou colunas diárias que assinava na Agência O Globo e fez uso de matérias publicadas em veículos da grande mídia para defender sua proprietária. É importante destacar que os dois jornais participaram como atores centrais em momentos históricos da política, em suas esferas de alcance nacional e regional, sendo O Globo partidário de correntes políticas em diversas ocasiões⁵³, assim como O Estado do Maranhão é com a família Sarney, no Maranhão. Esta atuação direta em questões políticas reforçou a ideia de relatividade dos conceitos de centro e margem, postulados por Albuquerque (2008), pois os parâmetros de centro foram invertidos no momento em que a grande imprensa aderiu a práticas clientelistas, atribuídas ao jornalismo regional, por meio de intervenções na cena política ao veicular notícias com enquadramentos planejados para beneficiar determinados grupos.

Os personagens abordados nesta pesquisa estiveram presentes em novos escândalos em 2009, o que tornou atual o debate deste trabalho. Após o intervalo de sete anos, Sarney demonstrou sua afinidade como interlocutor, do centro com as margens, na política. Mais uma vez seu nome e o de Roseana estiveram envolvidos em situações de escândalo, que exigiram articulações entre os dois eixos para serem atenuados. O primeiro fato ocorreu em abril, com a retomada de Roseana ao governo do Maranhão, por meio de articulações com o judiciário. O outro caso diz respeito à permanência de Sarney na presidência do Senado após as denúncias de 650 atos secretos e a consequente crise ética pela qual a Casa passou. Nestes dois episódios a família Sarney expôs que, mesmo após o escândalo Lunus, tem uma rede forte de articulações nas três esferas de poder, mesmo sendo criticada abertamente por uma parte significativa da mídia nacional. Os laços econômicos com a família Marinho também foram mantidos após o escândalo de 2002 e os de 2009, o que garante o controle das mídias locais pela família Sarney e lucratividade para família Marinho. Nacionalmente a Rede Globo se posiciona contrária às práticas oligárquicas, enquanto regionalmente alimenta os alicerces do conglomerado regional.

A permanência destas articulações no século XXI demonstrou que a superação das práticas antidemocráticas na comunicação, como o coronelismo eletrônico, é um objetivo a

⁵³ Conforme já foi citado no segundo capítulo, a relação das interferências das Organizações Globo é abrangente, incluindo desde a legitimação do regime militar, passando pela tentativa de interferência nas eleições para governador do Rio de Janeiro, em 1982; o boicote à campanha das eleições diretas, em 1984; pelo apoio a Fernando Collor de Mello; pelo apoio à eleição e à reeleição de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1994 e 1998 (LIMA, 2006, p. 66).

ser alcançado a longo prazo. Tal perspectiva decorre da permeabilidade que estes sistemas têm com o poder público, resultante da articulação entre as estruturas políticas e empresariais nos centros e nas margens. A investigação dos usos que são feitos da mídia, tanto nacional como regional, se configura como uma das estratégias de combate a tais práticas, pois o acompanhamento deste cenário pelos pesquisadores brasileiros de comunicação reforça a crítica e, muitas vezes, discute alternativas para modificá-lo. Esta pesquisa compartilha com a perspectiva de Martín-Barbero (2009) de que “[...] temos que pesquisar não só o que me permite denunciar, mas o que permite transformar, mesmo que seja numa medida muito pequena”.

Anteriormente o jornalismo nacional e o regional eram colocados em lados opostos e até antagônicos, de forma simplificada, porém com o debate contínuo sobre as interações entre estas duas esferas, mostrou-se que eles estão interligados por laços concretos. Por isso, é de importância capital destacar que, apesar de consolidadas, as inferências desta pesquisa não são absolutas, pois estão passíveis às mudanças dos cenários analisados. Fato que não modifica o valor das reflexões feitas neste trabalho, mas que o coloca aberto ao diálogo com outras contribuições que estudam a temática das (inte)relações das mídias, entre si e com a política.

Nesta pesquisa, o caso Lunus serviu de argumento para uma reflexão sobre o jornalismo, principalmente sobre o seu impacto na sociedade em questões como a política. A repentina ascensão de Roseana, na disputa de 2002, e seu desaparecimento dos holofotes da grande mídia apontaram o poder de projetar e anular imagens, quase simultaneamente, da mídia. É justamente esse poder de eleger os personagens centrais, de acordo com a preferência de seus proprietários e acionistas, que deve ser verificado quando são abordados temas como a política.

Acredita-se que a maior contribuição desta pesquisa foi demonstrar que há proximidade entre o jornalismo nacional e o jornalismo regional, e que a principal diferença destes dois pólos diz respeito à distribuição de poder entre as esferas de centro e margem, que interfere na relação entre as diferentes mídias. Para embasar esta conclusão, a pesquisa demonstrou a existência de vínculos entre dois expoentes da mídia nacional e regional, as Organizações Globo e o Sistema Mirante de Comunicação (aqui representados pelos jornais O Globo e O Estado do Maranhão, respectivamente), por meio de um escândalo situado entre o centro e as margens da política brasileira – o caso Lunus.

REFERÊNCIAS

Obras Citadas

ALBUQUERQUE, Afonso de. **Aconteceu num carnaval**: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. ENCONTRO DE HISTÓRIA DA MÍDIA DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 6., **Anais...**, Niterói, 2008.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Another “Fourth Branch”: press and political culture in Brazil. **Journalism**, v. 6, n. 4, p. 489-507, 2005.

ALBUQUERQUE, Afonso de. As três faces do quarto poder. ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 17., **Anais...**, Minas Gerais, 2009.

ALDÉ, Alessandra. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. **Revista Alceu**, v. 3, n. 6. p. 93-121, 2003.

BALCYTIENE, Aukse. Market-led reforms as incentives for media change, development and diversification in the Baltic states. **The International Communication Gazette**, Sage Publications, 2009.

BARBEIRO, Herodoto; CANTELE, Bruna Renata. **O livro dos políticos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de comunicação**. 2. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

BEZERRA, Heloisa Dias. **Cobertura jornalística e eleições majoritárias**: proposta de um Modelo Analítico. 2005. Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

BOORSTIN, Daniel J. **The Image**: a guide to pseudo events in America. 25th. New York: Atheneum, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.

BREED, Warren. O controlo social na sala de redação. In: TRAQUINA, Néson (Org.) **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1993.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever de liberdade**. São Paulo: Contexto, 2009.

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas**: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CAREY, James W. Why and how. The dark continent of American Journalism. In: MANOFF, Robert Karl; SCHUDSON, Michael. **Reading the news**: a pantheon guide to popular culture. New York: Pantheon Books, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, v. 40, n. 2, 1996. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000200003&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0011-5258. doi: 10.1590/S0011-52581996000200003>. Acesso em: 24 jul. 2008.

CASTELLO, José Carlos Bruzzi. **Os crimes do presidente 117 dias na CPI da corrupção**. Porto Alegre: L&PM, 1988.

CONSULTOR JURÍDICO. **Caso Lunus**: STF arquiva processo contra Roseana Sarney. Publicado em 2003. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2003-ago-01/acusacoes_ex-governadora_sao_arquivadas_stf>. Acesso em: 3 jan. 2009.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís, 1996. Mimeografado.

COUTO, Carlos Agostinho Almeida de M. **Estado, Mídia e Oligarquia**: poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2007.

ENTMAN, Robert M. Framing U.S. Coverage of International News: contrasts in narratives of the kal and Iran Incidents. **Journal of Communication**, 1991.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 10. ed. São Paulo: Globo, 1995.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. 2008. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm>>. Acesso em: 17 out. 2008.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching**: mass media in the making unmaking of the new left. Berkeley: University of California Press, 1980.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1975.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

GUIMARÃES, César; AMARAL, Roberto. ‘**Brazilian Television**: a Rapid Conversion to the New Order’. In: FOX, Elizabeth (Org.) **Media and Politics in Latin America**: The Struggle for Democracy. Newbury Park, CA: Sage, 1988.

HALL, Stuart. A produção social das notícias. In: TRAQUINA, Néson (Org.) **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

HERTZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: PNAD 2007. Rio de Janeiro, 18 set. 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/graficos_pdf.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2009.

LESSA, Renato. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

LIMA, Venício A. de. As concessões de radiodifusão como moeda de barganha política. **Revista Adusp**, jan. 2008.

LIMA, Venício A. de. Existe jornalismo independente? **Observatório da Imprensa**, 26 maio 2009. Disponível em:
<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=539JDB001>>. Acesso em: 28 maio 2009.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise Política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu de Abramo, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MATHEUS, Leticia C. **Elos, temporalidades e narrativas: a experiência contemporânea do medo em O Globo**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2006.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. Disponível em:
<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=peculato>>. Acesso em: 29 jan. 2010.

MIGUEL, Luis. Felipe. Meios de comunicação de massa e política no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, n. 3, 2001.

MORAES, Fátima. **José Sarney, 70 anos: um perfil**. São Luís: Alcântara, 2000.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PERSONALIDADES lamentam a morte de Roberto Marinho. O GLOBO, Rio de Janeiro, 8 de agosto de 2003.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

PUPPIS, Manuel. Media regulation in Small States. **The International Communication Gazette**. Sage Publications, 2009.

RESENDE, Fernando. Discursividade e narratividade: vértices redimensionados no jornalismo. **Revista Fronteiras**, v. 9, n. 2, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula G. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

SANTOS, Suzy dos; CAPPARELLI, Sérgio. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

SANTOS, Suzy. Nem só de samba e futebol sobrevivem as tradições históricas brasileiras: o coronelismo eletrônico como herança do coronelismo. CONGRESSO IBERCOM, 9., **Anais...** Universidad de Sevilla/AssIbercom, 2006. Disponível em:
<<http://alojamientos.us.es/cibercom/comunicaciones.php>>. Acesso em: 18 ago. 2008.

SARNEY, José. **Edição comemorativa do aniversário de O Estado do Maranhão**. São Luís: 1999.

SCHUDSON, Michael. The Objectivity Norm in American Journalism. **The International Communication Gazette**, 2002.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora: a influencia do jornalismo norteamericano sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus, 1991.

SISTEMA MIRANTE DE COMUNICAÇÃO. **Apresenta produtos e serviços produzidos e comercializadas pelo sistema Mirante de Comunicação: 2000-2007** Disponível em: <http://imirante.globo.com/_index.asp>. Acesso em: 23 abr. 2008.

SOLOSKI, John. O jornalista e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nélon (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”** Lisboa: Veja, 1993.

THOMPSON, John. B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TUCHMAN, Gaye. As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES, João Pissarra (Org.). **Comunicação e sociedade**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

TUCHMAN, Gaye. Contando estórias. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993.

WAISBORD, Sílvio. When watchdogs bark: press and political accountability in South American democracies. REUNIÃO ANUAL DA AMERICAN POLITICAL ASSOCIATION. **Anais...** Chicago, 1995.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculos da política**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2000.

WEBER, Maria Helena. **Imagem pública**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

ZELIZER, Barbie. **Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory**. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992.

Obras Consultadas

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: FJN. Editora Massaragana, 1996.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo, Ática, 1989.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900 – 2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília, DF: Editora da UnB, 1992. 2 v.

BRASIL. Senado Federal. **Notícias gerais**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/web/senador/jsarney/boletim/default.asp>>. Acesso em: 24 jul. 2008.

BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no maranhão. São Luís: Lithograf, 1998.

CASTILHO, Marcio de Souza. A presença da Esso na imprensa brasileira. CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 6., **Anais...**Niterói, RJ, 2008.

COOK, Timothy. **Governing with the News**: The News Media as a Political Institution. Chicago: University of Chicago Press. 1997.

COSTA, Wagner Cabral da. Novo Tempo / Maranhão Novo: quais os tempos da oligarquia? In: MATIAS, Moises. **Os outros segredos do Maranhão**. São Luís: Estação Gráfica, 2002.

COSTA, Wagner Cabral da. Pelo sapato furado: bipolarização e reestruturação oligárquica da política maranhense. Boletim da CNBB Regional NE-5, 2008. Mimeografado.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DINES, Alberto. Edmar & Sarney: sobre lagartixas e dinossauros. **Observatório da Imprensa**, 10 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimpresa.com.br/artigos.asp?cod=524JDB001>>. Acesso em: 12 fev. 2009.

ENNE, Ana Lucia. **Lugar, meu amigo, é minha Baixada**: memória, identidade e representação social. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

FISHMAN, Mark. **Manufacturing news**. Austin: University of Texas Press, 1990.

GONÇALVES, Maria de Fátima da C. **A invenção de uma rainha de espada**: reatualizações e embaraços na dinâmica do Maranhão Dinástico. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Maranhão. São Luis, 2006.

GONÇALVES, Maria de Fátima da C. **A invenção de uma rainha de espada**: reatualizações e embaraços na dinâmica do Maranhão Dinástico. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Maranhão. São Luis, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.

LIMA, Venício A. de.; LOPES, Cristiano A. **Rádios Comunitárias**: coronelismo eletrônico de novo tipo”. 2007. Disponível em http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf. Acessado em 14 de nov. de 2008.

MARANHÃO. **Sistema Mirante de Comunicação**. Disponível em: <<http://www.imirante.com>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

MIGUEL, Luis. Felipe. **Política e mídia no Brasil**: episódios da história recente. Brasília: Plano Editorial, 2002.

- MORAES, Dênis de. Imaginário Social, hegemonia cultural e comunicação. In: _____. **A Batalha da Mídia: a comunicação dos governos progressistas na América Latina e outros ensaios**. Porto Alegre: Sulina, 2008 (no prelo).
- MORAES, Fátima. **José Sarney, 70 anos: um perfil**. São Luís: Alcântara, 2000.
- NOBLAT, Ricardo. **Céu dos favoritos**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1990.
- PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- PINTO, A. Pâmela. **Dos bastidores às urnas: uma análise fotojornalística da trajetória da mulher na política maranhense entre os anos de 1986 a 2006**. 2007. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2007.
- RIBEIRO, Ana Paula G. **Memória de jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50**. In: FRANÇA, Vera et al. (Orgs.). **Estudos de comunicação: XI Compós**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2003.
- RODRIGUES, A. D. **Experiência, modernidade e campo dos media**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1999. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=2>. Acesso em: 14 dez. 2008.
- RUBIM, Antônio Albino C. Das visibilidades das eleições de 2002: uma reflexão acerca dos enlaces entre política, mídia e cultura. **Comunicação & Política**, v. IX, n. 3, 2002.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SODRÉ, Muniz. Fundação Roberto Marinho: Educação sintonizada com a nova ordem. **Observatório da Imprensa**, n. 132, 1 ago. 2001. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd010820011.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2008.
- THOMPSON, John. B. **Uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- WAISBORD, Sílvio. **Watchdog Journalism in South America: news, accountability, and Democracy**. New York: Columbia University Press, 2000.

5.3 Entrevistas

- LEALI, Francisco. Entrevista concedida a Pâmela Pinto. Mensagem recebida por <fleali@bsb.oglobo.com.br> em 6 nov. 2008.
- CARVALHO, Jailton de. Entrevista concedida a Pâmela Pinto. Mensagem recebida por <Jailtonc@bsb.oglobo.com.br> em 11 nov. 2008.
- Informação verbal concedida por Raimundo Garrone, Jornalista, em São Luís, em 26 de janeiro de 2009.

Informação verbal concedida por Ademir Santos, Secretário de Redação de O Estado do Maranhão, em São Luís, em 2 de janeiro de 2008.

Informação verbal concedida por Isabela Abdala, Jornalista, no Rio de Janeiro, em 27 de janeiro de 2009.

Filmografia

A MONTANHA dos sete abutres. Direção: Billy Wilder. [S.l.: s.n.], 1951. (111 min.).

MERA coincidência. Direção: Barry Levinson. [S.l.: s.n.], 1997. (97 min.).

TODOS os homens do Presidente. Direção: Alan J. Pakula. [S.l.: s.n.], 1976. (138 min.)

Jornais e outros periódicos

a) O Estado do Maranhão

- Cobertura referente ao caso Lunus nas edições de 02 de março a 14 de abril de 2002.
- Edição de 15 de dezembro de 2000. Página 3. Editoria de Política.
- Edições comemorativas do aniversário de O Estado do Maranhão de 1999 e 2009.

b) O Globo

- Cobertura referente ao período anterior ao caso Lunus entre os meses de setembro de 2001 a fevereiro de 2002.
- Cobertura referente ao caso Lunus nas edições de 02 de março a 14 de abril de 2002.

c) Revista Veja

- Cobertura sobre o caso Lunus: entre março e abril de 2002.

d) Revista Isto É

- Cobertura sobre o caso Lunus: entre março e abril de 2002.

e) Revista Época

- Cobertura sobre o caso Lunus: entre março e abril de 2002.

f) Revista FAPESP

- Entrevista de Jesús Martín Barbero: edição 163/ Setembro de 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Entrevistas sobre o caso Lunus

Entrevista 1	Francisco Leali (Jornalista d'O Globo – sucursal de Brasília)	
Data	06/11/2008	Email: fleali@bsb.oglobo.com.br
Observação	O jornalista disponibilizou-se a prestar informações sobre o caso, ressaltando a possibilidade de alguns lapsos na memória em decorrência da passagem do tempo entre a data da entrevista e o fato, aproximadamente seis anos e meio.	

1 - Você poderia falar desse processo de produção, envio de notícias para o caso Lunus?

F: Pelo que me lembro foi assim: no começo havia produção de matérias aqui em Brasília, um repórter da sucursal foi para Palmas e o Garrone mandava matéria de São Luís. As matérias do Garrone iam direto para o Rio. As de Palmas passavam pela sucursal (toda vez que repórter daqui viaja a matéria é mandada para sua base, Brasília, que envia depois para o Rio, sede do jornal). Fui para lá não me lembro mais quanto tempo depois de apreenderem o dinheiro. Quando estava em São Luís o Garrone me ajudava em pautas em que não dava para estar em dois lugares ao mesmo tempo.

2 - Qual foi sua participação na cobertura?

F: Fui para lá para o desdobramento do caso. Tentar mais detalhes da história do dinheiro. Ver qual explicação a governadora daria para o caso (ela demorou a falar). Todo dia de manhã discutia com o coordenador aqui em Brasília onde investir mais.

3 - Você pode falar da sua experiência como correspondente em São Luís? Você chegou a acompanhar as viagens pelo interior do Maranhão?

F: Acho que fiquei um bom tempo em São Luís. A partir de um certo momento, eu e repórteres de outros jornais de fora (Estado de S.Paulo, Correio Braziliense e Folha de SP) passamos acompanhar Roseana, que se negava a dar explicações sobre a origem do dinheiro. Alugamos carros e fomos para o interior do Estado atrás dela. Ela de helicóptero, nós de carro. Em alguns casos tínhamos que dormir no meio do caminho porque não tinha como voltar para São Luís. Nessa "brincadeira de gato e rato" dirigíamos à noite para conseguir acompanhá-la. A governadora fazia as visitas e retornava a São Luís. Ela fugia das perguntas e dava seu recado nos discursos que fazia para a população local. As matérias eram enviadas de onde tivesse telefone. Posto de gasolina, salão de beleza, etc. Numa das viagens, tendo que dirigir a noite, atropelou um búfalo. Por sorte foi de raspão. Quebrou o retrovisor e a porta do motorista ficou arranhada. O bicho que bateu a cabeça na lateral do carro caiu sentado e se levantou como se nada tivesse acontecido.

4 - E você teve algum contato com a equipe do Sistema Mirante de Comunicação, de propriedade dos Sarney, que inclui a TV Mirante e ou o jornal O Estado do Maranhão?

F: Acho que só devo ter esbarrado com eles em cobertura. Não me lembro de ninguém. Lembro que na época a equipe da governadora tinha um assessor para lidar com a imprensa local e outro para atender os "de fora". Todas as vezes que procurei, me pediam para falar com a assessora que atendia a imprensa "do sul".

Entrevista 2	(Jornalista d'O Globo – sucursal de Brasília)	
Data	11/11/2008	Email: Jailtonc@bsb.oglobo.com.br
Observação	“Eu gosto deste assunto e não terei nenhum problema em responder qualquer pergunta por e-mail”.	

1- Você poderia falar do processo de produção, envio de notícias para o caso Lunus?

J: Trabalho na sucursal de Brasília. No início das investigações, o jornal me mandou para Palmas. Lá estava o centro das investigações sobre fraudes na Sudam. As principais decisões do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e da Justiça eram tomadas lá. Eu acompanhava a movimentação de procuradores, policiais e as decisões judiciais. Numa outra frente de trabalho, tentava falar com empresários, políticos, doleiros, laranjas, todos que, de alguma forma, tinham algum envolvimento com as fraudes. Também buscava informações em alguns setores do governo. A partir daí, escrevia matérias diariamente.

2 - Quem fechava o material todo? Era no Rio de Janeiro ou em Brasília?

J: O procedimento é padrão nestes casos. Escrevia as matérias e mandava para a sucursal de Brasília. A sucursal mandava as reportagens para a sede, no Rio. Creio que o Garrone fazia o mesmo, a partir de São Luís.

3 - Qual foi sua participação na cobertura? Tinha alguma divisão por repórter para as pautas?

J: Não tinha divisão clara. Minha tarefa era levantar o máximo de informações exclusivas a partir de algumas fontes que estavam em pontos estratégicos da investigação. Não importa se as informações estavam em Palmas, São Luís, Belém, Manaus ou Macapá. Obviamente, minha responsabilidade maior era buscar as informações produzidas em Palmas, onde podíamos ter contato direto com as fontes.

4 - Você pode falar da sua experiência como correspondente do caso em São Luís e Palmas? Você chegou a acompanhar as viagens pelo interior do Maranhão?

J: Não fiz viagens pelo interior do Maranhão. Acompanhava as viagens de procuradores e delegados por telefone. Também telefonava para personagens da investigação em qualquer lugar que eles estivessem. Isso nos permitia ter uma visão mais abrangente das fraudes e do papel dos investigadores no caso.

5 - Você teve algum contato com a equipe do Jornal O Estado do Maranhão ou da TV Mirante (Globo no MA)?

J: Não. Talvez o Garrone tenha feito.

6 - Você fez alguma matéria sobre o desfecho do caso Lunus, após os meses de março e abril de 2002?

J: Fiz sobre as investigações da Sudam. Mostrei que, depois de tanto tempo de investigação, nenhum dos casos sofreu qualquer condenação.

7 - Olhando o jornal da época, percebi que no início do caso o Murad era apontado como suspeito, mas do meio pro fim a Roseana era apontada como culpada tanto com ele. Como você avalia isto?

J: As investigações têm uma dinâmica própria. Pelo que pude entender, ao longo da apuração, os investigadores (delegados e procuradores) descobriram indícios de envolvimento dela em decisões consideradas suspeitas. Em geral, as investigações são assim mesmo, começam de baixo e vão subindo, vão se ampliando.

8 - Houve alguma interferência política na condução do caso pelo Jornal, visto que Roseana era uma potencial candidata à Presidência e Sarney é muito próximo da família Marinho?

J: Acredito que não houve influência alguma da Roseana ou do Sarney. As pautas surgiam aleatoriamente no dia-a-dia e nenhuma de minhas matérias sofreu cortes que não fossem específicos da edição, da adequação ao espaço das páginas. Não recebíamos ordens para fazer ou deixar de fazer qualquer matéria. O critério era a importância da informação. As informações relevantes, desde que checadas, se transformavam em matérias naturalmente. As informações irrelevantes eram descartadas.

Entrevista 3	Raimundo Garrone (Jornalista e free lancer d'O Globo no Maranhão há 10 anos)	Data	26/01/2009
Observação	Procurei o jornalista em São Luís e ele atendeu prontamente, indo até minha residência para conceder a entrevista.		

1 – Como foi sua participação na cobertura do caso Lunus?

G: Foi curioso porque O Globo me ligou por volta de 11 horas a 12 horas, pela manhã, me dizendo que a PF iria invadir o escritório de Jorge Murad às 15 horas – era o horário previsto. Então eu fiquei sabendo logo aqui, em função d'O Globo ter tido acesso a esta informação (não sei se privilegiada somente para eles), mas eles me acionaram de imediato. Até para que eu não fosse lá sozinho, eu aproveitei a informação e convidei outros jornalistas de outros jornais (locais) que iriam cobrir.

2 – Desde quando você é free lancer para O Globo?

G: Eu faço O Globo há mais de dez anos. Comecei em 1999, falando sobre a CPI do Esporte, cujo presidente era Aldo Rebelo. Eu tinha uma amiga que fazia O Globo e resolveu deixar o jornalismo porque passou para um concurso público e foi garantir o futuro dela. Ela era correspondente no Maranhão, mas como *freelancer*, pois o último correspondente com escritório fixo foi Raimundo Borges, ainda no início da década de 1990. Recebo por matéria.

3 – Você pode falar mais um pouco do caso Lunus?

G: Eles me ligaram, eu agilizei, eu não queria chegar lá sozinho para eles acharem que era uma guerra minha particular contra a família, mas que era um fato que realmente estava

acontecendo. Fui com os jornalistas e saímos de lá já a noite com outros jornalistas. O curioso no caso Lunus é que era numa sexta-feira... é que eu tive uma fonte lá de dentro, que quando nós chegamos ao escritório da Lunus, a PF já estava e nós ficamos lá embaixo, ninguém podia entrar. E esperamos para saber o que iria acontecer. Esta fonte me ligou e me disse que os policiais estavam contando dinheiro, me disse até o valor. Isso ela já me disse por volta das sete, oito horas da noite. Neste horário eu não tinha como confirmar a informação que a fonte me deu. Eu pensei: vou esperar o delegado sair e vou perguntar se ele estava contando dinheiro, porque poderia pegar ele no susto. Mas o delegado da PF saiu por outra porta, dentro do carro e saiu correndo. Eu cheguei a passar a informação para O Globo, mas sem poder confirmá-la. Pra minha surpresa no dia seguinte saiu na capa da Época a foto com o dinheiro. O que por uma operação feita como foi feita, pelo horário, tudo, não daria tempo para uma empresa parar as máquinas e mudar a capa da revista se ela não tivesse tudo organizado. Assim como aconteceu para O Globo, e vazou pra mim cedo, houve uma preparação para esta cobertura, como deve ser feito, só se pega bandido assim, com a mão na moita. Você espera a hora certa, agiliza até pegar. Fizeram uma foto como quando se pega bandido, empilhando o dinheiro. Outra coisa que eu achei interessante no caso Lunus, foi a quantidade de versões para este dinheiro. Eu fui para barreirinhas para ver este terreno onde hoje é este empreendimento de hotéis da família. Uma das explicações que eles me deram foi que este dinheiro seria para comprar este terreno. Eu mandei pra lá e não tinha nada disso, fui verificar.

4 – Qual foi sua rotina depois da ação da Polícia Federal?

G: Continuei o trabalho de investigação aqui em São Luís. Uma semana depois da ação, escrevi uma matéria sobre a invasão da polícia militar no escritório montado pela Polícia Federal em um bairro de São Luís. Para a polícia era uma casa suspeita, mas que na verdade era a casa alugada pela PF para montar a estrutura da operação que ela fez. Aqui a efervescência estava muito grande, eu diariamente saía andando, com outros jornalistas locais e nacionais (TV Globo), todo dia atrás da PF; pela manhã nós fazíamos contato e como era uma operação que envolvia uma candidata à Presidência da República, estas fontes, informações partiam diretamente de Brasília. O jornal já me ligava de lá (Rio de Janeiro), algumas coisas consegui a fonte em São Luís. Eles ligam, mandam novos dados, eu fico impressionado com a rapidez que conseguem as informações. O caso envolvendo o empresário local...que tinha uns laranjas em um bairro da periferia de São Luís. Inicialmente eles avisaram só o bairro e um provável endereço, comecei a apurar. Cerca de 20 minutos depois eles já me ligam dando nome, endereço, tudo. É uma facilidade com este tipo de informação, que você só consegue se tiver acesso a um tipo e sistema. Como o caso era nacional, tinha muita gente que ligava, muita fonte querendo derrubar um, derrubar o outro. Tem o interesse do próprio jornal também.

5 – Você tinha facilidade de vender as matérias do caso Lunus?

G: Eu tenho muito mais facilidade para vender uma matéria para O Globo, ou para qualquer outro jornal de fora (eu já fiz Reuters, Veja, etc.) quando se trata de uma tragédia, operação da Polícia Federal, resumindo, quando é coisa ruim, trágica. Outras notícias não têm interesse para eles na ordem nacional.

6- Como era seu contato com O Globo?

G: Meu contato sempre foi direto com o Rio de Janeiro. Meu contato é com a Leila. Passava as informações para ela e lá eles editavam.

7 – Você sofreu alguma represália por escrever este conteúdo para O Globo aí no Maranhão?

G: Na época eu trabalhava no jornal Folha do Maranhão, de propriedade do deputado Manoel Ribeiro (presidente da Assembléia Legislativa do Maranhão), aliado de Roseana, e eu era editor. Pela manhã eu falava bem dela (Roseana), editava matérias positivas, e de tarde eu falava “mal” para O Globo - lavava a alma. Fazer a correspondência tem esse lado interessante nesse sentido de lavar a alma, matérias que não saem aqui você consegue escrever e consegue dar uma repercussão maior para o fato, enquanto se abafa aqui, quando mais quando se trata do dono do poder. No caso da Lunus só tinha um jornal que falava aqui, era o Jornal Pequeno. Eu não tive pressão por ser correspondente. Houve vezes que quando eu liguei e quem atendia perguntava se eu queria falar com ela como repórter daqui ou para O Globo.

Para O Globo eu tinha que fazer outro tipo de pergunta. No caso Lunus, eu quis chamar outros jornalistas foi para tentar manter estas portas abertas, no sentido de que eu sou pautado. Eu não faço como jornalista, campanha conta “a ou b”, até porque é ilusão o jornalista pensar que faz campanha, é o dono do veículo que faz.

Entrevista 4	(Secretário de Redação d'O Estado do Maranhão)	Data	02/02/2009
Observação	Consegui marcar depois de seis meses de tentativas, entre ligações, emails e contatos pessoais. Para agendar o processo foi mais incisivo, tive que ir ao jornal tentar falar com o entrevistado, já que este resistia por telefone.		

1 – Qual a relação d'O Estado do Maranhão com os jornais de grande circulação?

A: Os jornais de pequeno porte como O Estado mantém uma relação de amizade com os demais jornais, tanto os locais como os de outras cidades. É uma relação de amizade porque os grandes jornais são ligados a uma agência de notícias. Mas pela ligação com a agência, no caso d'O Globo, eles têm a Agência O Globo, só que para eles as coisas não se misturam, agência é uma coisa, jornalismo é outra, são setores independentes. Quando um precisa do outro há troca informação. Nós mantemos uma relação de amizade, porque normalmente o jornal é assinante como uma agência, por causa de ciclo contratual d'O Estado do Maranhão com a agência. Seria em tese uma relação de amizade por cauda da agência. Quando eles precisam de alguma coisa pedem pra gente, quando querem matéria, pedem uma foto. E nos fornecemos ou vendemos, ou fazemos permuta, com outro tipo de serviço deduzindo lá na frente no contrato mensal do jornal com a agência e vice versa. Por exemplo, aconteceu um fato ligado ao Maranhão em São Paulo ou no Rio de Janeiro e nós ligamos e eles vão trabalhar especificamente pro jornal. É feito um contrato, nós contratamos a agência e ela faz a cobertura de texto e foto.

2 - Vocês são solicitados a mandar material para agências nacionais?

A: Sim, em fatos extraordinários, não só O Globo, mas todas as agências dos grandes jornais, fornecemos material para agências. Sem exclusividade, fornecemos pra um eles vão repassando. Quando acontece algo grande no Maranhão é uma cobrança louca, eles querem o mais cedo possível. Cobertura de Eleições, por exemplo, é sempre um momento destes, pois eles sabem que Sarney é daqui, eles querem cobertura bem direcionada. Eles querem saber de Sarney, sabem que vem para cá acompanhar a eleição depois de votar no Amapá.

3 - Você percebe um filtro editorial no material enviado?

A: Aí tem uma coisa meio curiosa, um pouco também de exagero em algumas situações. Eles editam o texto de acordo com a necessidade editorial. Eles têm um espaço específico para matéria e fazem a edição do texto dentro deste espaço. Tem um estigma muito grande na cidade, no Estado, dentro do meio intelectual, em relação a'O Estado, por ele pertencer a um grupo político, como todos os grandes jornais do país. Tudo que se faz aqui é porque o Sarney manda. "Ah, o Sarney dita a manchete, etc!". E ele sequer vem aqui. Quando ele vem na cidade ele passa na redação, lógico, visita a TV, mas não fica dando ordens diariamente. Isso tem na universidade, no meio intelectual, "não é porque Sarney mandou". Isso não existe, o jornal tem a liberdade de fazer uma cobertura diária. Por pertencer a uma facção política que hoje é adversária do estado, o jornal tem uma linha de independência, e dentro dessa linha busca mostrar as falhas do governo...da cidade, do estado, como em qualquer outra cidade acontece de qualquer forma. Para grande imprensa passa também isso.

Voltando aqui, o critério que eles usam lá é estritamente editorial. Tem um espaço específico para ocupar aquilo ali. Eles não fazem recomendação do modo que eles querem de modo "x", quando eles precisam, às vezes, eles pedem um fato. Se nós pudermos fazemos, se não podemos designar outra pessoa. Nossa relação com a grande mídia é o que acontece do jornal para cidade. O que não acontece da população para o jornal, pois a imagem que a população tem é essa e não é verdadeira. Porque estamos aqui todo dia.

4 - Quais agências O Estado do Maranhão trabalha hoje?

A: O jornal sempre tem contrato com várias agências. Hoje tem com a EFE (internacional), noticiário nacional tem agência O Globo e duas agências de esporte. Usamos a agência Senado, agência Câmara, agência Brasil, essas são gratuitas, e sempre damos o crédito.

5 – E as colunas publicadas no jornal?

A: Algumas são fornecidas pela agência O Globo. Elas têm contratos específicos. Além das colunas temos cadernos especiais dos finais de semanas, Revista da TV, Jornal da Família, que é um serviço fornecido pela agência O Globo.

6 - O fato do site jornal está hospedado no portal O Globo o assinante do jornal tem alguma ligação?

A: Não. O fato é mais pela estrutura, a televisão daqui é vinculada a Rede Globo e tem essa ligação direta. E o jornal faz parte do sistema, então ele está hospedado. Não tem nenhuma obrigação.

7 -Você tem alguma informação sobre esta relação com as agências anteriormente?

A: Da mesma forma. Havia algumas diferenças em relação a hoje pelas questões técnicas. A informatização do jornal nos estados menores, acentuou-se nos anos 1990, quando aqui a coisa entrou no nível mais profissional. A relação anterior era da mesma forma que hoje, não havia internet e informatização. Havia um número maior de agências (Estado, Globo e JB), com a maior participação de agências internacionais (AP., Reuters), mas o noticiário alternava por questões financeiras. A recepção era por sistema de telex. Tinha uma sala só para os telex. Cada agência tinha um aparelho. Havia um telex para passar também. Alguém que queria

passar matéria daqui pra fora. As fotos eram usadas por telefoto, via telefone, e ou radiofoto, mais antigo.

8 - Em relação a matérias nacionais que acontecem no Maranhão vocês têm uma autonomia em fazer a matéria para agências?

A: Hoje a maioria dos jornais trabalha com *freelancer* nos estados.

9 - Você tem contato com a redação d'O Globo?

A: Com a redação não, mas com a agência sim.

10 - Vocês têm identificação com o perfil de escrita de algum dos grandes jornais?

A: Não, O Estado do Maranhão tem um caráter mais regionalizado. O mais importante para nós é que acontece aqui, claro que quando acontece um fato de repercussão nacional, posse do presidente, damos um destaque, mas no geral a cobertura é voltada para o estado. O nosso leitor está voltado para questões daqui, no interior do estado também.

11 - Qual o intuito em trazer colunas de fora. A intenção é agregar valor?

A: Contratamos pelo interesse do jornal nesse assunto. Temos diariamente colunas de política e economia (da agência O Globo), de segunda a sábado. Domingo sai uma local.

12 - Vocês podem alterar o texto das colunas?

A: Não, porque a coluna é assinada pelo autor. Ou o jornal publica ou não publica, mas tem o contrato e tem obrigação de publicar. O que pode acontecer são imprevistos...de chegar tarde demais, por situações adversas. O jornal tem um horário pra fechar, para circular no interior. Nesses casos aí para não prejudicar o andamento do jornal e não publicamos se chega atrasado. Nós não temos poder de intervir no jornal. Não me recordo de nos trocarmos o conteúdo por outro, por discordar do que eles escreviam.

13 - Quais as pautas que o Maranhão emplaca no cenário nacional?

A: Uma crise no campo, como o estado é cortado pela ferrovia da Vale, a margem da ferrovia tem aldeias indígenas, essas questões são sempre pedidas. Bloqueios na ferrovia, são assuntos que interessam gerais. O que é notícia para o leitor não é o que é bom. A população quer ver tragédia, miséria, porque onde está tudo bem não tem notícia. Não tem a mesma importância de tragédia.

14 - No caso Lunus, o escândalo atraiu muitas atenções?

A: Sim, foi direto, foi até a exaustão. E ainda hoje tem resquícios dessa época.

15 - No tempo da Lunus vocês mandavam matérias?

A: Não, eles mandavam gente deles. No começo quando a coisa aconteceu, só tinha gente daqui e os correspondentes, quando despertou o interesse nacional aí vieram outras pessoas.

16 - Vocês chegaram a ser solicitados por alguma agência?

A: Não. O que às vezes acontece é que os colegas de agência, de jornal, usam a estrutura física daqui, internet, telefone...isso aconteceu. Eles não tinham muitas opções para enviar matéria.

17- Quando a matéria é de interesse de vocês, pode intervir quando ela é enviada de fora?

A: A matéria tem flexibilidade que você pode cortar um parágrafo ou dois e não altera o sentido. Porque geralmente é um assunto nacional...é diagramado de acordo com o espaço.

Entrevista 5	Isabela Abdala (Jornalista, ex-repórter d'O Globo e assessora de comunicação no ramo político atualmente)	Data	27/03/2009
Observação	Isabela cobriu o caso desde a primeira matéria até o final, com a colaboração permanente de outros repórteres, inclusive de Raimundo Garrone.		

1 - Qual foi sua participação na cobertura do caso Lunus, em 2002?

I: Na época que eu fui fazer esta cobertura, eu não acompanhei atentamente a cobertura de O Estado do Maranhão, até a cobertura d'O Globo onde eu trabalhava, já tem sete anos, algumas coisas não estão tão presentes na minha memória, talvez possa ter isso melhor que eu, por ter lido as matérias recentemente. Eu era repórter da sucursal de Brasília d'O Globo, minha área de atuação sempre foi política. Eu fui destacada para fazer esta cobertura por descobrir o fato cedo. Depois que eu fui outros jornalistas também foram, encontrei lá repórter d'O Estadão, da Folha, também foram. Esses jornais têm correspondentes lá, no Maranhão era o Garrone, são *freelas*, que os jornais quando tem alguma coisa importante, eles recorrem aos correspondentes para fazer as matérias. Quando o assunto é de grande relevância, e a Roseana naquela ocasião era um assunto de muito relevo, porque era candidata do PFL. Eu embarquei no dia seguinte para São Luís. Eu fiquei de uma a duas semanas para acompanhar o desenrolar do material.

2 – Como você soube da pauta?

I: É interessante contar como se deu isso, todas às sextas-feiras ficávamos no jornal fazendo a matéria do domingo. E a gente sempre deixava pra apurar na sexta porque tinha mais tempo, porque durante a semana passava o dia no congresso que é uma cobertura exaustiva para o jornalista, tem muita fonte circulando o tempo inteiro, tem muita notícia. A gente apurava a matéria de domingo na sexta, eu tava na redação d'O Globo, e estava conversando com um deputado do PFL de Minas Gerais, Roberto Brant, e conversando com ele soube outro assunto por telefone, que não me lembro nem qual era. Ele me falou: “espera aí que eu tenho que atender um telefone, parece que aconteceu alguma coisa lá no Maranhão”. Perguntei o que foi e ele disse: espera aí que vou atender e daqui a pouco você me liga. Ai fiquei com aquele negócio, aconteceu alguma coisa no Maranhão, já tinha a candidatura da Roseana, a candidatura do PFL, tinha todo o charme...ai passou meia hora e eu liguei. O que aconteceu Roberto Brant? Ele: Não sei exatamente, mas parece que teve uma PF, alguém estourou alguma coisa no escritório da Lunus e encontrou dinheiro. Na hora que eu soube disso foi na chefia de reportagem, Helena Chagas, contei pra ela o episódio: Acho que aconteceu alguma coisa grave lá no Maranhão. Ela: investe nisso, apura isso. Helena disse que no outro dia eu

iria pro Maranhão. Fizemos uma força tarefa na redação e começamos a ligar para nossas fontes para entender o que aconteceu. Naquela época, já existia on-line e essas notícias começaram a pipocar, não com tanta força como hoje. O assunto logo se espalhou no meio político.

3 – Qual era sua rotina em São Luís?

I: Eu fiquei hospedada em um hotel. Eu tinha uma rotina parecida com a dos outros correspondentes, eu me lembro de ter entrevistado a Roseana pelo menos duas vezes nesse período. No dia seguinte ao caso eu fui ao palácio e houve uma coletiva, eu não lembro se foi ela que falou ou o marido. Eu lembro que houve uma coletiva na casa de algum deles. Eu fui muito na Polícia Federal que era uma fonte e os deputados, a gente também corre muito por fora, como eu estava no Congresso eu tinha alguns contatos. Alguns deputados do Maranhão eram minhas fontes. Eu lia as matérias do dia do que saía lá, mas tem muito tempo. Eu não saberia lembrar da minha rotina. Eu fazia um acompanhamento de tudo. Obviamente que isso tem um desdobramento grande, depois que o fato em si aparece, o fato vai para Brasília. Bornhausen...deve ter dado várias entrevistas em Brasília, o foco do acontecimento e no Maranhão, é importante ter um repórter lá apurando as coisas, mas a grande repercussão acontece em Brasília, no Congresso Nacional onde todos os partidos são representados ali. Depois a repercussão disso rendeu muitas matérias sobre a repercussão no meio político. Depois disso veio a história das diversas versões. Foram várias versões desconstruídas, foi um assunto bastante abordado pelos jornais na época. Isso também alimentava o noticiário todo dia. Eu vi muito isso no Congresso, de ter acompanhado várias crises ao longo de dez anos de cobertura, você percebe o seguinte: quando uma crise começa você não tem dimensão do tamanho dela, porque às vezes tem denúncias que não vai repercutir muito, mas têm outras que ficam rendendo. Essa sabíamos que iria render..era um período o pré-eleitoral, você tinha o partido PFL importante no governo Fernando Henrique, que tinha representantes em ministérios e era um partido que estava se colocando no jogo. Depois eu voltei para Brasília e obviamente continuei acompanhando isso. É uma cobertura coletiva, tem muita gente que contribuiu. No Congresso isso repercutiu em todas as esferas, repercutiu em todo mundo. Rendeu muito tempo de matéria.

4 – Durante a cobertura algum fato te chamou atenção?

I: Eu lembro um episódio muito interessante: a operação aconteceu numa sexta e no sábado a revista Época já estava circulando com essa foto na capa. A capa da revista já estava circulando em todo o Brasil. Todo mundo ficou espantado com a agilidade da revista Época, porque todo mundo sabe que revista é menos ágil que um jornal, até porque tem muita coisa pra fechar. Mas eles conseguiram ter uma agilidade muito boa, imagino que eles tomaram conhecimento na sexta-feira, e no sábado já estava nas bancas. E nessa época a cobertura da revista gerou muita polêmica, obviamente já se montou uma conspiração, que a revista já sabia do evento, que a polícia poderia ter vazado antes pra revista. Porque para polícia chegar ao lugar e descobrir a montanha de dinheiro deve ter feito uma investigação antes. Imaginávamos que sim, porque como é que eles foram bater naquele dia lá e encontrar o dinheiro. Obviamente era alvo de investigação. Houve uma abordagem meio política. Eu lembro que se discutiu se a revista Época teve acesso à informação ou não. Pode sim, é obvio que há tempo hábil sim deles terem um fato na sexta-feira à tarde e a noite mudarem a capa da revista, você imprime ela de madrugada e no dia seguinte ta com ela nas bancas. Altamente possível se você não tiver que mexer na revista inteira só na capa. Eu lembro que isso chamou

a atenção de todos e O Globo também, porque a gente saiu com material com o destaque certo, estampou logo na capa.

5 - Você acredita na isenção jornalística?

I: É difícil a isenção jornalística, primeiro que nem as pessoas são isentas você é um ser é um jornalista, mas também é um ser humano, você tem o seu viés das coisas, acho que quando você está em uma grande empresa, como O Globo, Veja, a imprensa do sudeste consegue ser mais isenta porque o que financia os jornais é a publicidade e a própria venda dos jornais. Quando você tem um projeto jornalístico que é financiado pelo próprio *business* da notícia, pelas publicidades que aquele veículo pode oferecer, pelas vendas dos jornais, embora seja sempre uma discussão que passa uma subjetividade enorme, o que pode ser isento para um, pode não ser pra outra. Tem o viés de quem está escrevendo, do editor e do veículo também. Mas você se afasta dessa objetividade, da isenção quando você sai um pouco do centro que tem um poder econômico maior e vai para regiões onde o poder econômico é menor, você tem menos anúncios no setor produtivo. Você vai pro nordeste onde muitas vezes quem financia os veículos são grupos políticos, seja por anúncio do governo do estado, ou da prefeitura, ou até mesmo quando você tem muitos veículos que são de propriedade de político, não só no Maranhão, mas é uma prática no Brasil todo quando você sai um pouco do sudeste, Rio, Brasília, São Paulo, e aí você tem às vezes até no Rio Grande do Sul o Zero Hora que é mais independente, você tem ilhas de independência em alguns lugares, mas geralmente no sudeste as pessoas estão concentradas pela questão econômica, você tem diferenças muito grande. Daí você parte do princípio de que é bem diferente mesmo.

6 - No desfecho do caso, você foi a São Luís?

I: Não, não fui. Depois não fui mais não.

7 - O Garrone disse ter recebido ligação d'O Globo às 11h da manhã e ele foi com repórteres locais apurar o fato?

I: Olha eu vou te falar. Eu soube da história à tarde, umas 16 horas, depois do almoço. Soube pelo Roberto Brant, quando eu fui avisar a chefia ninguém sabia. Eu que dei a notícia. Assim que eu desliguei a ligação do Brant eu fui correndo pra mesa da Helena Chagas, ela disse pra eu correr atrás. Catia Seabra e a Mariazinha me ajudaram. Mas eu não soube nada de manhã e a Helena soube por mim a tarde. Eu só soube à tarde.

8 - Você percebe que nessa cobertura tinha algum foco específico? O foco era notícia ou tinha outro interesse?

I: Não, somente a notícia. Passei dois anos e meio n'O Globo e o foco foi a notícia. Nesse aspecto é muito subjetivo, mas eu posso te afirmar pela minha experiência, é um jornal que eu respeito. É um jornal que tenta ser isento, se às vezes não consegue vai da falha humana. Às vezes o repórter não ouviu direito o outro lado, mas nosso foco era absolutamente jornalístico, eu não sofri nenhuma pressão este período interior. "olha alivia aqui ou bate ali"....entendeu? as minhas matérias eu apurava e mandava para o Rio de Janeiro, e aí eles misturavam com as matérias de outras pessoas e o negócio saía no dia seguinte. Não teve nenhum tipo de tentativa de cerceamento e controle da notícia. Pelo contrário, nesse tempo todo que passei n'O Globo não tive. Eu não tive experiência de trabalhar em jornais do interior ou no nordeste, mas a minha experiência n'O Globo foi muito feliz enquanto realização de jornalista. O resultado que saiu n'O Globo na época, se comparado com outros jornais não deixou nada a desejar. A

gente publicava as mesmas matérias que a Veja, Folha, e outros. Nunca deixou de publicar nada.

9 - Nesse período que você acompanhou o caso você sentia em outro veículos uma resistência, algum viés?

I: Não. Nem da Folha, acho que foi um episódio, era tão grande, que a notícia é notícia. Ela se impõe. Eu acho que o jornalista não tem que condenar ninguém, embora hoje qualquer abalo a reputação e imagem da pessoa é mais forte que uma sentença da justiça. O jornalista não tem que julgar, tem que relatar o fato, obviamente quando se toma conhecimento de um assunto às 16 horas da tarde tem pouco tempo pra divulgar, os cuidados são muito maiores do que um caso que você já vem acompanhando. Mas isso já está tão distante que eu não percebo se houve essa tendência, mas obviamente quando a gente tá escrevendo no jornal eu não estou escrevendo o que e eu acho, mas aquilo que as fontes estão falando. Aquilo que os porta-vozes estão falando, eu entrevisto pessoas e não tiramos tudo da cabeça e nós damos voz a estas pessoas nas matérias, a gente edita, faz conexão de raciocínios e faz a matéria. Obviamente isso deve ter sido percebido porque as pessoas que falavam do caso (porta-voz, PF, deputados) podem ter formado juízo sobre o caso ao longo dos dias...um coisa é quando o negócio estoura, você é até da oposição, mas você tem que ver o que está acontecendo para falar, para acusar. E depois as informações vão ficando mais claras e elas vão falando o que acham. Só que o jornalismo reflete isso, o que a fonte disse, se a fonte foi sendo mais dura, incisiva, o jornal vai dando voz, abre aspas e deixa a pessoa falar na reportagem. Os escândalos fazem parte da rotina de quem cobre Brasília. Isso é difícil, porque no dia a dia você cobre pessoas, você acaba se apegando, a boa prática do jornalismo você tem que entender que a notícia se impõe. A notícia quando é forte se impõe sobre qualquer outra tendência....você pode admirar uma pessoa, um deputado, mas se amanhã ele fez alguma coisa você tem que dar. Não é nada pessoal, ele não vai agir, eu não gosto dele, mas está lá pra cumprir um papel. Não importa de onde ela vem, ela vai ter que ir para o jornal, vai ter que ir pro papel. Isso não é perseguição, não é coisa pessoal, tem coisas que falam por si. Eu vi muito isso ao longo dos 10 anos que passei no Congresso, hoje eu estou no outro lado. Falo sempre isso pros meus clientes. Você tem que ter frieza. É o dever dele, se ele não fizer isso ele não é jornalista. Hoje eu tenho uma experiência bastante completa, do lado de lá fazendo matérias investigativas e hoje eu estou aqui, como assessora.

ANEXOS

ANEXO A - Capas referentes ao caso Lunus n'O Globo e n'O Estado do Maranhão

Figuras apresentadas no Anexo A:

Figura 1 - O Estado do Maranhão, capa de 05 de março de 2002

Figura 2 - O Estado do Maranhão, capa de 08 de março de 2002

Figura 3 - O Estado do Maranhão, capa de 13 de março de 2002

Figura 4 - O Estado do Maranhão, capa de 17 de março de 2002

Figura 5 - O Estado do Maranhão, capa de 14 de abril de 2002

Figura 6 - O Globo, capa de 08 de março de 2002

Figura 7 - O Globo, capa de 13 de março de 2002

Figura 8 - O Globo, capa de 29 de março de 2002

Figura 9 - O Globo, página 3, O País, 10 de abril de 2002

Figura 10 - O Globo, capa de 14 de abril de 2002



Figura 1 - O Estado do Maranhão, capa de 05 de março de 2002



Figura 2 - O Estado do Maranhão, capa de 08 de março de 2002



Figura 3 - O Estado do Maranhão, capa de 13 de março de 2002



Figura 5 - O Estado do Maranhão, capa de 14 de abril de 2002



Figura 6 - O Globo, capa de 08 de março de 2002

SITE DO DETRAN AJUDA QUEM VAI COMPRAR CARRO USADO • PÁGINA 21

O GLOBO

Fundador: IRINEU MARINHO RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2002 • R\$0,50 • Nº 20.051 • WWW.OGLOBO.COM.BR

Publicidade: ROBERTO MARINHO

Gasolina aumenta de novo no sábado

• Dez dias após ter reajustado o preço da gasolina em 2,2%, a Petrobras anunciou que o combustí-vel subirá mais 9,9%, nas refinarias, no sábado. Se- gundo a empresa, o au-mento foi provocado pela alta do petróleo no merca- do internacional. O im- pacto dos dois reajustes nas bombas, segundo o gover- no, será de 7,5%. Já a Pa- combustíveis estima que os dois últimos reajustes farão o consumidor pagar mais 10%, elevando o preço médio de R\$ 1,516 para R\$ 1,666 no Rio. **Página 23**

Rivaldo, Ronaldo e Ronaldinho: o trio de Felipão

• O técnico Luiz Felipe Scolari convocou ontem 13 jogadores que atuam no exterior para a partida de seleção contra a Jugu- lávia, dia 27. Ele afirmou que pode começar a parti- da com um trio de ataque formado por Rivaldo, Ro- naldinho Gaúcho e Ronal- dinho, deixando Ruyter de fora. Mas não afastou a possibilidade de chamar o craque do Vasco no dia 21. **Páginas 32 e 40**

Risco de dengue é maior na Saúde

• Apesar de não concen- trar o maior número de ca- sos de dengue do Rio, o bairro da Saúde, na Zona Portuária, tem uma taxa de risco da doença de 95,5 por dez mil moradores — a maior da cidade. A Secreta- ria municipal de Saúde ve- rificou nessa explosão de notificações no Rio: dos 37.750 registros, 4.213 apa- receram entre as estatís- ticas. **Páginas 15 e 16**

Marido de Roseana assume crimes para explicar dinheiro

Sexta versão para o caso envolve Murad com abuso eleitoral e sonegação



• Onze dias depois de a Polícia Federal apreender R\$ 1,31 milhão na sede da empresa da governadora Roseana Sarney (PT), seu marido, Jorge Murad, assumiu a responsabilidade pela origem do dinheiro: alguns ter re- colhido os recursos para despesas da pré-campanha da mulher à Presidência. A sua versão para a origem do dinheiro — a sexta — Murad estará confrontando a polícia de cri- me eleitoral. Ele não apresentou os nomes dos doadores e o dinheiro foi apreendido fora do prazo legal. Além do crime eleitoral, pode ter cometido sonegação fiscal e abuso de poder econômico, já que era secretário de Planejamento, cargo do qual se demitiu ontem. Em pronunciamento no Palácio dos Leões, Murad disse que tentou a dar explicações por causa de "uma profunda depressão". A nova versão não convenceu o PF, com a oposição. O ex- ministro Roberto Brant (PT), afirmou: "Não é o ex- ceção do crime que não, do PT, repetidamente." José Carlos, do PT, disse: "A história ficou pior que o acidente." **Páginas 3 e 10 e Tereza Cruvinel, Marcio Moreira Alves, Mitam Latão e Artur Xexéo**

SEIS VERSÕES PARA O MESMO DINHEIRO

• **PRIMEIRA** do dia 7, a governadora Roseana Sarney afirma que "foi o acidente" que trouxe o dinheiro para o Brasil.

• **SEGUNDA** do dia 7, Murad afirma que recebeu o dinheiro em uma conta bancária em nome de sua esposa, Roseana Sarney. Ele diz que o dinheiro veio de uma empresa que ele criou em nome de sua esposa, Roseana Sarney.

• **TERCEIRA** do dia 7, Murad afirma que recebeu o dinheiro em nome de sua esposa, Roseana Sarney. Ele diz que o dinheiro veio de uma empresa que ele criou em nome de sua esposa, Roseana Sarney.

• **QUARTA** do dia 7, Murad afirma que recebeu o dinheiro em nome de sua esposa, Roseana Sarney. Ele diz que o dinheiro veio de uma empresa que ele criou em nome de sua esposa, Roseana Sarney.

• **QUINTA** do dia 7, Murad afirma que recebeu o dinheiro em nome de sua esposa, Roseana Sarney. Ele diz que o dinheiro veio de uma empresa que ele criou em nome de sua esposa, Roseana Sarney.

• **SEXTA** do dia 7, Murad afirma que recebeu o dinheiro em nome de sua esposa, Roseana Sarney. Ele diz que o dinheiro veio de uma empresa que ele criou em nome de sua esposa, Roseana Sarney.

Pesquisas mostram crescimento de Serra

• As denúncias contra a governadora Roseana Sarney provocaram queda nas intenções de voto na polí- tica, que foi ultrapassada pelo tucano José Serra em pesquisas realizadas pelo Ibope. Serra está em an- gulo, com 19%, seguido de Roseana, que tem 17%. De acordo com o Ibope, a preferência caiu para 18,6% e o tucano subiu para 15,2%. Os dois institutos mostram Lula (PT) na liderança. **Página 9**

OBITUÁRIO

• Morre, aos 84 anos, o economista americano James Tobin. **Página 31**

CRÔNICA

• O Corsa 2002 cresceu, ganhou novos motores e ficou parecido com o Astra.

SEGUNDO CADENÊ

• O compositor Lenine mistura pop e MPB no disco "Folgae carnal".

PIRACIA

RS 1,70

Procuradores pedem à Receita declaração de bens de juizes

TRF abre processo para apurar conduta de magistrados

de administrativos no TRF-2, os procuradores querem apurar se houve aumento significativo de patrimônios. O presidente do TRF-2, Arnaldo Lima, determinou a abertura de processos ad- ministrativos para apurar a conduta dos juizes Ricardo Reguerra e Ivan Acha. Se forem condenados neste processo, eles poderão perder seus cargos, mas continuarão recebendo sa- lários. Uma nova suspeita contra Acha surgiu ontem. Em janeiro do ano pas- sado, Acha lidou com recur- sos de uma ação pela qual não era o responsável. O juiz cometeu uma falha, sob a alegação de que o re- lator do processo, Chailo Barboza, estava ausente do tribunal. Sete dias de- pois, Barboza negou a au- sência e anulou a decisão. **Páginas 12 e 13**



Figura 7 - O Globo, capa de 13 de março de 2002



Figura 8 - O Globo, capa de 29 de março de 2002

Quarta-feira, 10 de abril de 2002 - 3ª edição

O PAÍS

Ação em família

Lista de doadores do R\$ 1,3 milhão de Roseana inclui marido, irmão e cunhado

Carolina Braga e Cristiana Lobo (*)

Menos de quatro dias depois de anunciar que teria doado R\$ 1,3 milhão para a campanha de Roseana Sarney, o governador do Maranhão, o empresário anunciou que teria doado R\$ 1,3 milhão para a campanha de Roseana Sarney, o governador do Maranhão. O anúncio foi feito em uma coletiva de imprensa no Palácio do Governo do Maranhão, em São Luís, no dia 7 de março. O governador Roseana Sarney, então em sua primeira viagem ao Brasil, anunciou que teria doado R\$ 1,3 milhão para a campanha de Roseana Sarney, o governador do Maranhão. O anúncio foi feito em uma coletiva de imprensa no Palácio do Governo do Maranhão, em São Luís, no dia 7 de março. O governador Roseana Sarney, então em sua primeira viagem ao Brasil, anunciou que teria doado R\$ 1,3 milhão para a campanha de Roseana Sarney, o governador do Maranhão.

Lista ainda tem sobra de R\$ 10 mil

• Pela terceira vez, o advogado, irmão de Murad, contribuiu para a campanha de Roseana Sarney. Desta vez, com R\$ 10 mil. O advogado é Fernando Macieira Sarney, irmão de Roseana e sobrinho de Roseana Sarney. Ele é dono de uma empresa de advocacia em São Luís, o escritório de advocacia Fernando Macieira Sarney Advogados. O valor foi doado para a campanha de Roseana Sarney, o governador do Maranhão.

A lista dos doadores

- **JORGE MURAD**, marido da ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney, teria doado R\$ 200 mil à campanha da mulher à Presidência.
- **EMÍLIO JORGE MURAD**, irmão de Jorge Murad, teria contribuído com R\$ 100 mil.
- **FERNANDO MACIEIRA SARNEY**, irmão de Roseana e administrador das empresas da família, teria participado com R\$ 100 mil.
- **JOÃO CLAUDIO**, empresário, dono da Construtora Sarcos, empreiteira responsável pelo asfaltamento da rodovia estadual que liga São Luís ao município de Lencóis Maranhenses, teria doado R\$ 300 mil.
- **NICOLAU DUALIBE NETO**, dono do Café Caravelas e da empresa Renal, de energia elétrica, teria doado R\$ 100 mil para apoiar na campanha. Seu filho, Nicolau Dualibe Neto, teria doado R\$ 100 mil para a campanha de Roseana Sarney.
- **HERNÉ MOURA DUALIBE**, dono da construtora de infraestrutura de São Luís, teria doado R\$ 100 mil para apoiar na campanha de Roseana Sarney.
- **ROSALINO LIMA E SILVA**, Secretário de uma cidade no interior do Maranhão. Sua contribuição também seria de R\$ 100 mil.
- **ROBERTO CASEMIRO DIAS**, Colaborador desconhecido na política maranhense, teria doado R\$ 150 mil.
- **ANTÔNIO KLINGER DE SOUZA**, Também não é conhecido e teria doado R\$ 150 mil.

PF deverá investigar a lista de doadores

• O Ministério Público Federal disse ter recebido informações de que pelo menos três dos supostos doadores são donos de empresas que prestaram serviços ao governo do Maranhão. O sucesso é a empreiteira responsável pelo asfaltamento da rodovia que liga São Luís aos Lençóis Maranhenses, obra feita pelo governo Roseana. A Remocel teria prestado serviços no setor elétrico ao governo maranhense. A Ducoel também é encarregada de diversas obras rodoviárias no estado. A Polícia Federal deverá requisitar a lista para investigar.

O ministro Ruy Rosado, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), determinou ontem o envio dos documentos apreendidos na Lulus para a Justiça Federal em Tocantins. Mas o advogado de Roseana informou que hoje mesmo solicitará a devolução do foro. Ao assinar a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Maranhão, Murad ganhou o direito de ser investigado pelo TPE. Com isso, Roseana, que é investigada no mesmo inquérito por fraudes na extinta Sudam, terá o mesmo benefício.

Procuradores da República disseram que vão pedir o desmembramento das investigações para manter Roseana sob a responsabilidade da Justiça Federal.

COLABORARAM: Jailton de Carvalho e Raimundo Garmez (São Luís)

*) Do GloboNews.com

Figura 9 - O Globo, página 3, O País, 10 de abril de 2002

OBRAS NO EDIFÍCIO PODEM VALORIZAR APARTAMENTOS - MORAR BEM

O GLOBO

Fundador: RENE MARINHO RIO DE JANEIRO, DOMINGO, 14 DE ABRIL DE 2002 - ANO LXXVII - Nº 25.083 - www.oglobo.com.br Presidente: ROBERTO MARINHO

REVISTA DA TV

As aventuras de Marcos Palmeira pelo país para mostrar o censo 2000



O ATOR no vídeo do IBGE

JORNAL DA FAMÍLIA

O chororô dos homens públicos que assola o país

SEGUNDO CADERNO

Como fica a cultura no Rio após a posse de Benedita

BOA CHANCE

Os novos empregos criados pelo crescimento do Terceiro Setor



A ONG Aps, em ação na Floresta

NOJE, GRÁTIS, 5º FASCÍCULO, NAS BANCAS.



Você ainda pode começar sua coleção. Os fascículos ulteriores estão nas bancas. Aprevenha!

Abandonada pelo PFL, Roseana Sarney renuncia

Ex-governadora diz que 'operação de guerra' a levou ao limite de suas forças



ROSEANA SARNEY lê a carta de renúncia em São Luís, com críticas à investigação sobre a empresa Lumus, que casou a dissidência

• A ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney desistiu de sua candidatura à Presidência da República. "Cheguei ao limite das minhas forças", disse ontem em São Luís, anunciando ainda que pretende concorrer a uma vaga no Congresso. Na carta que lei para anunciar o abandono da disputa, Roseana afirmou que foi montada uma "operação de guerra" visando ao aniquilamento de sua candidatura, referindo-se às investigações do Ministério Público Federal sobre a Lumus, empresa dela e do marido, Jorge Miranda. Sem dar qualquer explicação sobre as irregularidades descobertas na empresa, ela citou "escutas telefônicas, elaboração de dossiês apócrifos, transgressão do sigilo de procedimentos judiciais" como algumas das armas usadas. Também acusou o governo federal de se omitir para favorecer o candidato oficial, sem citar o nome do senador José Serra, do PSDB. "É bom frisar que toda essa operação criminosa foi delatada e se desenvolveu sob o olhar omisso ou acumplicado de elevadas autoridades da República". O PFL decidiu na quarta-feira se lança um novo candidato ou se apóia outra candidatura, como a de Ciro Gomes (PPS), a de Anthony Garotinho (PSB) ou a de José Serra. **Páginas 3 a 5**

Morre Sargentelli, o rei das mulatas

Obituario

Página 30

Arafat condena terrorismo

• O líder palestino Yasser Arafat condenou ontem "todas as ações terroristas contra civis, israelenses ou palestinos". Horas depois, o Departamento de Estado dos EUA confirmou para hoje o encontro entre Arafat e o secretário Colin Powell. **Página 43**

Davi e Golias por Saramago

• Escritor português utiliza personagens bíblicos para analisar a crise no Oriente Médio. **Página 44**

Malan ameaça mover processo contra Lula

• O ministro da Fazenda, Pedro Malan, ameaça entrar na Justiça contra o pré-candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, que o acusa de liberar dinheiro para

Vice de Chávez assume o poder na Venezuela

O empresário Pedro Carmona renuncia e estaria preso

• O empresário Pedro Carmona, que assumira o governo da Venezuela na sexta-feira, renunciou ontem à Presidência. Em seu lugar, assumiu Diosdado Cabello, que é vários distúrbios foram registrados na capital. Pressionado pelo Exército, que disse não apoiar um governo inconstitucional, Carmona anunciou a renúncia à Assembleia. Ne- sobre os acontecimentos na Venezuela foram desmentidas, com rumores sobre o paradeiro de Chávez e sua possível volta ao Palácio de Miraflores, que foi tomado por seus parti-

CRICU

RETRATOS DO BRASIL



Figura 10 - O Globo, capa de 14 de abril de 2002

ANEXO B - Cobertura do caso Lunus em O Globo e n' O Estado do Maranhão

Tabela 1 - 1ª fase da cobertura do caso Lunus na editoria O País de O Globo

Data	O Globo	Espaço ⁵⁴	Enquadramento	Fontes
02/03/2002	PF investiga marido de Roseana e PFL ameaça deixar governo⁵⁵			
1	Incêndio na Base	1	0	Roseana José Sarney Roberto Brant (PFL-MG)
2	Murad foi braço-direito de Sarney e tem cargo no governo Roseana	½	-	Não citou
3	Operação foi ordenada pela justiça	½	-	PF (off) João Abreu (sec. de Roseana)
4	Isso é intimidação política (entrevista Bornhausen)	¼	+	Bornhausen (PFL-SC)
5	PF apreende documentos em escritório de Jorge Murad	½	-	Não citou
03/03/2002	Ministro defende atuação da PF no caso de Murad			
6	Aloysio: PF só cumpriu o seu papel	1	-	Aloysio Nunes (Min. Justiça) Bornhausen Revista Época
7	Para advogados, aviso prévio seria antiético	¼	0	OAB Associação dos Magistrados Ciro Gomes (PPS-CE) Itamar Franco (PSDB-MG)
8	PF achou R\$ 1,5 milhão em dinheiro no escritório do marido de Roseana	½	-	Revista Época
9	Aliados de Roseana podem dificultar votações de projetos no Congresso	½	+	Bornhausen
04/03/2002	Sarney Filho sai e agrava crise do PFL com o governo			
10	Crise já muda o Ministério	1	+	Sarney Filho (PV-MA) Roberto Brant José Agripino (PFL-RN e líder PFL)

⁵⁴ Refere-se ao espaço ocupado pela matéria na página do jornal.

⁵⁵ Os títulos em negrito são as manchetes destacadas nas capas dos periódicos, enquanto os demais são referentes às matérias internas.

11				Senado) Bornhausen
	Serra: “São estapafúrdias as insinuações”	¼	-	José Serra (PSDB-SP) Arnaldo Madeira (PSDB-SP) José Carlos Aleluia (PFL- BA)
12	PF acha documentos que liga Murad à ex-superintendente da Sudam	½	-	Murad
05/03/2002	PFL faz tempestade em copo d'água, diz FH			
13	“Não há razão para tanta trepidação”	1	-	FHC (PSDB- SP)
14	PFL apóia Roseana, mas baixa o tom das críticas ao PSDB e ao governo	½	+	Roseana Bornhausen Roberto Brant
15	Sarney Filho: “Saída é auto-explicativa”	½	+	Sarney Filho
16	FH tenta convencer demais ministro do PFL a não deixarem o governo	½	+	FHC
17	MP quer saber origem do dinheiro apreendido	½	-	Vinícius Berredo (advogado Lunus)
18	Aliados tentam barrar pedido de CPI no Maranhão	¼	-	Não citou
	Lula defende investigação no caso de Murad	¼	+	Lula (PT-SP)
19	Para Serra, PFL é um aliado a ser conquistado	¼	-	Serra
20				
21	PF vai investigar o vazamento	¼	+	Agílio Montiero (PF)
06/03/2002	Roseana deixa candidatura se PFL não romper com FH			
	Laranja é um marceneiro de 79 anos			
22	Roseana ameaça desistir	1	+	Roseana Agripino Maia Arthur Virgílio (PSDB-AM) Inocêncio Oliveira (PFL- PE e líder do partido na Câmara)
23	Bornhausen convenceu Sarney de adiar discurso	¼	-	Bornhausen Edson Lobão
24	Aliados de Roseana tentam envolver	½	+	Agílio

	governo na ação policial em São Luís			Monteiro Arthur Virgílio
25	Governadora diz não mandar na Lunus	¼	-	Américo Lacombe (jurista)
26	Pefelistas forçam governo a adiar votação da CPMF	¼	-	Inocêncio Oliveira Aécio Neves (PSDB-MG)
27	Nota do PSDB cita oligarquias saudosas dos tempos em que controlavam tudo	½	-	Alberto Goldman (PSDB-SP) José Aníbal (PSDB-SP) Marcio Fortes (PSDB-RJ) Arthur Virgílio Heráclito Fortes (PFL-PI)
28	“Eu? Nunca ouvi falar dessas tais Ilhas Virgens”	½	-	Carlos Antônio (“laranja”)
29	Nova Holanda doou dinheiro para Roseana	½	-	Mário Lucio Avelar (Procurador da República no Tocantins)
07/03/2002	PFL pode deixar o governo hoje após 38 anos no poder			
30	PFL se despede do poder	1	+	Bornhausen Roseana Roberto Brant José Aníbal Agripino Maia
31	O momento mais difícil	¼	-	Marco Maciel (PFL-PE)
32	FH volta mais cedo do Panamá para tentar pôr fim à briga com pefelistas	½	-	Pimenta da Veiga (Min. Comunicações)) José Aníbal Francisco Dorneles José Carlos Fonseca (PFL-ES)
33	Um partido de pelo menos 373 cargos	¼	0	Heráclito Fortes Pauderney Avelino (PFL-AM)
34	Crise paralisa votações no Congresso	¼	0	Aécio Neves Inocêncio de Oliveira

35	Roseana: dinheiro é de pousada	½	-	Murad
36	Roseana recorre ao STJ para barrar inquérito policial que envolve a Lunus	½	-	Saulo Ramos (ex-Min.da Justiça) Roseana
37	FH nega ter recebido relatório da PF: “É mentira”	½	-	FHC
38	PF divulga o mandado a pedido do Planalto	½	-	Polícia Federal (nota)
39	Sigilo bancário de empresas foi quebrado	½	-	Não citou
40	PF apreende material da Nova Holanda	½	-	Ednamar Silva Ramos (juíza)
41	Marco Aurélio critica PF por ter enviado fax a FHC	¼	+	Marco Aurélio (presidente do Supremo) Paulo Renato Souza (Min. Educação)
08/03/2002	PFL abandona governo mas mantém cargos e apoio a FH			
42	Desembarque parcial	1	+	Bornhausen Roberto Brant Roseana
43	FHC foi o primeiro a saber	¼	+	César Maia (PFL-RJ)
44	FH: “Esperava que o PFL tivesse sido capaz de encontrar melhor solução”	1	-	FHC
45	Ministros pefelistas entregam seus cargos	½	+	Roberto Brant Alexandre Parola (porta-voz da presidência) José Jorge (PFL-PE)
46	Sarney deverá discursar no Senado terça-feira	¼	0	Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA)
47	Governadores custam a aceitar a saída	½	+	Hugo Napoleão (gov. Rondônia) Jaime Lener (gov. Paraná) César Borges (gov. Bahia) Amazonino Mendes (gov. Amazonas)
48	Deputados do PFL querem adiar a votação da CPMF	¼	+	Inocência Oliveira
				César Borges Aécio Neves

49				Arnaldo Madeira (PSDB-SP)	
	Documento liga empresa de Roseana a fraudadoras	½	-	Fonte PF (off) Roseana	
	Investigação sobre Roseana vai para o STJ	¼	-	Documentos da Justiça Federal	
	Tasso diz que governadora sofreu brutalidade	¼	+	Tasso Jereissati (PSDB-CE)	
52	Um negócio com dinheiro vivo e sem recibo	¼	-	Roseana Procurador da República Luis Carlos (sócio Murad)	
09/03/2002	Presidente do PFL: quem não deixar o cargo é mau-caráter				
53	Questão de Caráter	1	+	Bornhausen Roberto Brant	
	Roseana evita voltar a falar sobre denúncias	¼	-	Roseana	
	54	Fraudes no Pará e no Maranhão podem ter ligação	½	-	Fontes não declaradas
	57	Chalés de Murad custam menos de R\$ 80 mil	½	-	Funcionária da construtora ligada a Murad
	58	Ministro da Justiça elogia Roseana Sarney	¼	+	Aloysio Nunes (Min. Justiça)
	10/03/2002	Lula ganhou com a crise no governo			
59	Tucanos acreditam que o petista Lula sai ganhando com crise governista	½	-	José Aníbal FHC Jutahy Magalhães (PSDB-BA)	
	60	“Estamos numa luta fratricida com o PSDB”	½	+	César Maia (entrevista)
	61	“Quem enfrentou a morte não se deixa abater”	1	+	Roseana José Sarney
	62	Murad transita entre o público e o privado	¼	-	Aderson Lago (oposição Roseana no MA) Freitas Diniz (idem)
	64	Controladoria da Usimar foi criada	¼	-	Não citou

	poucos dias antes			
11/03/2002	Presidente da Caixa sai por pressão do PFL			
65	FHC e sua caneta	½	-	FHC
66	FHC ataca oligarquias em recado ao PFL	¼	-	FHC
12/03/2002	Laranjas em projetos aprovados por Roseana			
67	Roseana liberou verba para firmas laranjas	½	-	Carlos Antônio (laranjas de Murad)
68	STJ recebe documentos apreendidos na Lunus	¼	-	Geraldo Brindeiro (Procurador Geral da União) Agílio Monteiro
69	Ciro: “Ladrão não pode postular a presidência”	¼	-	Ciro
70	No Maranhão, caso tem pouco destaque (fala do Estado do Maranhão)	¼	-	Não citou
71	Dinheiro de construtora entre o R\$ 1,3 milhão	¼	-	Advogados de Roseana
72	Bornhausen ouvirá explicações de Roseana	½	0	José Sarney Saulo Queiroz (secretário executivo PFL)
73	Sarney adia seu discurso no Senado de novo	¼	0	Aliado de Sarney
74	FH ao PFL: “Eu poderia ganhar a eleição sozinho”	½	-	FHC
75	PFL se irrita e põe em risco votação da CPMF	¼	0	Bornhausen
13/03/2002	Marido de Roseana assume crime para explicar dinheiro			
76	Confissão de culpa	1	-	Murad
77	Arrecadação para campanha antes do registro da candidatura é ilegal	¼	-	Não citou
78	Pefelistas já estudam alternativas para o caso de Roseana desistir	½	-	Roberto Freire (FPL-PE) Inocência Oliveira Ciro Gomes
79	Partidos recebem mal a explicação de Murad	¼	-	José Genoíno (PT-SP) Inocência Oliveira Roberto Freire
80	Pefelistas decidem retardar votação da CPMF	½	0	Não citou
81	Três pesquisas mostram queda de	¼	-	Pesquisa Data

				Inocência Oliveira Serra
82	Documentos ligam Nova Holanda a fraudes	½	-	Não citou
83	PF quer saber quem são os doadores	¼	-	Mário Lúcio Avelar (Procurador da República)
14/03/2002	PFL marca prazo para desistir de Roseana			
84	Advogado afirma que Murad sabia da versão dos chalés para o R\$ 1,3 milhão	½	-	Murad Vinícius Berredo Luiz Carlos (advogados de Murad)
85	Murad será intimado a depor em Palmas	¼	-	Não cita
86	PFL decide manter Roseana e atacar Serra	½	+	Bornhausen
87	Nunca cometi nenhum ato ilícito, diz Roseana	½	+	Roseana
88	PFL não tem pressa para votar CPMF	¼	0	Inocência Oliveira José Agripino
89	Serra: programa eleitoral ajudou nas pesquisas	½	-	Serra José Agripino José Dirceu (PT-SP)
90	O ponto decisivo (honestidade é o que o eleitor mais valoriza)	¼	-	Data Folha
91	Duda Mendonça diz que PFL não se recupera mais	¼	-	Duda Mendonça

Tabela 2 - 2ª fase da cobertura do caso Lunus na editoria O País de O Globo

Data	O Globo	Espaço	Enquadramento	Fontes
16/03/2002	Governo vai cobrar do PFL o atraso na CPMF	½	-	Arthur Virgílio
92				
93	PTB buscará o apoio do PFL a Ciro	¼	+	Roberto Jefferson (PTB-RJ)
94	Roseana não terá material apreendido de volta	¼	-	Brindeiro (Procurador da República indiretamente)
95	Entre a Literatura e a política	½	+	Claude Lévi-Strauss José Sarney
96	Lunus fez negócios com a construtora Momentos	¼	-	PF (sem citar o nome de fonte)
17/03/2002	PFL ainda mantém 98% dos cargos no governo			
97	A saída que não aconteceu	1	-	José Carlos Aleluia (PFL) Roberto Rocha (PFL)
98	A decisão de romper não foi só da cúpula	¼	+	José Agripino
99	A PF tem condições de fazer varredura	½	-	Agílio Monteiro
100	Campanha bilionária para entrar na História	½	0	Fontes não tem nomes citados, mas são do PMDB e um especialista em campanha
101	Roseana admite ter defendido projeto Usimar	¼	-	Roseana
18/03/2002	Roseana vai ao interior em busca de popularidade	¼	0	Roseana
102				
19/03/2002	Caetano (Veloso) se diz cansado da turma da USP mas diz que ela derrubou oligarquias	½	-	Caetano Veloso
103				
104	Sarney adia novamente o discurso	¼	-	Sarney José Eduardo Dutra
105	Roseana: “Não faço parte da corriola”	¼	0	Roseana
20/03/2002	CPMF passa na Câmara mas PFL ainda ameaça no Senado			
106	PFL ajuda a aprovar CPMF	1	0	Arthur Virgílio Jutahy Jr
107	Partido traça caminho de volta	¼	0	Roberto Brant Inocência

				Oliveira
108	Sarney Filho ao pai: “Se Roseana quiser continuar, que largue Jorge”	½	-	Sarney Filho
109	Sarney deve fazer seu discurso hoje no Senado	¼	+	José Aníbal
110	“Nós venceremos as eleições”, diz Fernando Henrique sobre Serra	½	-	FHC
111	Esquema de laranjas serviu para falsificar notas	¼	-	Carlos Alberto (contador Murad)
21/03/2002	Sarney defende filha e pede que a ONU fiscalize eleições			
112	Em nome da filha	1	+	José Sarney
113	FH: “Quem vigia é a mídia”	½	-	FHC Arthur Virgílio
114	Oposição disse que Sarney falhou ao não explicar a origem do dinheiro	½	-	João Paulo Cunha (PT-SP) Eduardo Suplicy (PT-SP) Jefferson Peres (PDT-AM)
115	Serra: “Denúncias são alopradas e inconsistentes	¼	-	Serra
116	Investigação sobre Sudam terá mais 18 procuradores	¼	-	Mário Lucio
117	Agílio depõe e defende a ação da PF	¼	-	Agílio Monteiro
118	Roseana deverá ser denunciada ao deixar o cargo	¼	-	Não citou
119	Vox Populi mostra Serra à frente de Roseana	½	-	Vox Populi
22/03/2002	Roseana e Serra caem em pesquisa			
120	Proposta de Sarney é rechaçada pelo TSE	¼	-	Sávio de Figueiredo (Corregedor – geral do TSE)
121	PFL se arma contra assédio do governo	¼	0	Cita fontes do PFL sem citar nomes
122	Sarney é acusado de grampear telefone	¼	-	Aderson Lago
123	Demitidos 11 fiscais da Sudam	¼	-	Portaria do Ministério do Planejamento Agílio Monteiro
124	Ibope: Roseana perde 4 pontos e Serra, 3	½	-	Ibope
125	Rejeição à pefelista aumenta	¼	-	Ibope
126	Roseana: Políticos vivem da	½	+	Roseana

	hipocrisia			
127	Serra diz que segundo lugar é um estímulo	¼	-	Serra
23/03/2002 128 129	Roseana desafia candidatos a explicar gastos	½	+	Roseana
	Dono da AC Rebouças é denunciado	¼	-	Não citou
24/03/2002 130	“Tudo era do conhecimento da governadora”	½	-	Mário Lúcio Avelar
131	Roseana conta com o apoio da maioria do PFL	½	-	José Carlos Aleluia Heráclito Fortes Rodrigo Maia (PFL-RJ)
26/03/2002 132	Brindeiro vê risco para Roseana	½	-	Geraldo Brindeiro (Procurador Geral da República) Agílio Monteiro
133	Pefelista lança programa “voltado para as pessoas”	½	+	Roseana Bornhausen César Borges
134	Projeto foi aprovado até sem terreno	¼	-	Não citou
135	Sensus: três disputam o segundo lugar	¼	+	Sensus
136	CPMF não será votada esta semana	¼	0	Martus Tavares (Min. Planejamento)
137	Jarbas impõe condições para ser vice de Serra	¼	0	Marco Maciel
27/03/2002 138	FH reage a acusações de Sarney sobre doação irregular de campanha	½	-	Arthur da Távola (PSDB-RJ) FHC
139	Diretor da PF deve disputar eleições	¼	0	Agílio Monteiro Aloysio Nunes
140	“Tenho sete fôlegos” (Roseana)	¼	-	Roseana
141	Procuradores pedem ajuda ao Coaf para apurar fraudes da AC Rebouças	¼	-	Dados do Ministério Público do MA
28/03/2002 142	FH responde a Sarney em carta			
	PM invade centro da PF no Maranhão			
	PM do Maranhão contra a PF	1	-	Aloysio Nunes Augusto Pinto (Superintendente da PF)
	Andrade Vieira desmente	¼	-	Andrade Viera

143	Sarney (sobre doação para campanha da FHC)			
29/03/2002	Inquérito investigará a PM do Maranhão			
144	Ação da PM será investigada	1	-	Nota assinada por José Carlos do Vale (juiz federal), Serguei Medeiros (procurador da República) e Augusto Pinto (delegado PF)
145	Centro da PF atuava contra o narcotráfico	½	-	Augusto Pinto
146	Tucanos evitam o confronto	¼	-	Aloysio Nunes (Mins Justiça)
147	Roseana: “Não é só o Maranhão que é pobre”	½	-	Roseana Garotinho
01/04/2002 148	STJ decide se assume inquérito sobre Lunus	¼	0	Não citou
02/04/2002 149	Vox Populi confirma Serra em segundo turno	½	-	Vox Populi
150	STJ mantém retido o R\$ 1,3 milhão de Roseana	½	-	Aloysio Nunes Vicente Cernicchiaro (advogado de Roseana)
151	Procurador pede inquérito sobre PM do Maranhão	¼	-	Alexandre Meireles (procurador da República)
04/04/2002 152	PFL descarta apoio a Serra no 2º turno	½	+	Bornhausen
153	Ajuda após rompimentos	¼	+	Não citou
05/04/2002 154	Roseana negocia trégua com Ciro e Garotinho	¼	-	Roseana
06/04/2002 155	PF investigará a origem do dinheiro	¼	-	Mário Lúcio Avelar Roseana
156	César vai acumular prefeitura com a coordenação da campanha de Roseana	½	+	César Maia
157	Bumba-meu-boi na despedida	¼	+	Roseana
158	“Nunca deixei de acreditar no meu marido”	¼	+	Roseana

Tabela 3 - 3ª fase da cobertura do caso Lunus na editoria O País de O Globo

Data	O Globo	Espaço	Enquadramento	Fontes
08/04/2002	PF intima Roseana e PFL ameaça parar o Congresso			
159	Polícia Federal intima Roseana	1	-	Bornhausen Roseana Deusolino Valadares (delegado) Augusto Serra (Superintendente da PF no MA) Antônio Carlos (advogado de Roseana) Marcio Fortes (PSDB)
160	STJ deve devolver processo a Tocantins	¼	-	Mário Lúcio Avelar Brindeiro
161	PFL decide se retirar das votações do Congresso até reunir executiva	½	+	Bornhausen José Jorge
09/04/2002	Roseana recupera foro privilegiado			
162	Ação da polícia faz Roseana adiar inauguração de comitê de campanha	½	-	Antonio Carlos de Almeida Castro (advogado de Roseana) Bornhausen
163	Benefício mantido	1	-	Tourinho Neto (presidente do Tribunal Regional Federal)
164	Bornhausen vetou chapa Serra-Lener	¼	0	Jaime Lener Rodrigo Maia (PFL-RJ)
165	Governo tenta acalmar pefelistas e garantir votações no Congresso	½	+	Jutahy Jr. José Aníbal
10/04/2002	Murad agora vira doador de campanha			
166	Ação em família	1	-	Antonio Carlos de Almeida Castro (advogado de Roseana)
167	Reale insinua que Roseana assumiu a culpa	½	-	Assessor de Bornhausen José Aníbal

168				Aloizio Mercadante
	Até PFL critica nomeação de Murad	½	-	Bornhausen Alberto Goldman (PSDB-SP) José Genoino
169	Candidata se defende no rádio e na TV	¼	-	Roseana (indiretamente)
11/04/2002	PFL recua e ajuda governo a aprovar seguro-apagão			
170	Desembarque anunciado	1	-	Antonio Carlos Magalhães Rodrigo Maia Bornhausen Nota Murad
171	PF pedirá quebra de sigilo fiscal de doadores	¼	-	Investigadores da PF (em off)
172	Roseana reconduziu o marido ao governo	¼	-	Diário Oficial MA Aderson Lago
173	Na mira da lei	¼	-	Ministro do Superior Tribunal Federal (em off)
174	Juiz rejeita o pedido de Roseana e mantém documentos do Tocantins	½	-	Documentos da Justiça Federal Tourinho Neto Advogado de Roseana Mário Lúcio Avelar
12/04/2002	PFL já dá como certa a renúncia de Roseana			
175	Com os dias contados	1	-	Roberto Brant Inocêncio Oliveira
176	Supostos doadores desaparecem	¼	-	Investigadores PF (off) Advogado de Roseana
177	Documentos ligam empresas de Roseana a fraudadores da Sudam	½	-	Mario Lúcio Avelar Documentos do Tribunal Regional Federal
178	Justiça recusa a lista de doadores	¼	-	Tourinho Neto Deusdelino Valadares (delegado da

				PF no MA) Rodrigo Janot (procurador da República)
179	FH: governo nunca protegeu quem quer que fosse	½	-	FHC Aloysio Nunes Ferreira (ex- Min. da Justiça) Rodrigo Maia
13/04/2002				Bornhausen Edson Lobão (PMDB-MA)
180	PFL pede pressa a Roseana	1	-	ACM Antonio Lavareda (cientista político) Roberto Brant
181	Dividida entre o Senado e a Câmara	¼	+	Membro PFL (em off)
182	TRF suspende prisão de irmão de Murad	¼	-	Não citou
14/04/2002	Abandonada pelo PFL, Roseana Sarney renuncia			
183	Adeus à disputa	1	-	Roseana
184	Lunus: investigações não param	¼	-	Mario Lucio Avelar
185	Cheguei ao limite de minhas forças	¼	+	Roseana
186	Ameaça de prisão antecipou a renúncia	¼	-	Não citou
187	Renúncia deixa a PFL Ciro, Serra ou Garotinho como opções para apoio	½	0	César Maia ACM José Aníbal
188	Trajectoria interrompida	¼	+	Não citou
189	Roseana, a tacada de mestre de Bornhausen se voltou contra PFL	½	-	José Aníbal José Eduardo Dutra (PT-SE) Antonio Carlos
190	Aliados do Maranhão querem revidar	¼	+	Gastão Vieira (PMDB – MA)

Tabela 4 - 1ª fase da cobertura do caso Lunus na editoria de Política d'O EMA

Data	O EMA	Espaço	Enquadramento	Fontes	
02/03/2002	Não vão me intimidar				
	1	“O alvo sou eu. Mas não vão me intimidar”, afirma Roseana	½	+	Roseana
	2	Solidariedade de Líderes políticos	¼	+	César Maia Bornhausen Líderes maranhenses
	3	Agentes da PF fazem operação	¼	-	Paulo de Tarso (delegado da PF)
4	Roseana afirma: “Serei candidata”	¼	+	Roseana	
03/03/2002	Roseana reafirma que ação foi “uma violência política”				
	5	Roseana reafirma convicção de que a ação da PF foi um ato político	½	+	Roseana
	6	Documentos vão ficar no Maranhão	¼	+	Informações do Tribunal Regional Federal
	7	Jorge Murad nega vinculação	½	+	Jorge Murad
8	Pré-candidatos condenam a invasão	¼	+	Ciro Gomes Garotinho Itamar Franco ACM Rodrigo Maia	
04/03/2002	Murad repudia invasão e exige que tudo seja apurado às claras				
	9	Murad repudia ação e garante que informações são falsas	1	+	Murad
10	Roseana pede apuração detalhada	½	+	Roseana	
05/03/2002	Roseana diz que invasão foi ato de discriminação				
	11	Nova Holanda nega ligação	¼	+	Adrienne Senna (Coaf)
12	Roseana critica discriminação e cobra ação judicial transparente	½	+	Roseana	
06/03/2002	Roseana recebe apoio do PFL no Congresso				
	13	Roseana discute candidatura com líderes regionais do PFL	½	+	Roseana Agripino Maia José Carlos Aleluia (secretário PFL)
14	Mulheres reafirmam apoio a Roseana	¼	+	Telma Pinheiro (deputada)	

15				maranhense)
	PFL decide obstruir votação na câmara	¼	+	Inocêncio Oliveira
07/03/2002	PFL sai do governo e diz que Roseana é candidata			
16	Mulheres condenam preconceito	¼	+	Maura Jorge Telma Pinheiro (deputadas maranhenses)
17	Ato é uma reação à ascensão feminina	¼	+	Maurinete Gralhada (deputada maranhense)
18	PFL oficializa hoje decisão de romper com governo FHC	½	+	Bornhausen
19	Roseana apresenta reclamação ao STF (<i>O Globo</i>)	¼	+	Advogados de Roseana
20	Crise paralisa o Congresso (<i>O Globo</i>)	¼	+	Inocêncio Oliveira Aécio Neves
21	FHC recebeu fax sobre operação (<i>O Globo</i>)	¼	+	Agílio Monteiro FHC Marco Aurélio Mello
22	Prefeitos do Maranhão são solidários à governadora Roseana Sarney	1	+	170 prefeitos do MA assinam a carta
08/03/2002	PFL confirma rompimento e lança Roseana			
23	PFL entrega seus cargos a FHC reafirmando apoio a Roseana	½	+	Bornhausen Roberto Brant
24	“Tenho certeza que chegaremos lá”	1	+	Nota PFL Roseana
25	STJ decide assumir investigações	½	0	Ruy Rosado Aguar
26	Empresário dá Explicações	¼	-	Luís Carlos Cantanhede (pres. Da Associação comercial do MA)
27	PMDB terá teste de fogo	¼	0	Newton Cardoso (executiva do PMDB)
28	Poder de batom, sais e salto alto	1	+	Roseana Etelvina Gonçalves (desembargadora MA)
09/03/2002	PFL reafirma apoio a Roseana			

29	PFL reafirma apoio a Roseana ao homenagear as mulheres	½	+	Bornhausen Roseana Roberto Brant
30	Denunciada operação contra Roseana	½	+	Jânio de Freitas (matéria da Folha de SP) Advogados de Roseana
31	Prefeitos são solidários à Roseana	1	+	Manifesto de 182 prefeitos do MA
10/03/2002	Roseana: “Vou seguir em frente porque nada devo”			
32	Roseana retorna ao Maranhão e confirma sua candidatura	½	+	Roseana
33	Istoé denuncia espionagem no Maranhão	½	+	Revista Isto É
34	Foi um ato de polícia política (O Globo)	1	+	Entrevista com César Maia

Tabela 5 - 2ª fase da cobertura do caso Lunus na editoria de Política d'O EMA

Data	O EMA	Espaço	Enquadramento	Fontes
11/03/2002 35	Material apreendido na Lunus vai ficar sob custódia do STF	¼	+	Advogados de Roseana
12/03/2002	Justiça Federal e JB desmentem notícia			
36	Feministas se mobilizam	½	+	Guacira de Oliveira (Articulação das Mulheres Brasileiras) Almira Rodrigues (Centro Feminista de Estudos e Assessoria)
37	Justiça Federal desmente falsa notícia sobre pedido de prisão	½	+	Fernando Sarney Marcelo Itapary (advogado família Sarney)
38	Bornhausen quer definir estratégia	½	0	Bornhausen
13/03/2002	“Agi por determinação própria”			
39	Murad dá explicações sobre o dinheiro apreendido na Lunus	½	-	Jorge Murad
40	Desempenho de Roseana é avaliado	¼	0	Pesquisa Ibope
41	Bornhausen ratifica apoio do PFL	¼	+	Bornhausen
14/03/2002	PFL mantém apoio a Roseana e quer ação da PF investigada			
42	PFL reafirma candidatura de Roseana e cobra investigação	½	+	Bornhausen
43	Interforte teria contratado espiões	½	+	Jornal Correio Braziliense (jornalista Luiz Alberto Weber) José Heitor Nunes (Interforte)
44	FHC soube da ação no MA	¼	+	Matéria do Correio Braziliense FHC
45	Roseana agradece apoio popular e repudia campanha	½	+	Roseana

46	difamatória				
	PF responsabiliza procuradores do TO	¼	+	Nota da PF	
47	Indícios apontam suspeita de ação política	¼	+	Não citou	
15/03/2002	PFL quer espionagem no Maranhão apurada				
	48	PFL inicia ação legislativa para apurar espionagem no Maranhão	½	+	Inocêncio Oliveira Bornhausen João Paulo Cunha
	49	Polícia Federal dará explicações	¼	+	Aloysio Nunes
	50	Empresa foi contratada por R\$ 1,8 mi	¼	+	Jornal Correio Braziliense Enio Gomes Fontenelle (Fence)
	51	Deputados constataam evidências	¼	+	Lourival Mendes (dep. MA)
	52	GLOBO: Ribeiro reafirma denúncia	¼	+	Manoel Ribeiro (dep. MA)
16/03/2002	Procurador e presidente divergem sobre grampo				
	53	FHC e Procurador do Tocantins divergem sobre escuta na Lunus	½	+	Mário Lúcio Avelar Paulo Henrique Amorim (UOL News)
	54	Brindeiro mantém processo no STJ (O Globo)	¼	-	Brindeiro
55		Pesquisas são realizadas em todo o Brasil	¼	0	Sensus
17/03/2002	“Eu quero encarar essa luta”, diz Roseana sobre sucessão				
	56	Roseana reafirma disposição em disputar a sucessão presidencial	½	+	Roseana
	57	PFL já ratificou candidatura	¼	+	Bornhausen Instituto GPP Edson Lobão
	58	Governadora continua em 2º lugar	¼	+	Instituto Datafolha
	59	Governo prepara sua defesa	¼	+	Inocêncio Oliveira Agílio Monteiro

Roseana: “Vou ser candidata com atestado de honestidade”				
19/03/2002	Roseana reafirma candidatura e cobra investigação judicial isenta	½	+	Roseana
60	“Não vão manipular as eleições”	¼	+	José Reinaldo Tavares (PFL-MA)
61	Líderes reforçam apoio a Roseana	¼	+	Gastão Vieira Pedro Fernandes Maura Jorge (deputados do MA)
62				
20/03/2002	Sarney manifestará hoje a sua opinião sobre operação da PF	½	0	Assessoria de Sarney
63 64	Senador reafirma respeito ao MP	½	0	Nota de Sarney
Sarney denuncia armação para derrubar Roseana				
21/03/2002	Roseana retoma hoje a última etapa do governo itinerante	¼	0	João Abreu Ricardo Perez (secretários de Roseana)
65	PF volta a responsabilizar o Ministério Público (O Globo)	¼	+	Agílio Monteiro
66	Sarney denuncia operação para atingir a candidatura de Roseana	2	+	Sarney
67	Parlamentares avaliam discurso	¼	0	Manoel Ribeiro Joaquim Haickel Stênio Rezende (dep. MA)
68				
69	Pesquisas já demonstram estabilização política	¼	+	Vox Populi
70	“Estou aqui para defender as instituições” (Sarney)	2	+	Sarney
Roseana ataca hipocrisia				
22/03/2002	PFL cobra explicações do ministro da saúde no Congresso	½	+	Bornhausen José Carlos Aleuia
71	Roseana considera hipócritas as críticas a doações de campanha	½	+	Roseana
72	Governo é responsável por fraudes	¼	+	Roseana
73	Parlamentares estão confiantes	¼	+	Roseana Telma Pinheiro (dep. MA)
74				

75	Ibope mostra efeito da crise (O Globo)	¼	-	Ibope
23/03/2002	Roseana Desafia os candidatos a explicarem gastos			
76	Roseana desafia candidatos a explicar gastos de campanha	½	+	Roseana
77	Contrato do MS com empresa Fence é denunciada ao TCU	½	+	João Hermann Humberto Souto (Min.)
	PFL reafirma apoio a Roseana			
24/03/2002	Movimentação de doações da campanha de FHC é investigada	½	+	Reportagem da Revista Isto É Deuler Rocha (delegado da PF)
78				
79	PFL reafirma apoio a Roseana e independência no Congresso	1/3	+	Roberto Brant José Carlos Aleluia Bornhausen
80	Lunus: Divergências são mantidas	¼	+	Assessoria de Imprensa da PF Mário Lúcio Avelar (em entrevista a Folha de SP)
26/03/2002	Roseana reafirma candidatura e lança diretrizes de governo			
81	PFL e Roseana confirmam a sua candidatura à Presidência	½	+	Bornhausen César Borges Roseana
82	Sensus mostra empate no 2º lugar	¼	+	Sensus
27/03/2002	Roseana prioriza redução de desigualdades sociais			
83	Roseana defende a redução das desigualdades sociais no Brasil	½	+	Roseana
84	Candidatos confirmam unidade do PFL	¼	+	Bornhausen
31/03/2002	Desincompatibilização mudara governos estadual e municipal	¼	0	Não citou
85				

Tabela 6 - 3ª fase da cobertura do caso Lunus na editoria de Política d'O EMA

Data	O EMA	Espaço	Enquadra	Fontes
02/04/2002	Roseana confirma: sai dia 5			
86	Roseana confirma sua saída do governo para disputar a eleição	½	0	Roseana
04/04/2002	PFL está otimista com Roseana			
87	PFL prestigiará a despedida de Roseana do Governo do Estado	½	+	César Maia
88	Governadora despede-se nos bairros	½	+	Roseana Miriane Araujo (dona de casa)
05/04/2002	“Cumprimos nosso objetivo”			
89	Roseana se despede do governo com festa popular em São Luís	½	+	Roseana
90	Líderes políticos avaliam administração	¼	+	Manoel Ribeiro Roseana Sarney Ricardo Archer (prefeito) João Alberto (senador MA)
91	Próximo passo é iniciar campanha	¼	+	Roseana Cesar Maia
92	Os sete anos que mudaram o Maranhão	2	+	Roseana
06/04/2002	Em clima de festa, Roseana sai e José Reinaldo assume			
93	Roseana Sarney renuncia o governo	1	+	Roseana
94	“Desejo disputar a Presidência”	½	+	Roseana Bornhausen
95	Roseana se emociona na despedida	1	+	Roseana
08/04/2002	PFL diz que a nova ação da PF é “ato de intimidação”			
96	Roseana é alvo de nova ação suspeita	½	-	Bornhausen Advogados de Roseana
97	Bornhausen mostra sua indignação	¼	+	Bornhausen
09/04/2002	PFL defende lisura nas eleições (<i>O Globo</i>)	½	+	César Maia
10/04/2002	Declaração de ministro rebatidas	½	+	Bornhausen
99	Advogado entrega a lista de doadores à Justiça Federal	¼	-	Advogado Roseana
100				

11/04/2002	TRF decide que papeis da Lunus ficarão lacrados			
101	TRF mantém lacrado papeis da Lunus	½	+	Tourinho Neto Advogado de Roseana
13/04/2002	PFL decide manter apoio à candidatura de Roseana			
102	‘Grampo’ é descoberto	¼	+	Bornhausen
103	Cúpula do PFL mantém apoio a candidatura de Roseana Sarney	¼	+	César Maia Roseana João Alberto
14/04/2002	Roseana vai disputar mandato no Congresso pelo Maranhão			
104	Roseana anuncia retirada da pré-candidatura à Presidência	1	-	Roseana
105	Operação teve apoio de altas autoridades	¼	+	Roseana
106	Classe política apóia a decisão	¼	+	Gastão Vieira Pedro Fernandes Manoel Ribeiro Conceição Andrade (sec. gov. de Roseana)
107	PFL avalia alternativas de alianças	½	0	Bornhausen Roberto Brant